

Setembro de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Bolsa de Solidariedade "veio para ficar"	6
1.2 Jovens esperam solução do desemprego	6
1.3 Bolsa de Solidariedade beneficia mais de mil pessoas necessitadas	7
1.4 Moradores do Kabairro pedem socorro	7
1.5 Bolsa de Solidariedade Social alarga-se ao voluntariado	8
1.6 Consultores explicam aceleração económica	9
1.7 Produção de Angola muito abaixo da média da África subsaariana	10
1.8 «Em cada ano nós somos cada vez mais pobres»	10
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>13</b>
2.1 Lei das Sociedades de Microcrédito fixa plafond em um milhão de kwanzas	13
2.2 Microcrédito dispara na captação de clientes	13
2.3 Quiosques do Xikila Money em Luanda criam proximidade entre cidadãos e banca	14
2.4 Banco Postal alcançou 60 mil clientes em um ano	15
2.5 BDA promove campanha para minimizar malparado	15
2.6 Millennium Atlântico lança novo serviço de crédito estudantil	16
2.7 Ausência de crédito dificulta a produção	16
2.8 Adra facilita ao crédito	17
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>18</b>
3.1 Chegar a hora das embarcações	18
3.2 Crise financeira e falta de dólares	18
3.3 Mercado dos Correios: uma central de peças	18
3.4 Negócio do peixe quase rima com lixo	19
3.5 Outros mestres no mercado e a corridas as peças da Toyota	20
3.6 Polícia dá trégua aos kupapatas no Ramiros	21
3.7 Meninos das praças	21
3.8 O papel social dos Kupapatas	22
3.9 Vendedores ambulantes de Cacuaco recebem ultimato	22
3.10 AGT começa a transferência do informal para o formal	23
3.11 Desencorajada venda em locais impróprios	24
3.12 Fiscais intensificam caça as “Zungueiras” no Cazenga	24
3.13 Venda de latas aumenta rendimento familiar	25
3.14 Polícias e fiscais voltam a espancar zungueiras	26
3.15 Recomeçaram os maus tratos contra as zungueiras	26
3.16 Compradores incentivam a venda ambulante em Luanda	27
3.17 “Roboteiros” ganham espaço no transporte de mercadorias	28
3.18 Ondjiva entra na campanha de combate a informalidade	29
3.19 Amotrang oficializa paragens de moto-taxistas na cidade	30
3.20 Polícia 'perde rede' na actuação contra os assaltantes	31
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>32</b>
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>32</b>

5.1	Municípios de Cacucaco querem ver Cavuquila longe da administração	32
5.2	As actividades do governador provincial de “Luanda” vista à lupa	33
5.3	Governos provinciais e administrações deixam de licenciar actividade comercial	33
5.4	MED forma técnicos para as autarquias no país	34
5.5	Oposição quer autarquias e apresentação dos debates em directo	34
5.6	U NITA acredita em eleições autárquicas	35
5.7	Implementação das autarquias divide opinião entre Governo e Oposição	36
5.8	Implementação das autarquias divide opiniões entre governo e oposição	37

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 39

6.1	Infra-estruturas para a população nos municípios têm parceria de investimentos do sector privado	39
6.2	Novas Urbanizações transformam Cabinda	39
6.3	Programa de construção de habitações cria milhares de postos de trabalho para os jovens	41
6.4	Governantes cometem pecados na "Terra Prometida"	42
6.5	Imogestín arranca com entrega de casas no Capari	43
6.6	Os primeiros moradores da centralidade do capari já receberam as chaves	44
6.7	Imogestín entrega amanhã casas no km 44	45
6.8	Preço do cimento retarda construção de imóveis	45
6.9	Venda de habitações condicionadas pela conclusão de obras externas	46
6.10	Projecto de reforma de aldeias será replicado pelo país	47
6.11	Sambizanga ganha nova imagem	48
6.12	Inauguração de infraestruturas marca celebrações do 17 de Setembro	49
6.13	África captou mais 40% de investimento externo em 2016	50
6.14	Tributários registam imóveis no Mussulo	51
6.15	Municípios descontentem com o governo provincial de Luanda	51
6.16	Imogestín aplica medidas inconstitucionais na aquisição de imóveis nas centralidades	52
6.17	Material de construção regista alta nos preços	53
6.18	Mais casas sociais na Matala	53
6.19	Privados chineses na construção civil	55
6.20	Dificuldades em material de construção civil leva imobiliária a rever contrato	55
6.21	Novo contrato reforça acções na construção	55
6.21	Ordenamento dos Gambos tem o apoio das empresas	56

## 7. TERRA 58

7.1	Tany Narciso desdramatiza diferendo entre fiscais e jornalistas da Rádio Cazenga	58
7.2	Juventude em Malanje recebe lotes de terreno	58
7.3	Demolições abrandaram nos últimos oito meses	59
7.4	Governantes cometem pecados na "Terra Prometida"	60
7.5	Mais de 80 famílias realojadas em Cabinda	61
7.6	População e exortada a deixar zonas de risco	62
7.7	Famílias são realojadas	63
7.8	Cerca de 20 famílias em zonas de risco recebem terreno em Viana	63
7.9	Famílias beneficiam de terrenos em Viana	64
7.10	Luta pelo terreno pode acabar em morte no Cine Ngola	64

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 66

8.1	Sector de Energia e Aguas registam avanços no Lobito	66
8.2	A falta de água no Cassequel	67
8.3	PGR em Benguela no encaço «crime amnistiado»	67
8.4	Habitantes da Chibia com água melhorada	68
8.5	Abastecimento de água com algumas restrições	68
8.6	Água potável chega ao bairro Belo Monte	69

8.7	Caála com abastecimento deficiente de água potável	69
8.8	Milhares de famílias no Uíge têm água potável disponível	70
8.9	População já tem acesso a água potável	71
8.10	Vala da "Pólvora" preocupa moradores do Malweka	72
8.11	Saneamento básico deficitário	73
8.12	Kilamba Kiaxi limpa as valas de drenagem	73
8.13	Declarado combate ao lixo em Menongue	73
8.14	Contentores na estrada	74
<b>9.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>75</b>
9.1	Cuanza -Sul regista menos criminalidade	75
9.2	Polícia desmantela grupos de marginais no Zaire	75
9.3	Crime ameaça Kífica	75
9.4	Mbondo Chapéu na rota da criminalidade	76
9.5	A criminalidade é um problema de todos	76
9.6	Aumenta o combate a criminalidade	77
9.7	Agentes da polícia pedem dinheiro em troca de enquadramento na corporação	78
9.8	Casos de violência estão a diminuir	79
9.9	Violência doméstica atinge vários homens	80
9.10	Polícia 'perde rede' na actuação contra os assaltantes	80
<b>10.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>82</b>
10.1	Vala da "Pólvora" preocupa moradores do Malweka	82
10.2	Mais de 80 famílias realojadas em Cabinda	83
10.3	Árvores são abatidas para fabrico de carvão	83
10.4	Abate ilegal de árvores e animais provoca prejuízos ao meio ambiente	84
10.5	Kilamba Kiaxi limpa as valas de drenagem	85
10.6	Ravinas ameaçam engolir residências no Lubango	85
10.7	Cerca de 20 famílias em zonas de risco recebem terreno em Viana	86
10.8	Rua das Condutas esburacadas e quase intransitável deixa moradores em pânico	87
<b>11.</b>	<b>MIGRAÇÃO</b>	<b>89</b>
11.1	Político facilita entrada ilegal de congolenses em Luanda	89
<b>12.</b>	<b>EXPLORAÇÃO MINEIRA</b>	<b>90</b>

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Bolsa de Solidariedade "veio para ficar"

*Jornal de Angola*  
1 De Setembro de 2017

O ministro Gonçalves Muandumba, da Assistência e Reinserção Social, disse ontem em Luanda, na palestra alusiva ao Dia Internacional da Solidariedade, que a Bolsa de Solidariedade Social "veio para ficar".

"E porque veio para ficar, não poderia deixar de apelar - vamos fazê-lo sempre - para que cada angolano, cada um de nós, faça a diferença dando um pouco de si, partilhando o que tem com quem menos tem, porque juntos somos Angola", sublinhou. Acrescentou que ajudar quem mais precisa passa por informar, sensibilizar, agir e promover uma sociedade civil robusta, que por sua vez promova todos quantos se encontrem em situação de vulnerabilidade. O padre Mário Rui brindou os presentes, entre os quais estavam os ministros da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, e da Educação, Pinda Simão, com uma preleção sobre a importância da solidariedade.

Os primeiros bens angariados no âmbito da Bolsa de Solidariedade Social são entregues hoje à Caritas, em Luanda, em acto a ser orientado pelo ministro Gonçalves Muandumba e com a participação dos secretários de Estado, técnicos do MINARS e responsáveis da Caritas de Angola.

A Bolsa de Solidariedade coordena a angariação e distribuição de donativos a favor dos mais vulneráveis.

## I.2 Jovens esperam solução do desemprego

*Jornal Manchete*  
1 De Setembro de 2017  
Texto: Moreira Mário

A falta de emprego tem sido o principal problema da juventude em Angola, razão pela qual, essa franga da sociedade diz esperar que a situação seja resolvida pelo novo Governo, saído das eleições de 23 de Agosto.

Segundo dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), apresentados em Maio de 2016, a taxa de desemprego a nível nacional situa-se em 24,2 por cento e atinge sobretudo a população jovem.

Angola enfrenta desde 2014, uma grave crise relacionada com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Como consequência, centenas de pequenas e médias empresas de vários sectores encerraram as portas e um número considerável de cidadãos ficou desempregado.

Entretanto, muitos são os jovens que aguardam com expectativas a execução de políticas concretas relativamente ao fomento do emprego, por parte do novo Governo.

Bartolomeu António, 32 anos, é um jovem que está desempregado há dois anos e espera que o próximo Presidente da República seja competente na resolução dos problemas que enferma a juventude, particularmente a situação do desemprego.

Cristina dos Santos, 26 anos, aponta a situação do nepotismo vigente em muitas empresas. "Os que conseguem emprego são sempre as pessoas que gozam de certa imunidade junto de alguém influente", referiu.

Paulo Evaristo, 29 anos, corrobora com a mesma ideia, salientando que as instituições nem sempre olham pelas as qualidades do perfil do candidato.

Ventura Bastos e Odete Cassule, ambos estudantes universitários, consideram ser urgente a aposta na diversificação da economia do país, e as empresas devem ser potenciadas de maneira que possam garantir também empregos seguros aos cidadãos.

Por seu lado, Mariano Almeida, igualmente estudante, diz estar à procura de emprego há mais de três anos. "Estou a fazer Direito e já procurei emprego desta área e não consegui, noutras também não consegui e estou assim há quase três anos", conta.

Os anos de experiência muitas vezes exigidos pelas empresas para o preenchimento de vagas que disponibilizam, também foram das queixas manifestadas pelos interlocutores ouvidos por este jornal.

Segundo eles, "para o preenchimento dessas vagas são sempre exigidos dois, três, quatro anos de experiência", o que impossibilita os jovens recém-formados de concorrer.

Recorde-se que, o plano nacional quinquenal de desenvolvimento contempla a Política Integrada de

Desenvolvimento em que estão plasmados os caminhos de apoio à juventude.

Contudo, o documento salienta que "a juventude angolana tem merecido a maior atenção por parte do Estado, sendo os jovens considerados protagonistas da modernização, da mudança de mentalidades da reprodução social e da recuperação do atraso estrutural do país, constituindo como tal, o maior potencial para o seu desenvolvimento". Mas tais declarações ficaram-se pelo papel.

### I.3 Bolsa de Solidariedade beneficia mais de mil pessoas necessitadas

*Jornal Expansão*  
08 De Setembro de 2017

A Bolsa de Solidariedade Social, lançada pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social e MINARS), beneficiou, durante quase um mês, mais de mil pessoas necessitadas, nas províncias de Luanda e Benguela.

De acordo com a directora nacional para a Acção Social do MINARS, Teresa Kivienguele, a prioridade tem sido os centros de acolhimento de crianças e idosos, tendo já sido beneficiadas 580 pessoas em Luanda e 600 em Benguela, o que perfaz o total, em ambas, de 12,4 toneladas de bem alimentares e não alimentares, nomeadamente roupa, calçado, material escolar e de construção, medicamentos, entre outros.

As entregas de bens doados começaram no dia 31 de agosto, Dia Internacional da Solidariedade Social, prosseguiram no dia seguinte e, nesta segunda-feira, teve lugar na Associação de Apoio aos Idosos e na Comunidade do Kalawenda", disse.

O Ministério da Assistência e Reinserção Social, em parceria com a igreja católica, lançou a 9 de Agosto, em Luanda, o primeiro Banco de Bens Doados, no quadro da Bolsa de Solidariedade Social.

A Bolsa de Solidariedade Social foi lançada a 18 de Julho.

Na ocasião, o vice-presidente da República, Manuel Vicente, pediu o apoio da sociedade angolana às populações mais carenciadas e em situação de vulnerabilidade.

Esta bolsa resulta de uma iniciativa do Governo, em parceria com as organizações da sociedade civil, que se propõem a acudir as camadas da população mais necessitadas, sobretudo em tempo de crise como aquela que País vive.

Estimular, impulsionar e reforçar as acções de solidariedade, apoiar a criação de bancos de alimentos em todas as províncias, de cozinhas voluntárias e promover um movimento de voluntariado em Angola, são alguns dos objectivos da Bolsa de Solidariedade Social.

Aquando do lançamento da Bolsa de Solidariedade Social, em Julho, o ministro da Assistência e Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, afirmou que o projecto vai permitir coordenar as ajudas sociais, alargar o número de beneficiados e distribuir, com maior transparência, contribuindo para combater o desperdício.

### I.4 Moradores do Kabairro pedem socorro

*Novo Jornal*  
8 De Setembro de 2017  
Texto: Isabel João e Osmar Edgar

O bairro existe há muitos anos, mas a população que lá vive reclama da falta de tudo: água, luz eléctrica, escolas, hospitais, centros de saúde e estradas. O assunto, segundo os moradores, é do conhecimento da administração municipal de Viana que, até ao momento, "nada faz para os tirar do sofrimento".

O Kabairro, como é chamado pelos habitantes, está localizado no município de Viana, a cerca de 18 quilómetros da capital do país, e tem cerca de 68 mil habitantes, de acordo com o portal oficial do município.

Localizado nas imediações do canal do Kikuxi, o bairro espelha uma contradição que de imediato salta à vista, como constatou a reportagem do Novo Jornal. À sua frente, coabitam várias quintas luxuosas mostrando a riqueza de algumas pessoas que vivem em Angola; na parte traseira encontramos um povo que sofre e vive com níveis de pobreza assustadores.

"A água que bebemos tiramo-la do canal do Kikuxi e é uma água não tratada. Muitas vezes, os polícias ou bombeiros estão a tirar um cadáver e nós estamos a tirar a água para beber", conta Evalina Manuel, de 50 anos, que mora há anos no Kabairro.

A moradora disse-nos que a maior preocupação dos moradores da zona, que faz parte da província de Luanda, consiste na falta de energia, água potável, hospitais, escolas, centros de saúde e estradas. "Nós aqui não temos nada. Essa água do canal do Kikuxi é a que usamos para fazer tudo. As crianças aqui estão

sempre com diarreias devido ao consumo dessa água, porque não temos alternativas".

Evalina Manuel mostrou-se também preocupada com a onda de criminalidade que tem aumentado todos os dias na zona e acusa os filhos dos próprios moradores de terem estado a praticar acções que vêm tirando o sono aos populares. "Não são miúdos de outras zonas que realizam os assaltos aqui, são mesmo os nossos filhos.

Na semana passada um rapaz de 18 anos assassinou o próprio pai", recordou, temerosa.

Por outro lado, a moradora lamenta o facto de o bairro ter uma comissão de moradores e os seus responsáveis não viverem lá, daí que "não sentem o sofrimento que os moradores enfrentam todos os dias". "Eles sabem o que nós passamos, mas uma coisa é saber e a outra é sentir. E eles não sentem porque nos bairros onde vivem há água, luz, hospitais e escolas. Então, fica difícil levarem a sério as nossas preocupações".

#### Bairro sem escola

A reportagem do Novo Jornal apurou que no Kabairro não existe nenhuma escola pública e várias crianças e adolescentes estão fora do sistema de ensino. No local, existe apenas um colégio onde alguns pais que têm possibilidades financeiras colocam os filhos a estudar.

Durante a reportagem, foi também possível notar que várias crianças e adolescentes, por não integrarem o sistema escolar, acompanham as mães na venda de plantas junto ao canal do Kikuxi.

Panzo Bengue, de 45 anos, vive no bairro há 8 anos com a família e reclama das dificuldades por que passam os moradores diariamente, resultantes das graves carências. "Eu não trabalho e dos biscates que faço não ganho lá grande coisa. Tenho de pôr comida em casa, pagar o colégio dos meus cinco filhos, que é muito caro. Se tivesse aqui uma escola pública, não passaria por essas dificuldades todas; é muito sofrimento e parece que o Governo não vê isso. O que o povo exige aos nossos governantes é apenas o básico... água, escolas, hospitais e energia eléctrica. É só isso que nós queremos".

Panzo, que vive com oito membros da família numa casa de chapa de um quarto e sala, disse que a criminalidade é também motivo de preocupação e a partir das 18h00 já ninguém circula no bairro. "Nós aqui não temos esquadras, nem sequer uma esquadra móvel. Aqui mesmo na minha casa de chapa, como a senhora vê, não tem nada. Já fui assaltado, viram que

não tinha nada para roubar, mas levaram , as roupas e os cadernos dos meus filhos", conta.

## I.5 Bolsa de Solidariedade Social alarga-se ao voluntariado

*Jornal O PAÍS*

*15 De Setembro de 2017*

*Texto: Maria Teixeira*

A directora nacional da Acção Social do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Teresa Kivienguele, anunciou ontem, em Luanda, que a Bolsa de Solidariedade Social está à disposição daqueles que pretendam trabalhar como voluntários em benefício dos mais carenciados.

Esta revelação foi feita numa reunião que a direcção do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC) manteve com os responsáveis das organizações não governamentais (ONG) e da sociedade civil existentes no país.

Teresa Kivienguele sublinhou que, para além de roupa, calçado, medicamentos, chamam a atenção ao trabalho voluntário em que ainda não têm constatado uma cultura consolidada neste sentido.

"Temos verificado muitas boas práticas de voluntariado em várias localidades de Luanda. Existem grupos de senhoras que vão às casas de idosos e de doentes para arrumar, lavar a roupa e ajudar-lhes a fazerem as consultas. São práticas de solidariedade e voluntariado que às vezes desconhecemos, mas que são muito importantes", assinalou.

Explicou ainda que as doações, que podem ser feitas em dinheiro e bens materiais, visam mitigar a pobreza e a vulnerabilidade que muitas famílias enfrentam. A Bolsa de Solidariedade Social (BSS), referiu, surge da necessidade de ajudar quem mais precisa e assume-se como um órgão com a finalidade de "reunir para melhor distribuir".

Aproveitou a ocasião para esclarecer que a BSS auxilia os cidadãos, empresas e os grupos solidários a realizarem as suas actividades de responsabilidade social, permitindo ao Ministério da Assistência e Reinserção Social, através do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC), coordenar a angariação e distribuição de donativos e fundos à favor das populações.

De acordo com Teresa Kivienguele, a BSS é uma plataforma que está a ser promovida pelo Governo, em parceria com as empresas e demais parceiros



sociais, com vista a estimular, impulsionar e reforçar acções de solidariedade.

Apoiar a criação de bancos de alimentos e de cozinhas voluntárias em todas as províncias, promover um movimento de voluntariado no país e aumentar o leque de cidadãos, empresas e instituições que prestam apoio social são também alguns dos objectivos desta bolsa.

"O primeiro objectivo é aumentar a protecção aos grupos mais vulneráveis, melhorar a coordenação, articulação e orientação das ajudas. Temos notado, um pouco por todo país, que, por vezes, as acções de solidariedade são direccionadas aos mesmos grupos de idosos ou de crianças", reparou Teresa Kivienguele.

Desde modo, acredita que ajudarão a combater a pobreza e a vulnerabilidade social através do reforço dos mecanismos de solidariedade e da promoção dos valores do voluntariado e amor ao próximo.

Plataforma para fazer o bem Segundo a responsável, a bolsa é uma plataforma que congrega a boa vontade e benfeitorias de pessoas singulares e colectivas que têm a solidariedade como uma virtude que deve ser multiplicada.

Na ocasião, a secretária de Estado para a Assistência Social, Maria da Luz Magalhães, explicou que a BSS surge da necessidade de ajudar quem mais precisa e estabelece formas que auxiliam os cidadãos, empresas e grupos de solidariedade social que têm a solidariedade como uma virtude que deve ser multiplicada.

Numa primeira fase, segundo a governante, a bolsa beneficiou duas mil e 116 pessoas que se encontram em centros e lares de acolhimento, com a doação de 12,41 toneladas de bens alimentares e não alimentares, vestuário novo e usado, máquinas de costura, computadores, material de construção, brinquedos, entre outros.

Realce-se que a Bolsa de Solidariedade Social foi lançada a 18 de Julho do corrente ano pelo Governo, em parceria com organizações da sociedade civil.

## I.6 Consultores explicam aceleração económica

*Jornal de Angola*

*15 De Setembro de 2017*

A consultora BMI Research considerou ontem que o crescimento económico que prevê para Angola em 2018, de 4,1 por cento, está "marcadamente acima"

do consenso dos analistas, que estimam uma expansão de apenas 2,00 por cento.

A empresa de consultoria associada à agência de classificação de risco soberano Fitch Ratings divulgou, no final de Agosto, previsões de crescimento em 2017 e 2018, num dos seus relatórios mensais sobre a evolução da economia.

A BMI explicou que a previsão está alicerçada no aumento de curto prazo na produção de petróleo no poço Kaombo, da Total, que quando estiver operacional vai aumentar a produção em 230 mil barris por dia.

Numa breve análise sobre as previsões para alguns países africanos, os analistas escrevem que este aumento da produção "representa uma subida de 7,00 por cento e leva a um maior volume de exportações" angolanas, o maior produtor de petróleo da África Subsaariana, a par da Nigéria.

O aumento das receitas por esta via, vincam, "vai melhorar o acesso a divisas estrangeiras, estabilizando a taxa de câmbio do mercado paralelo e aumentando o poder de compra dos consumidores".

Os analistas da BMI dizem, no entanto, que estes desenvolvimentos "são transitórios, e a produção de petróleo vai retomar a tendência de declínio em 2019, o que significa que estas melhorias são de curta duração".

No final de Agosto, esta consultora já tinha escrito que, "apesar dos ventos favoráveis oferecidos pelo sector petrolífero, a alta inflação, um fraco ambiente empresarial e a incerteza sobre o futuro do regime da taxa de câmbio pelo banco central vão garantir que o investimento continue abaixo do Potencial e, em última análise, qualquer recuperação económica é curta".

É por isso que, a seguir a um crescimento de 4,1 por cento no próximo ano, as Estimativas apontam para um abrandamento para os 2,4 por cento em 2019 e 2020, o que é insuficiente para um país em desenvolvimento, como. E o caso de Angola.

Entre as vantagens do país, a BMI Research aponta os abundantes recursos naturais' como diamantes e hidrocarbonetos", e as estreitas ligações com a China, apresentadas como "uma fonte confiável de empréstimos públicos a taxas relativamente baratas".

Em sentido inverso, os analistas. destacam a enorme dependência estrutural do petróleo", que vale mais de 90 por cento do total das exportações e cerca de 70 da receita fiscal, além da elevada corrupção e um

inóspito ambiente empresarial, que é. um obstáculo aos investidores estrangeiros e nacionais".

A nível financeiro, a análise aponta como ameaças os custos do serviço da dívida externa, com taxas de juro a rondar os 10 por cento, o que leva os analistas a preverem que "Angola se arrisca a entrar em incumprimento financeiro se os empréstimos continuarem a este nível ou se a instabilidade política prejudicar as receitas fiscais".

A economia angolana cresce 2,00 por cento este ano, indicam novas estimativas da: empresa de consultoria BMI Research, associada a agência de notação Fitch Ratings Num relatório consagrado à economia angolana, a empresa de consultoria afirma que o país obtém uma recuperação modesta no crescimento económico durante os próximos dois anos devido a uma melhoria na perspectivas de evolução do sector petrolífero.

Os analistas da BMI consideram o bom desempenho transitório com a produção de petróleo a retomar a tendência de declínio em 2019, o que significa que estas melhorias são de curta duração A BMI Research alerta, no documento, que uma "inflação muito elevada" e um fraco ambiente empresarial vão pesar na produção noutros sectores da economia, negando uma recuperação mais abrangente.

Seja qual for a cifra, as previsões das principais organizações internacionais são bastante otimistas, o que cria boas expectativas nos investidores externos.

## 1.7 Produção de Angola muito abaixo da média da África subsaariana

*Novo Jornal*

*22 De Setembro de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Angola apresenta um nível de produção estatística muito abaixo dos países da África Subsaariana, depois de, entre 2012 e 2014 ter-se situado numa classificação "muito boa", que começou a regredir entre 2015 e 2016, revelou nesta quarta-feira, 20, em Luanda o professor Jorge Caiado.

O especialista, que apresentava os resultados da avaliação do indicador de capacidade estatística do Banco Mundial, num workshop dirigido aos stakeholders ou os utilizadores-chave do Instituto Nacional de Estatística (INE), assinalou que até 2016 Angola nunca tinha feito um censo agrícola.

"[Angola) nem nunca reportou às Nações Unidas as estatísticas vitais que permitem calcular a demografia

e avaliar a respectiva qualidade. Nos últimos quatro anos Angola não realizou inquéritos sobre a pobreza, de modo a recolher dados sobre os rendimentos das famílias, o consumo e as despesas, incluindo os rendimentos em espécie", acrescentou.

Segundo Jorge Caiado, a situação de Angola não é boa e até nos últimos anos ao longo de 13 anos. De 2014 a 2016 verificou-se que, em termos de pontuação global do indicador de capacidade estatística do Banco Mundial, Angola tem vindo a posicionar-se consecutivamente muito abaixo da média dos 188 países que integram o Banco Internacional para as Questões de Desenvolvimento (BIRDf e abaixo dos países da África subsaariana. "Em 2016, no mais recente indicador, Angola teve a pontuação mais baixa dos últimos oito anos com o resultado de 42,2 pontos de uma pontuação máxima de 100, ao passo que a média dos países da África Subsaariana foi de 59,87, havendo uma diferença bastante significativa, enquanto a média dos países do BIRD foi de 75,28. Angola está abaixo de países como África do Sul, Moçambique, República Democrática do Congo, Suazilândia, "Etiópia, Zimbabwe, Tanzânia, Nigéria, entre outros", indicou.

Para o professor, essa pontuação foi fortemente afectada pela baixa classificação nas áreas de fontes de dados e metodologia, em que em cada uma Angola obteve apenas 30 pontos de um máximo de 100 em 2016, em relação ao indicador de capacidade estatística (que mede a capacidade do país respeitar os padrões e métodos recomendados internacionalmente). Segundo o Banco Mundial, em todo o período em análise Angola nunca apresentou as contas dos governos centrais consolidadas.

## 1.8 «Em cada ano nós somos cada vez mais pobres»

*Novo Jornal*

*29 De Setembro de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião e Lídia Onde*

Como surge a ideia de escrever este livro?

As ideias para estas compilações até muitas vezes não surgem do próprio autor. Já foi assim na colectânea anterior. São emails que eu recebo a pedirem-me artigos que publiquei no semanário Expansão, em revistas e jornais. Mas tenho alguma dificuldade, porque tenho um ficheiro na minha pen drive onde estão acumulados cerca de seis mil ficheiros e tenho muitas dificuldades, às vezes, em encontrar um dado ficheiro ou texto. Então, a publicação foi ao encontro

dessa solicitação, procurando incidir sobretudo na crise económica actual, nas razões de estarmos nesta situação crítica financeira e social depois de 2013 e 2014. Entendi então que a melhor forma de satisfazer estas solicitações que me surgem por email era compilar estas crónicas, no semanário em especial, porque a minha participação no Expansão é quinzenal, e eu desde que sou colaborador do mesmo nunca falhei. Nunca houve uma falha da minha parte em termos de cumprir o contacto com os leitores quinzenalmente. Então, e como disse o Dr. Pedro Peixeiro, a Texto Editores já anda atrás de mim há algum tempo para que eu ceda, ou tenha uma parceria com eles, para que esta editora portuguesa que faz parte do Grupo Leya fosse também a minha editora e surgiu esta oportunidade.

De quantas crónicas se compõe o livro? São 58 crónicas.

Sente que o seu legado está a ser transmitido às gerações mais jovens?

Absolutamente. Não tenho dúvidas nenhuma. Se calhar, haverá pouca gente aqui em Angola que tenha transmitido um legado, porque sempre foi o meu propósito. Desde que acabei o meu curso em Portugal, comecei a minha actividade de docência ainda como monitor, vim para cá e esse sempre foi o meu propósito. Transmitir da melhor maneira aos meus alunos, dar-lhes conhecimento para terem um bocado do meu know-how, da minha experiência e se você for fazer a soma de ministros e vice-ministros desde que somos independentes, vai encontrar lá muita gente que foi formada por mim, ou seja, que também foram meus alunos. Porque eu dou duas disciplinas e não mais. Para a formação de um economista existem outras disciplinas, mas eu tenho contribuído; e a outra componente do legado são os livros e reflexões que ponho à disposição de toda a gente. Não há qualquer problema em pôr à disposição, aceito críticas e observações, não tenho qualquer problema quanto a isso, e os resultados disto estão com os assistentes que têm trabalhado comigo nas minhas aulas.

É considerado um dos críticos da economia angolana ...

Há os críticos que só destroem. A crítica não faz mal a ninguém e pode ser uma fonte de conhecimento. Sou um crítico construtivo. Vou dar-lhe um exemplo. Falei na minha intervenção do Dr. José Pedro de Moraes, que na altura era ministro do Planeamento, todos os dias de manhã conversávamos, e eu na altura fazia um conjunto de crónicas na Rádio LAC que se chamava "Crónica Económica da Semana", emitidas todas as sextas-feiras. O que ele me disse foi:

"Alves da Rocha, naquilo que escreve, é intocável, porque fundamenta em factos e nunca se esquece de fundamentar com a teoria". Portanto, isto é que faz a crítica construtiva. Não é a crítica que deita abaixo tudo, nem se sabendo muitas vezes porque é que se deita abaixo.

Estas críticas são mais de natureza política e ideológica. A minha crítica é uma crítica construtiva, baseada na ciência económica e nos factos. Sou um crítico construtivo.

E qual será o feedback que esta obra trará no tocante à criação de opiniões relativamente à situação económica e financeira que o país vive?

Já tenho sentido esta massa crítica de opiniões, por emails que me mandam dizendo "gostei do seu artigo mas não concordo com aquela parte". É assim que se forma a opinião. O semanário Expansão poderá dizer isso melhor do que eu. Mas sinto-a, não tenho Facebook, não tenho nada disso, mas através do meu email, porque nas crónicas que escrevo está lá o meu nome e o endereço electrónico, e portanto tenho tido reacções que também têm contribuído para a formação - dos jovens; tenho a minha preocupação, formar velhos já não dá:

Assim sendo, que leitura faz da economia angolana hoje?

(Risos) Diria que a situação desde há algum tempo, ou desde 2009, aquando da crise económica e financeira internacional, que nós já tínhamos sinais de alerta, mas não eram ainda sinais vermelhos. Eram sinais laranja, que são também de alerta. Já havia esses sinais que não foram tidos em devida consideração por quem faz a política económica e social do país, porque eram sinais que faziam antever que toda esta crise do preço do petróleo poderia acontecer. Porque em 2009 o preço baixou, subiu em 2010 e também em 2011, houve a recuperação das receitas, petrolíferas em divisas que são a principal fonte de financiamento da economia e nada mais. Depois de 2009, a taxa média de crescimento de Angola até 2016 andou à volta de 2 e 2,5 por cento. É uma taxa de crescimento do produto Interno Bruto (PIB) insuficiente, não apenas para que nós possamos fazer a diversificação, mas também tendo em conta a elevada taxa de crescimento demográfico. Em cada ano, nós, angolanos, somos cada vez mais pobres, porque a economia cresce a 2 por cento e a população cresce a 3,1 por cento. Se calhar a gente não sente, mas é isso que está a acontecer em termos macroeconómicos.

E o que pode acontecer daqui para o futuro?

Não sei. Não há grandes expectativas do preço do petróleo subir, pelo menos colocando-se ao nível daquilo que tivemos em 2008. Em 2008, foi o último ano com uma taxa média de crescimento do PIB de 11,5%, notável nessa altura. Nós não temos condições nem sinais de que possamos retomar esse período entre 2002 e 2008, em que a taxa média de crescimento foi à volta de 2,5%. Não há sinais de que isso possa voltar a existir. Como dizem os ingleses, "out of question", não há mais qualquer hipótese. Entretanto, não reunimos as condições fundamentais, não temos capital institucional, nem capital humano, nem capital social, nem capital empresarial, nem dinheiro, a economia não tem dinheiro e não há divisas. Os últimos dados do Banco Nacional de Angola dão conta de um stock de reservas internacionais líquidas de nove mil milhões de dólares. Já chegámos a ter 40 mil milhões, 39 mil milhões e 35 mil milhões. Como é que se reconstrói uma economia sem dinheiro? É complicado. Há modelos na ciência económica e na economia de desenvolvimento que nos permitem centrar o essencial da recuperação de uma economia no trabalho. Mas isso já foi chão que deu uvas. Hoje os três elementos essenciais da recuperação e do crescimento económico têm a ver com o capital, a tecnologia, a inovação e o capital humano. E quando se fala em capital humano, é a mão-de-obra qualificada. Nós estamos há muitos anos atrás disso e até 2021 ou 2022 pessoalmente não espero grandes alterações nesta dinâmica de crescimento. Nós perdemos a dinâmica de crescimento, porque ainda que haja a intenção de se fazerem reformas, estas demoram um tempo. As reformas não causam efeito da noite para o dia. Há desfasamentos, há leis e portanto temos que continuar a trabalhar. Eu, no meu caso pessoal, vou continuar a dar os meus pontos de vista, as minhas contribuições a ver se consegue recuperar alguma coisa. Nos meus dois artigos, um já da semana passada no semanário Expansão e o próximo forneço contributos do meu ponto de vista e reflexões para a nova governação. Que se quiserem levar em consideração, muito bem, e se não quiserem, paciência. Eu também quando escrevo ou quando reflecto não estou preocupado que o governo leve em consideração ou não. Eu não escrevo para isso. Escrevo para difundir o meu know-how, as minhas reflexões, sobretudo nos meios universitários e académicos.

Se o governo entende que tem ali alguma fonte de inspiração pode fazê-lo, não cobra nada. Se entender que não, porque o MPLA também os seus economistas, tem bons economistas, não vale a pena a gente estar a pensar que somos o centro do mundo.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Lei das Sociedades de Microcrédito fixa plafond em um milhão de kwanzas

*Jornal Economia e Finanças*  
01 De Setembro de 2017

O montante máximo permitido, actualmente, para a concessão do microcrédito individual ou para grupo solidário é de um milhão de kwanzas em termos quantitativos.

O instrumento legislativo que aprovou e regula as actividades das Sociedades de Microcrédito e estabelece as bases para o seu exercício de supervisão das instituições é o Decreto Presidencial N° 28/n, de 2 de Fevereiro.

Com base nestes e noutros instrutivos que emite, o Banco Nacional de Angola (BNA) segue o objectivo da preservação da moeda nacional, a estabilidade dos preços e a prosperidade das famílias angolanas.

Nesta conformidade, o Banco Nacional de Angola, no âmbito das suas competências, pretende fomentar, promover e acompanhar as operações de microcrédito assentes na responsabilidade social e na capacitação das sociedades de microcrédito, em parceria com as entidades religiosas.

Na concepção do BNA, vale referenciar que o microcrédito, embora seja um crédito de montante não elevado, comporta benefícios sociais e económicos de grande impacto para a economia angolana.

Entre os ganhos surgem a criação de uma actividade sustentável capaz de gerar um excedente de rendimento, que compense o capital emprestado; o pequeno investimento que cria um negócio e o próprio emprego; a facilitação de empreendedorismo; a promoção da inclusão financeira; o incentivo à formalização da economia informal; o aumento da receita fiscal; a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e a redução da pobreza, pela criação do emprego e rendimentos para as famílias.

Os dados anteriores sobre o tema dão conta que as instituições bancárias ligadas à actividade do microcrédito têm contribuído no aumento da geração de riqueza.

Uma das estratégias adoptadas e de forma acertada tem a ver com a parceria estabelecida com os centros

de formação e organismos ligados ao empreendedorismo.

### 2.2 Microcrédito dispara na captação de clientes

*Jornal Economia e Finanças*  
01 De Setembro de 2017  
Texto: Isaque Lourenço

As soluções de microcrédito na banca angolana são cada vez mais apreciadas e já revelam alguma preferência das famílias e organizações no momento de optarem pela busca de financiamento.

De acordo com os dados que o Banco Nacional de Angola (BNA) disponibilizou, recentemente, de 2008 a Maio deste ano, a carteira de crédito concedido passou de 500 milhões para os 9,1 mil milhões de kwanzas. Já o número de clientes subiu de oito para os 126 mil.

A vice-governadora, Ana Paulo do Patrocínio Rodrigues, de acordo com o BNA na sua página de internet, que discursou na abertura da formação sobre microcrédito para as entidades religiosas inscritas no Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), disse que o banco central elaborou um plano para a promoção e dinamização do microcrédito e do Crédito Pessoal em Angola.

Este mesmo plano, conforme a responsável, visa garantir o acesso aos serviços básicos, às facilidades de formação e capacitação, a criação de autonegocio, de microempresas, e ao microcrédito.

Lembrou que existem também no sistema financeiro angolano, quatro (4) bancos que exercem Actividades de microcrédito, designadamente BPC, BCI, Banco Sol e o BAI Micro Finanças.

Por outro lado, disse ainda que em 2008 e Maio de 2017, o número de instituições financeiras autorizadas aumentou de 1 para 33; o número de instituições financeiras em actividade de um para sete e o número de agências de seis para 113- Os dados referenciados dão conta que em Angola, o microcrédito surgiu em 1999 através do programa governamental que foi destinado, numa primeira fase, às famílias vítimas da guerra.

A primeira instituição de microcrédito formalmente constituída em Angola em 2008, foi a Kixicredito, a maior, em termos de distribuição geográfica no território nacional.

A Kixicrédito é também a parceira do Banco Nacional de Angola na organização das acções de formações nesse âmbito.

## 2.3 Quiosques do Xikila Money em Luanda criam proximidade entre cidadãos e banca

*Jornal de Angola*

*1 De Setembro de 2017*

*Texto: Vânia Inácio*

Textos e fotos de Vânia Inácio Xikila Money movimentam cerca de mil transações bancárias/dia e abre, em média, 50. contas, e tudo através de um telemóvel a qualquer hora e lugar.

Neste momento, são já mais de 30 mil contas abertas e 25 por cento das transações efectuadas por via de telemóveis (smartphone). as restantes 75 por cento ocorrem nas ISSO, quiosques de Luanda e outras 30 do Huambo.

A operar no mercado desde Março deste ano, o projecto pode dar-se ao gozo de ser o primeiro banco puramente digital no mercado angolano, daí que leva ainda a vantagem de estar ligado ao Banco Postal, que é uma parceria entre a Ensa, os Correios de Angola e investidores particulares.

Só em Luanda, o Banco Postal tem possui quatro agências e 150 quiosques "Xikila Money" com agentes autorizados para dar resposta às inúmeras solicitações diárias. No Huambo está presente com uma agência.

Através de um número de telemóvel e apenas 10.0. kwanzas, o cidadão tem acesso a uma conta bancária e automaticamente fica habilitado a efectuar operações de levantamentos, pagamentos e transferências de dinheiro pelo interior do país sem necessitar de sair de casa. Neste momento, só não está disponível as transferências interbancárias (banco-banco).

Nos quiosques, o cliente pode depositar até 60. mil kwanzas ou levantar 40. mil: Quanto aos pagamentos, que podem ser feitos tanto nos quiosques quanto por telemóvel, é possível ajustar as contas de energia, água, serviços de televisão e efectuar uma compra a um estabelecimento desde que esteja também a usar os serviços desse banco, que a experiência tem sido boa.

"Na verdade, essa é a primeira movimentação que faço desde que abri a conta. Fiz agora um depósito, mas penso que a vantagem é mesmo de fazer

movimentos em qualquer esquina, sem fila e sem perder tempo".

Marcelina Costa, solteira e estudante universitária, disse que aderiu aos serviços do Xiquila Money pela sua simplicidade. Ela, que é trabalhadora de uma tabacaria, aderiu aos serviços há dois meses e disse que, apesar de ainda não ter feito nenhum movimento, considera o serviço inovador e vantajoso.

"Penso que usar o Xiquila Money é muito simples. Através de um telefone posso efectuar pagamento, consultar o saldo e até enviar dinheiro".

Para Miguel Jamba, que vive maritalmente, com três filhos é zungueiro. Para ele, o Xiquila Money é muito rápido e eficiente, pois consegue fazer os movimentos em sua conta em qualquer quiosque sem ter que esperar em uma fila de um banco.

"Para mim, é muito mais fácil, porque quando preciso de levantar ou depositar qual-quer dinheiro, eu tenho na hora e em qualquer esquina. Estou a gostar muito."

Já o Nicolau Capitão, solteiro de 29 anos de idade, aderiu aos serviços por estar a trabalhar mesmo ao lado de um quiosque.

"Eu trabalho numa cabine de Telo e bem ao lado há um quios-

### Opinião do cliente

A equipa de reportagem do JÉ' saiu à rua e constatou que estas novas ofertas têm vindo a conquistar cada vez mais utilizadores, pejo que não é de estranhar perceber que o crescimento da adopção da banca digital é, efetivamente, um dado adquirido.

É assim que para Hélio Henriques, estudante universitário de 26 anos de idade, é cliente do banco há mais de um mês=Ele que foi convencido a abrir a conta pelos agentes do banco e afirma

O que do Xiquila e acho que só abri porque fui motivado pelos trabalhadores", disse Nicolau Capitão, que tem feito depósitos regulares à sua conta.

Já Mustafa Daramy, de nacionalidade senegalesa, é proprietário de uma cantina localizada nas imediações da Ingombota.

Solteiro, "com muitos filhos", Mustafa informa que utiliza os serviços de POS {Ponto de venda} do banco digital, e avalia o sistema como sendo bom.

"Por enquanto ainda não há muita aderência. Mas gosto do serviço porque para se efectuar um pagamento a pessoa só precisa do seu número de telefone e o código", afirma.

## 2.4 Banco Postal alcançou 60 mil clientes em um ano

*Jornal O PAÍS*

*02 De Setembro de 2017*

*Texto: Hélder Caculo*

Banco Postal declarou que as metas foram alcançadas no seu primeiro ano de actividade, assinalado ontem, Sexta-feira, 01 de Setembro. A direcção do Banco Postal referiu que parte do sucesso com a carteira de clientes deveu-se ao Xikila Money, a sua primeira unidade de negócios lançada em Março do ano em curso.

Associada ao sistema postal e com uma abordagem inovadora, a instituição aposta na tecnologia de pagamentos com uma oferta diferenciada, e está focada na inclusão financeira e na formalização das actividades comerciais.

Para o presente ano económico, banco liderado por N guní alívio prevê lançar mais unidades de negócios na área do comércio e empresarial, nomeadamente. a objectivo é servir tanto o mercado formal quanto o informal.

a banco está instalado em Luanda com três agências e na cidade do Huambo com uma. Além disso, conta com quiosques espalhados nas mesmas províncias.

a Banco Postal é uma instituição de perfil comercial que agrega três distintos segmentos de negócios, nomeadamente "Xikila Money", um serviço financeiro inovador que permitirá a abertura de conta bancária e transação de valores em tempo real através do telemóvel, o Corporate & Personal", destinado às médias e grandes empresas e particulares com rendimentos elevados, e o "Comércio & Empresários", dedicada às pequenas empresas.

Com três unidades de negócio, o projecto de carácter público-privado visa oferecer maiores e melhores respostas aos desafios da economia nacional, o Banco Postal é detido por acionistas de referência do sector público e privado, entre os quais se destacam os Correios de Angola, o Grupo E SA e a EGM Capital.

## 2.5 BDA promove campanha para minimizar malparado

*Jornal Expansão*

*08 De Setembro de 2017*

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) está a desenvolver, há quase dois meses, uma campanha designada 'Diversificar' que visa sensibilizar e incutir a conduta responsável em relação ao reembolso dos créditos concedidos pela banca aos clientes, tendo sensibilizado até ao momento mais de 35 mil pessoas.

O supervisor de equipa do Programa de Sensibilização do BDA, Carlos da Silva, sublinhou à imprensa, no final da carrimónia de apresentação dos propósitos da campanha aos funcionários do Ministério dos Transportes, que "o fundamento do programa é sensibilizar as pessoas no âmbito da educação financeira. Nós vivemos períodos em que muito se fala do incumprimento bancário, então, o programa foi criado para educar a população, no âmbito da boa cidadania, para a importância do retorno dos financiamentos que os bancos concedem".

A campanha 'Diversificar', lançada em Julho, em Luanda, visa promover e reforçar o conceito de círculo virtuoso da economia, como modelo de uma conduta responsável, relativamente ao reembolso dos créditos", tendo já sensibilizado até ao início deste mês um total de 35.847 pessoas, 4.406 estabelecimentos comerciais e 67 instituições públicas e privadas.

E importante que as pessoas saibam que os bancos estão disponíveis no nosso mercado para essa questão dos financiamentos e o que nós queremos é que os empreendedores tenham conhecimento que, quando usarem os empréstimos, é necessário o reembolso", esclareceu o técnico do BDA. Em reacção à apresentação da campanha aos quadros do Ministério dos Transportes, a directora do gabinete de estudos, planeamento e estatística, Teresa Mourão, defendeu a definição de escalões, na hora da cedência de créditos aos empreendedores.

Essa diversificação tem que passar por escalões e não podemos diversificar com valores díspares, é preciso especificar bem essa situação e isso deve ser levado a todas as províncias do País, para que as pessoas captem esta necessidade e poderem investir o seu dinheiro, porque as informações que são dadas por determinados bancos não são as melhores", referiu.

## 2.6 Millennium Atlântico lança novo serviço de crédito estudantil

*Jornal Expansão*

08 De Setembro de 2017

Texto: Alexandre Lourenço

O Banco Millennium Atlântico colocou à disposição dos interessados o seu mais recente serviço de crédito denominado oferta universitário+", com um plafond de dois milhões e 500 Kz para o empréstimo estudantil.

De acordo com uma fonte do banco, o serviço Oferta Universitário+ integra um conjunto de soluções criado dentro da conta universitária, com o objectivo de investir na formação académica.

A subscrição da oferta Universitária permite ao estudante aceder a um conjunto de serviços concebido, exclusivamente, para universitários, que vai desde o crédito, poupança, acesso à conta 24horas por dia e descontos numa rede de parceiros.

Entre os requisitos para o acesso consta a comprovação da condição de estudante universitário no regime trabalhador com frequência comprovada, subscrição do depósito a Prazo Universitário de 20 mil kwanzas, com uma taxa de juro anual bruta de 7% no Plano de Poupança Universitário, subscrição do cartão multicaixa universitário e assinatura do Atlântico directo.

A conta Universitária é um outro serviço criado pelo banco Millennium Atlântico, sem obrigação de montante mínimo de abertura para os estudantes universitários e que permite movimentar kwanzas ou dólares.

Com a criação da conta, o estudante dispõe de oferta da primeira anuidade do cartão Multicaixa Universitário, que permite efectuar depósitos e levantamentos em numerário ao balcão, Possibilita ainda a realização e recepção de transferências e o acesso à oferta universitário.

Apesar de este pacote ter sido colocado à disposição dos universitários, a esmagadora maioria dos bancos ainda continua sem dar resposta ao sector, sobretudo no que diz respeito a empréstimos estudantis, constatou o Expansão numa ronda por vários bancos.

O banco Millennium Atlântico é um dos poucos, se não o único' com este serviço exclusivo aos estudantes", diz o economista Felisberto André, acrescentando que o reembolso é uma das razões que

põe a banca com um pé atrás no que toca à implementação deste tipo de pacotes.

Pelo facto de o País estar a ultrapassar uma situação complicada muitos não querem implementar um serviço do género, principalmente a banca, porque ainda ouvimos muito falar da história do crédito mal parado.

Portanto, se o banco resolveu implementar, independentemente das situações, temos é que dar-lhe os parabéns para que outras façam o mesmo".

Em termos de comparação, a maioria dos bancos de alguns países africano oferece empréstimo estudantil, com diversas modalidades de reembolso. Por exemplo, na África do Sul, os bancos dão crédito a taxas de juros competitivas e os estudantes efectuam os pagamentos após concluírem a sua formação.

Já no Gana, o procedimento de empréstimos estudantis é um mecanismo elegível para todos os estudantes matriculados numa instituição pública e serve para financiar parcialmente a alimentação, transportes, alojamento, entre outras despesas que podem ser apresentadas.

O custo de vida de um estudante universitário em Angola ronda os 82.500 kz, verba que compreende as despesas de alojamento, alimentação, transporte, telefone e outros gastos pessoais. Já o custo de educação, em termos médios anuais, ronda os 330 mil kz, quando contabilizados os valores pagos nas propinas, taxa de matrícula, taxa de inscrição para exames, livros, equipamento e outras despesas anuais relacionadas com a frequência da licenciatura.

De acordo com o estudo sobre custo e financiamento do ensino superior, apenas 22% dos candidatos (213) dizem que contraíram um empréstimo para financiar os estudos. A maior parte foi pedida em 2015.

## 2.7 Ausência de crédito dificulta a produção

*Jornal de Angola*

24 De Setembro de 2017

A dificuldade na obtenção de financiamento nos bancos está a inviabilizar o aumento da produção agrícola e a aquisição de máquinas para o desenvolvimento da actividade agrária no Cuanza-Norte, afirmou, na sexta-feira, em Camoma, Cazengo, o agricultor Estêvão José Manuel.

Em declarações à Angop sobre os constrangimentos que os agricultores enfrentam nas suas actividades, Estêvão José Manuel defendeu o aumento dos incentivos aos agricultores para a concretização de



muitos projectos agrícolas com potencial de contribuir para o combate à fome e à diversificação da economia do país.

O agricultor, dono da fazenda Kirimbonde, apontou o elevado custo dos pesticidas e fertilizantes contra as pragas e a correcção dos solos como outros dos constrangimentos à actividade agrícola. A Kirimbonde colheu 40 toneladas de tomate na última campanha agrícola, depois de um investimento com fundos próprios de cinco milhões de kwanzas.

Situada na localidade de Camoma, a 25 quilómetros de Ndalatando, a fazenda, que ocupa 70 hectares, oito das quais cultivados, produz ainda cenoura, pepino, couve, repolho, pimento, cebola e milho.

Neste ano, a fazenda tem 43 hectares de terra em Kirimbonde, 12 para o cultivo de tomate, 18 repartidos em três talhões de seis hectares para repolho, pimento e beringela, com a banana e milho a ocuparem o espaço restante. Aconselhou os agricultores a apostarem na produção de legumes, para a aumentarem os rendimentos.

## 2.8 Adra facilita ao crédito

*Jornal Economia E Finanças*  
29 De Setembro de 2017

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA-Antena-Malanje) está facilitar os camponeses do município de Calandula, província de Malanje, a obterem créditos agrícola junto do Banco de Comércio e Indústria (BCI), para o aumento da produção local.

Segundo a Angop, a informação foi avançada na passada segunda-feira, pelo coordenador municipal da Adra em Calandula, Gomes Américo, durante o décimo encontro das comunidades, tendo referido que desde o mês de Outubro de 2016' até ao mês de Setembro do corrente ano, o BCI aprovou e financiou 17 projectos, com um investimento a rondar os 32 Milhões e 500 mil kwanzas.

Fez saber que a Adra, em Calandula, conta com dois projectos virados ao fomento agrícola, tendo um a ver com a mecanização agrícola, com apoio da Bell máquinas, e outro com a capacitação e formação das comunidades.

Apoio garantidos Por' seu turno, o director da Adra Antena Malanje", Fernando Santos, fez saber que as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento local ao nível dos encontros municipais comunitário, deverão se centrar nos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à

pobreza por aglutinarem um conjunto de acções públicas, com incidência nos sectores da A.-8Ticultura, Educação, Saúde, Aguas, entre outros.

Gomes Américo referiu que nos encontros das comunidades, as equipas municipais da Adra devem identificar experiências concretas que estão a ser desenvolvidas no âmbito dos projectos que possam ser partilhadas e divulgadas, abarcando os domínios de produção agropecuária:

Na ocasião, o administrador municipal de Calandula, Pedro Sebastião Dembue, elogiou a iniciativa da Adra que tem trabalhado na busca de soluções das famílias, no reforço organizacional das cooperativas, cedência de créditos e formação ligada a desenvolvimento comunitário Encontros do género já foram realizados nos município de Cacuso e Kiwaba Nzoji.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Chegar a hora das embarcações

*Jornal de Angola*  
4 De Setembro de 2017

Fernanda Gabriel moradora do distrito urbano do Ngola Kiluanje é mãe de três filhos. Ela vende peixe há dez anos. Deixa a casa por volta das 4H.30M da manhã para ir à Praia do Mundial comprar peixe. Chega ao local às 6 horas altura em que começam a atracar as primeiras embarcações. Ela e colegas de faina mergulham na água e vão até aos barcos para adquirir o pescado.

Em posse do peixe lava-o arruma-o numa banheira e se põe dentro de um táxi rumo ao mercado dos Kwanzas onde geralmente o comercializa. Explica que nesta época do Cacimbo a lambula é o peixe mais concorrido. Talvez se deva ao preço: sete peixes custam 100 Kwanzas. Fernanda Gabriel garante que não é fácil a actividade de peixeira.

Rosa Pedro 38 anos é peixeira há 12. Ela trabalha com o irmão que é pescador e comercializa todo o tipo de pescado. "Ngá toza' (Dona Rosa) como lhe chamam as colegas conta que se sente satisfeita por ter um emprego do qual consegue subsistência para família e pagar os estudos dos filhos. "Outrora tínhamos muitos clientes pois o preço do peixe na praia era muito acessível comparado a outros locais. Mas, por causa do lixo na praia muitos clientes fugiram" disse. Ela aponta sábados e domingos como os dias com mais clientes.

Madalena Calesso outra vendedora moradora do bairro da Sanzala em Vía na acorda muito cedo para conseguir o negócio. "As 3 da manhã estamos de pé e por volta das 6 horas os clientes já têm o peixe". Além de carapau vende peixe-espada cachucho peixe-galo matona.

Ela queixa-se dos custos. "De Vía na a Cacucão são mais de três horas de ida e volta Gastamos em média 800 Kwanzas pelo transporte".

Há peixes comprados a 2500. o monte de seis, para serem revendidos dois a 2.500 Kwanzas.

Madalena Calesso põe de lado a possibilidade de mudar de negócio. Sente-se bem a vender peixe, porque os lucros ajudam a sustentar a família.

'Sempre gostei vender peixe. Quando tinha os meus 15 anos acompanhava a minha avó à praça. Adquiri esta experiência da minha avó', lembra. FH

### 3.2 Crise financeira e falta de dólares

*Jornal de Angola*  
4 Setembro de 2017

A crise financeira que o país atravessa tem dificultado a actividade dos vendedores de peças de automóveis. Anteriormente, deslocavam-se facilmente à África do Sul, Namíbia, Dubai e Japão, em busca de acessório para revender no país. A subida dos dólares no mercado informal é apontada como o principal motivo para que muitos negociantes reduzam a aquisição de peças no exterior do país.

Domingos Rodrigues destaca que a dificuldade em transferir divisas é um constrangimento sério, que afecta não só o mercado informal, mas também as concessionárias de renome no país. Estes encontram dificuldades em obter clientes, devido à subida dos preços, inclusive de viaturas.

"Actualmente, os clientes reclamam devido aos elevados preços das peças. Tudo isso tem a ver com a dificuldade na aquisição de divisas e na transferência para o exterior ", explicou Domingos Rodrigues.

Dialó Mamadou, de nacionalidade Senegalesa acusou os vendedores angolanos de falta de visão para o negócio e de serem imediatistas. "Pensam logo em ganhar dinheiro e não gostam de criar aproximação aos clientes. Quem vai procurar por peças não pensa duas vezes; procura por quem o atendeu com carinho e lhe fez um tom preço". Mamadou gaba-se de ter boa relação com os colegas e garante que vende peças mais baratas, mesmo sendo de boa qualidade. Para atrair os clientes. JP

### 3.3 Mercado dos Correios: uma central de peças

*Jornal de Angola*  
4 De Setembro de 2017  
Texto: João Pedro

O mercado dos Correios, em Luan- da, é o maior revendedor de peças novas e usadas de automóveis no país. O espaço é o recurso para muitos mecânicos e automobilistas que procuram por acessórios. Ali, nada é considerado lixo; tudo é aproveitado por quem tem conhecimento sobre peças. No local, é possível encontrar pessoas de todos os níveis sociais, principalmente, as que têm carro. Há quem diga que,

actualmente, em Angola, representa todas as marcas e modelos de viaturas. A venda das peças é feita por sectores e nacionalidades.

No início do mercado, próximo aos prédios, na rua Machado Saldanha (estrada que passa pelo bairro Popular, vinda do Cemitério da Santa' ma), encontramos uma mistura de nacionalidades, sendo notório o domínio dos vendedores do Congo Democrático. A seguir, estão os malianos, nigerianos e senegaleses, que têm o controlo da venda de acessórios auto. No coração da praça, há um território à parte. Somente os angolanos, provenientes de várias províncias do país, estão ali. Já no fim do mercado, próximo ao campo de futebol dos Correios, fica a área dos "malanjos", (os vendedores são da província de Malanje). É um território impenetrável, apesar de se observar investidas de alguns congolezes, que são repetidas vezes acusados de estragar o negócio, praticando preços muito baixos. Muitas vezes sofrem ameaças.

Lealdade ou corrida ao "saldo"?

No meio das aparentes fricções entre vendedores, no mercado dos Correios, há o respeito pelo colega, uma espécie de código de honra. Assim, se, por acaso, for solicitada uma determinada peça a um vendedor e este não a tiver, ele não dispensa o cliente. Chama o primo ou o amigo, que tem o material para vender. Fechado o negócio, há sempre um "saldo" para o colega solidário. Apesar da solidariedade, o dia-a-dia dos vendedores no mercado dos Correios não tem sido fácil. Há quem fi- que sem vender o dia inteiro. Este é o "Dia da Bruxa". Mas também há os dias em que tudo corre bem. "Parece que os clientes sonharam contigo e tudo o que procuram tu tens", disse um vendedor. Este é o dia do "Faz- Me Rir". Até as senhoras que vendem água, bombó e ginguba também lucram.

Para muitos vendedores nacionais, a entrada de estrangeiros no negocio das peças auto trouxe muitas consequências negativas. As vendas reduziram, os preços e os lucros baixaram, significativamente. Tudo isso aliado à falta de divisas. Domingos Rodrigues, mas conhecido por Jack, contou que começou a vender peças por influência de um vizinho. Hoje, depois de 21 anos no mercado, garante que tem muito conhecimento de peças de vários modelos de carros. Por isso, é solicitado por muitas oficinas, principalmente, quando não encontram peças nas concessionárias.

### 3.4 Negócio do peixe quase rima com lixo

*Jornal de Angola*

*4 De Setembro de 2017*

*Texto: Fula Martins*

O peixe, no famoso mercado do 'Mundial', em Cacuaco, é vendido sob condições nada higiénicas. É escamado no chão, à volta de amontoados de lixo. A prática é muito antiga. Ao local chegam pessoas de quase toda a parte da capital, mas a higiene é inquietante. As próprias vendedoras aliviam-se ali mesmo. Ao invés de Praia Mundial, o local podia chamar-se, perfeitamente, "Lixeira Mundial".

Logo à entrada da Praia Mundial, é visível a presença de lixo, resultante da acumulação de vísceras e escamas. A falta de cuidados entre os pescadores e as vendedoras tem feito que muitos compradores desistam de adquirir pescado no local, onde se podem observar ainda vermes entre banheiras e bancadas montadas ao longo da orla marítima.

Garcia Moisés, comprador, disse que a situação preocupa frequentadores do local, que, diariamente, ali se deslocam para adquirir peixe.

"A inexistência de contentores de lixo faz com que as peixeiras e pescadores depositem o lixo ao longo da praia, o que tem provocado mau cheiro e bichos", disse. Já para Salomão Pedro, pescador há mais de três anos, a falta de higiene tem deixado os compradores e pescadores preocupados, porque o lixo e o mau cheiro são prejudiciais à saúde.

"Não existe harmonia entre os moradores, pescadores e as peixeiras, na limpeza e na recolha do lixo que produzimos", lamentou. Realçou que a praia do Mundial não serve apenas para a comercialização do peixe. Há outras pessoas que frequentam igualmente o local e que estão preocupadas com a presença do lixo.

Salomão Pedro sublinhou que, devido à presença do lixo, as peixeiras e os pescadores vêem o negócio em risco. "O local tem servido para sustentar muitas famílias", alertou. A falta de contentor também tem contribuído para os amontoados de lixo. Segundo entrevistados, as peixeiras e os pescadores são obrigados a abandonar o lixo à beira-mar e no areal, devido à falta de contentores. A situação obriga os negociantes a comercializarem o peixe no meio do lixo que produzem.

## PESCADO CHEGA AO UIJE

O peixe que sobra da venda diária tem destinos diferentes. Em alguns casos, é colocado em carrinhas com gelo, para ser comercializado nas províncias do Uíje, Cuanza Norte e Malanje. Noutros, grande parte é escalada para a seca, enquanto outra é congelada, para ser vendida no dia seguinte.

De acordo com Catarino Justino, 58 anos, 38 como pescador, quem não tem como congelar ou salgar atira o remanescente para o lixo ou o deixa junto ao mar, para ser arrastada pelas ondas.

Quando o negócio não acaba no mesmo dia, os pescadores e as zungueiras são obrigados a juntar dinheiro para comprar gelo e assim conservá-lo. Também acontecem situações em que o pescado que sobra é oferecido a pessoas que por lá aparecem exclusivamente para isso.

O pescador disse que a Praia do Mundial recebe, em média, 30 a 40 embarcações de pesca artesanal, o que o torna, ainda hoje, um ponto obrigatório para a compra de peixe fresco.

## ESCAMAR É LUCRATIVO

Além dos compradores que necessitam de peixe para o consumo, o local de atracagem dos barcos é invadido por crianças e jovens, com o propósito de escamar o peixe. Uma forma encontrada para fazer negócio e obter algum lucro. Mal se faz a compra, aparece alguém a propor o serviço. É quase sempre no mesmo tom: "vamos já escamar, minha kota".

A maioria dos compradores prefere levar o pescado já escamado, assegurando a conservação antes de chegar a casa. O peixe tratado à beira-mar é lavado com água salgada e o lixo, empurrado pelas ondas, acaba por servir de alimento para outros peixes.

Ngolome Vikila pratica esta actividade há três anos. A qualidade do peixe determina o preço. Escamar um monte de cinco cachuchos custa 200 Kuanzas. Já as sardinhas graúdas são tratadas a 100 Kuanzas.

A limpeza de um monte de cinco carapaus custa 250 Kuanzas e o de espada 200 Kuanzas.

O choco fica a 500 Kuanzas. Celestina Chilepo, 25 anos, explicou que, nos dias de muita procura, como sextas e sábados, chega a factura entre seis e oito mil Kuanzas. Realçou a existência de clientes ocasionais e permanentes.

"Com os ganhos que arrecadamos, consigo alimentar a minha família", disse satisfeita.

João Baptista tem 19 anos. É novo no emprego. Estava a escamar um monte de dez carapaus grossos. Pelo trabalho, pagaram-lhe 300 Kwanzas. Pelo monte de sardinha, cobra, entretanto, 200 Kwanzas. Pela corvina, 200, quimbumbo, 300; Marionga, 100 e chacharro, 150.

O jovem disse que, diariamente, faz acima de quatro mil Kwanzas. Os preços que pratica são inferiores aos dos outros colegas. "Cobro menos, por- que é a maneira que encontrei para ali- ciar a procura", justificou.

Sebastião Adão, outro "escamador", chefia um grupo de jovens que chegou a lucrar acima dos 15 mil Kwanzas por dia. Na divisão, cada integrante recebe cinco mil por semana.

## 3.5 Outros mestres no mercado e a corridas as peças da Toyota

*Jornal de Angola*

*4 De Setembro de 2017*

Situado entre os bairros Malanjinos, Cassequel do Buraco, Rocha Pinto, Golf 1 e 2, o mercado dos Correios, além de estar rodeado de recauchutagens, é frequentado por mecânicos, rebitadores, fumadores de vidros, pintores, reparadores de portas de viaturas, entre outros "mestres", que trabalham ali mesmo. Há proprietários de veículos que arriscam a fazer o trabalho no local.

Pedro Manuel, também conhecido como Jorginho, vive no bairro Malanjinos, distrito do Kilamba Kiáxi. Tem 24 anos de idade e trabalha no mercado há sete anos. Disse que é polivalente: troca calços e cintas; levanta a suspensão e troca a bomba de qualquer viatura. Ele garante que os preços variam de acordo com a marca e o modelo da viatura. "Aqui políticos, jogadores e empresários de renome procuram pelos nossos trabalhos. Assim, aproveitamos para cobrar mais caro. Com o dinheiro que ganho, compro roupa e comida", disse Jorginho. Peças de Toyota são as mais procuradas.

As peças da marca Toyota conhecidos entre nós por 'Galinha Rija', 'Sonangol', 'Rabo de Pato' e 'Olho-de-Gato', turismo que já não entram no país, são os mais procurados, de acordo com os vendedores. A seguir estão as peças para Mitsubishi de diversos modelos. De um modo geral, os acessórios de ocasião são os mais solicitados e são mais barato ali do que em outros locais.

Cambila dos Prazeres, mecânico, disse que conseguiu comprar meio motor de um Toyota Rav 4, por 85 mil

kwanzas. "Aqui é uma questão de persistência, na conversa com os vendedores. Se não fores bom a discutir o preço, compras caro", advertiu. Frequentador, há muitos anos, do mercado, este cliente garantiu que, se alguém comprar um acessório com defeito \_ ou falha, "os vendedores aceitam a devolução. Quando damos conta que as peças não servem no carro, LXJ (lemos substituir Se o vendedor não tiver Outras devolve-nos o dinheiro", explicou o mecânico JP

### 3.6 Polícia dá trégua aos kupapatas no Ramiros

*Jornal O PAÍS*

*04 De Setembro de 2017*

Caro director, obrigado pela oportunidade para mais uma vez falar da situação que envolve os moradores da minha banda, o Ramiros.

Na última carta que escrevi para o vosso jornal, falei dos agentes da Polícia que usavam as motorizadas dos Moto-taxistas, vulgo Kupapatas, para realizarem rondas pelo bairro, sob pretextos de que os jovens andavam ilegais.

Felizmente, no último mês e até à presente data, não se registou essa situação e os jovens passaram a realizar o seu trabalho com normalidade, o que, para já, demonstra a vontade da Administração local, suportada pelo partido MPLA, em fazer cumprir o lema: "Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal".

Todavia, os passos que foram dados é que não parecem muito seguros, porque de um bairro calmo, o distrito do Ramiros transformou-se num palco fértil para os marginais de algum tempo a esta parte, provocando o sentimento de insegurança aos moradores.

A polícia deixou de circular com as motorizadas dos kupapatas, mas, em contra-partida, as rondas no interior do bairro deixaram de existir facto que tem motivado os assaltos à mão armada' principalmente no período nocturno.

A falta de meios como viaturas e motorizadas, são apontadas como as principais razões da falta de patrulhamento nas ruas e, aliás, normalmente, sempre que as pessoas se dirigem à esquadra para fazer participação sobre algum delito, os agentes alegam que não podem chegar ao local por falta de meio. O nosso 'socorro' tem sido abrigada da Polícia de Guarda Fronteira que, localmente, tem desempenhado um papel preponderante no que diz

respeito ao combate à delinquência. O que nós não conseguimos entender, caro director, é o facto de a Polícia de Ordem Pública queixar -se de meios e a Polícia de Guarda Fronteira ter viaturas suficientes, inclusive para prestar auxílio ao povo sempre que solicitada.

Eu me pergunto: não pertencem as duas ao mesmo ministério? As autoridades municipais quando expõem as suas preocupações ao Governo de Luanda não dizem que têm falta de viaturas e motorizadas para patrulha?

Para terminar, espero que a trégua dada aos kupapatas não seja apenas um "flash" do período eleitoral.

### 3.7 Meninos das praças

*Jornal O PAÍS*

*6 De Setembro de 2017*

Prezados amigos jornalistas e leitores do jornal O PAÍS,

Estou muito contente por este jornal oferecer este espaço das cartas aos leitores que eu leio sempre e aprendo muita coisa. É uma secção que trás notícias fornecidas pelos próprios leitores que falam das zonas em que vivem e dos problemas que enfrentam no seu dia-a-dia.

Eu quero aqui falar de uma coisa que me deixa muito preocupado com o futuro do país e que parece que o nosso Governo não está a ver. Ao menos as administrações não fazem nada. Quando vamos numa praça, em Angola, seja na cidade, seja nas aldeias ou estradas, há lá sempre um enxame de crianças que vendem sacos, ajudam a carregar sacos de compras ou simplesmente se dedicam a roubar. Se somarmos os números de todas as crianças de todas as praças do país, veremos que afinal ainda há muita criança que não estuda e que passa Q dia a aprender como se tornar alcoólatra ou bandido no futuro. As meninas dessas praças quase todas já têm filhos, e dizem que têm que vender para sustentar a criança, porque o pai, ou já não vive lá, ou não trabalha. Acho que este é um problema sério que deveria merecer uma melhor atenção do Governos e da sociedade. Tem de se acabar com os meninos das praças, para o bem do nosso país e do seu futuro. Lopes Venâncio

Ingombota - Luanda

### 3.8 O papel social dos Kupapatas

*Jornal O PAÍS*

*08 De Setembro de 2017*

Kupapata é um termo da língua umbundo que em português significa "apalpar". Os motoqueiros ficaram afamados com este nome, por estarem sempre a apalpar o bolso quando recebiam dinheiro dos clientes. Outra tradução refere que, a denominação surgiu quando as crianças divertiam-se a verem as pessoas serem transportadas em motorizadas por desconhecidos e com medo de caírem, agarravam-se aos ombros dos motoqueiros, motivo pela qual comentavam vai mais um kupapata.

Reza a história que o serviço de moto táxi, surgiu na década dos anos oitenta, nos mercados de S.Paulo e do Canhe, periferia da cidade do Huambo, onde se realizavam aulas de condução de motorizada. Expandiu-se depois, nos bairros circunvizinhos dos referidos mercados. Pelo serviço de moto táxi na época cobrava-se KZ,50,00, as motorizadas também eram. De 50 cc, por esta coincidência denominava-se processo cinquenta.

Posteriormente propalou-se nas restantes províncias do país, surgiram motorizadas de maior cilindrada e algumas com três rodas e proporcionou maior aderência a este serviço.

Hoje, as motos táxi, passaram a ser um meio de transporte importante para milhares de pessoas todos os dias. Em Luanda por exemplo, este serviço se realiza com maior ocorrência nos bairros periféricos, transportando não só passageiro como mercadorias de casa para a praça e vice-versa. Na baixa de Luanda, devido o engarrafamento do trânsito, facilitam aquelas pessoas que desejem resolver um determinado assunto que exige a sua presença, distante do seu local de serviço, como também podem reduzir o tempo que um táxi comum levaria de percurso da Mutamba ao S.Paulo.

É um meio de transporte ágil, que permite circular em locais em que os transportes públicos não chegam e possibilita transportar passageiro até à porta de casa.

Exercem esta actividade, jovens maioritariamente provenientes das províncias do Sul de Angola, em busca de melhores condições de vida, outros vêm seguindo o exemplo de amigos ou parentes. Embora a maioria dos motoqueiros estarem vinculados a Amotrang - Associação dos Moto táxis tas Transportadores de Angola, a sua actividade não tem preço fixado. a periferia, mediante ã distância a percorrer, cobram Kz. 150.00 a 200.00 e na zona

urbana cobram Kz.500.00. É de extrema importância a prestação de serviço dos motoqueiros para a sociedade, na medida em que ajuda por um lado no sustento de várias famílias e por outro, no transporte de pessoas e bens nas áreas onde, por falta de vias rodoviárias em condições, o transporte público ou o privado (táxi) (vulgarmente chamado de candongueiro), não conseguem transitar.

Mas nem sempre este serviço é um mar de rosas. O trânsito de motociclos é caracterizado como bastante anárquico, sobretudo por falta de conhecimento do Código de Estrada pela maioria dos motociclistas.

Perturbam a ordem e a tranquilidade pública, muitos conduzem sem capacete, outros sob efeito de álcool, na contra mão e nos passeios, fazem ultrapassagens irregulares, transportam volumes avultados, excedem a lotação (por regra devem transportar apenas uma pessoa), desrespeitam os limites de velocidade e outras violações ao Código de Estrada. O comportamento desviante por parte dos motoqueiros, pode colocar em risco a integridade física não só do próprio condutor como do rebocado/pendura.

Para bem da sociedade e do serviço de moto taxista, seria aconselhável que a Amotrang proceda à legalização de todos quanto exercem esta actividade, exigindo para tal que estejam habilitados com a respectiva licença de condução. As autoridades policiais devem actuar no sentido de fiscalizarem o uso de coletes refletivos e capacetes.

Bem-haja.

### 3.9 Vendedores ambulantes de Cacuo recebem ultimato

*Jornal O PAÍS*

*10 De Setembro de 2017*

O director do Comércio no município de Cacuo, Manuel Gonçalves, estabeleceu o prazo de sete dias para os vendedores ambulantes se enquadrem num dos 11 mercados disponíveis naquela circunscrição.

Numa entrevista concedida recentemente à Angop, o responsável esclareceu que a decisão foi tomada durante um encontro que mantiveram com cerca de 900 cidadãos que exercem a sua actividade comercial em locais impróprios como pedonais, passeios e paragens de táxis.

Quem insistir em vender em locais impróprios e sem o cartão de vendedor ambulante estará sujeito a uma admoestação pelos efectivos dos serviços de

fiscalização";  
Advertiu.

Por outro lado, Manuel Gonçalves realçou a disponibilidade da Direcção Municipal do Comércio ajudar no "processo de enquadramento" dos cidadãos que tiverem dificuldades para tal.

O município de Cacuaco possui 11 mercados, dos quais seis públicos e cinco privados, localizados nos quatro distritos urbanos e na comuna da circunscrição e tem aproximadamente 571 km'.

Está limitado a Sul com os municípios de Viana e Cazenga, a Oeste com o Oceano Atlântico e município da Sambizanga e a Norte e a Leste com o município do Dande, da província do Bengo.

O município de Cacuaco é atravessado de Norte a Sul pelo Rio Bengo. Tem três comunas: Cacuaco, Kicolo e Funda.

### 3.10 AGT começa a transferência do informal para o formal

*Jornal de Angola*

*14 De Setembro de 2017*

*Texto: Armando Estrela*

A Administração Geral Tributária (AGT) começou no dia 11 de setembro, nos mercados Kifika e Cantinton, em Luanda, a campanha nacional de registo e actualização dos comerciantes na informalidade, visando a oficialização do comércio informal de cada cidadão.

O seguimento da criação da iniciativa referente ao alargamento da base tributária e de combate à informalidade, a acção é realizada pela Terceira Região Tributária, que compreende as províncias de Luanda e Bengo. o primeiro dia de campanha foram arrecadados 9.680.352 kwanzas de imposto industrial calculado com base na tabela dos lucros mínimos, com o registo de 86 contribuintes, entre os quais 41 no Kifika e 29 no Cantinton.

Durante a campanha, os técnicos envolvidos sensibilizam os contribuintes para as vantagens da formalização dos impostos, fazem a localização, identificação e registo de contribuintes não cadastrados, além da actualização dos que estão registados e devem notificar os contribuintes por não pagamento de impostos, por falta de registo e de apresentação de declarações fiscais.

Com base no calendário de cada Repartição Fiscal da Terceira Região Tributária, os técnicos vão intervir, nesta primeira fase da campanha, apenas nos

mercados da cidade de Luanda, como feiras e lojas de bebidas alcoólicas (1.ª Repartição Fiscal), mercado dos Correios (2.ª Repartição Fiscal), mercado dos Kwanzas da Repartição Fiscal), mercado do Cantinton (4.ª Repartição Fiscal), mercado do Km 30 (Repartição Fiscal de Viana) e o mercado do Kikolo (Repartição Fiscal de Cacuaco).

Para esta campanha de formalização das actividades desenvolvidas por cada cidadão, a prioridade de actuação nos mercados recai para armazéns a grosso e a retalho, bancadas no interior e exterior dos mercados, cantinas, farmácias, geladarias, padarias, restaurantes e rulotes.

#### Comércio informal

Além destes locais associados a mercados, a iniciativa considera como público-alvo os salões de beleza e de festas, as unidades hoteleiras, os diversos armazéns, as oficinas, as unidades de restauração, as discotecas, os condomínios, as casas de jogos, as "boutiques", os empreiteiros de construção civil e os realizadores de eventos.

Em paralelo com esta selecção de empresas com maior potencial de arrecadação' pretende-se com essa campanha fiscalizar outros estabelecimentos comerciais, como ginásios, estúdios fotográficos, empresas de comunicação, farmácias, "rent-a-car", gráficas, reprografias, serigrafias e floristas, entre outras áreas com actividade económica relevante.

Em breve, a iniciativa deve expandir-se para todas as demais seis regiões tributárias que formam a AGT e, no essencial, a campanha deve ainda contribuir para a justiça social e a concorrência [justa e aumentar o nível de educação fiscal do contribuinte.

A Terceira Região Tributária é um dos sete serviços regionais da Administração Geral Tributária (AGT) é um organismo do Estado que tem por missão fundamental propor e executar a política tributária do Estado, assegurando o seu integral cumprimento, administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe seja matriculados, bem como estudar, promover, coordenar, executar e avaliar os programas, medidas e acções de política tributária, relativas à organização, gestão e aperfeiçoamento do sistema tributário.

A Administração Geral Tributária tem a missão de controlar a fronteira externa do país e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Executivo.

A Administração Geral Tributária resulta de fusão entre a Direcção Nacional de Impostos (DNI), o e iço Nacional das Alfâ de as (SNA) e o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). A Administração Geral Tributária é uma pessoa colectiva de Direito Público, que integra a Administração Indirecta, gozando de personalidade e capacidade jurídica e dotada de autonomia administrativa, regulamentar, patrimonial e financeira.

### 3.11 Desencorajada venda em locais impróprios

*Jornal de Angola*

*14 De Setembro de 2017*

Os bens apreendidos na rua pelos serviços de fiscalização são levados às instituições de caridade, que fazem a distribuição para os centros com maior carência, disse ontem Ricardo Pascoal, dos Serviços de Fiscalização de Viana.

Ricardo Pascoal explicou que apenas são apreendidos os bens das pessoas que insistem em vender em locais proibidos ou mostram resistência em não querer sair das zonas interditas à venda, mas depois da aplicação de uma multa, no valor aproximado do preço do produto em causa, a mercadoria é devolvida. "E isto desencoraja algumas pessoas", reconheceu. Ricardo Pascoal informou que os fiscais têm sido submetidos periodicamente formação para o bom desempenho das suas actividades.

As declarações foram feitas após a uma campanha de sensibilização aos vendedores de rua realizada, no mel cado do Quilómetro 30, no município de Viana, pela empresa Kilanssa Su no quadro do seu projecto social.

Os vendedores foram sensibilizados no sentido de comercializarem os pro dutos nos mercados construídos pelo Governo. Segundo o director-geral adjunto da Kilanssa Su, António Simão em muitos locais foram colocados; placas de proibição de venda, mas é pessoas insistem em comercializa, nestas zonas.

### 3.12 Fiscais intensificam caça as “Zungueiras” no Cazenga

*Jornal Manchete*

*14 De Setembro de 2017*

*Texto: Paz de Deus*

Depois de a administração municipal de Cacucaco, propriamente o seu departamento de fiscalização, ter ao longo da semana finda, reunido com as zungueiras

para alertar às mesmas sobre a necessidade de abandonarem a prática da venda ambulante nas principais avenidas, por "constituir" ameaça à integridade físico destas e parcialmente retirar a estética ao município, a Administração do Cazenga liderada por Natanael Narciso, tomou a mesma iniciativa na manhã do dia 13.0917, tendo instruído uma brigada de fiscais acompanhada por efectivos da policia Nacional, a evacuar os homens e mulheres que se dedicam à venda de vários produtos na zona do Gamek.

Uma atitude não aceite pelos comerciantes, que alegam não terem recebidos nenhuma notificação por parte da Administração local. Entretanto, durante a conversa mantida I com nosso jornal, as vítimas da carga "fiscal" e policial, acusaram a brigada de fiscalização de estar a agir à margem da lei, sobretudo por alega da mente ' apreender seus bens e dar destino incerto.

Fomos surpreendidos nesta manhã quando os fiscais chegaram aqui acompanhados com a polícia nacional, e começaram a realizar a apreensão dos nossos bens, sem dizer absolutamente nada, inclusive entraram na casa de processo onde guardamos as coisas e tiraram tudo que lá havia, transportaram com as suas viaturas, onde levaram, sinceramente ninguém sabe", disse Sebastião da Costa, ambulante.

Os zungueiros como são vulgarmente conhecido, afirmaram que depois e verem os seus pertences apreendidos, no busca de respostas e soluções, contactaram o responsável da brigada em serviço identificado apenas por "CANGOLA" - que os informou a necessidades de abandonar o local nos próximos dias.

O mercado do "Sucupira" é apontado pela administração municipal do Cazenga como o destino das ambulantes da zona do Gamek, que alegam não estarem de acordo com a decisão, pelo facto de o referido mercado não possuir as mínimas condições para a prática desta actividade, por supostamente estar numa zona de difícil acesso principalmente na época chuvosa.

Por sua vez, Suzana André, ambulante há mais de cinco anos, contesta a ida ao mercado do Sucupira, por alegada falta de possibilidades financeiras para adquirir uma bancada, que de acordo com a mesma, está a ser comercializado num valor superior a 25 mil Kwanzas.

"Eu vendo com dez mil Kwanzas e é deste mesmo valor que vou custeando todas as despesas de casa, será difícil conseguir comprar uma bancada de 25 mil Kwanzas. Se eles querem mesmo o nosso bem,



devem estudar mecanismos práticos para nós, nada de ficarem a nos escorraçar feito cães", frisou na ocasião Suzana André, reconhecendo, por outro lado, os riscos na qual estão expostas no quotidiano em busca do pão, e não esconde o desejo de um dia obter um lugar próprio num dos mercados para realizar a sua venda com máxima segurança e livre do que considerou "abusos dos fiscais."

Envidamos esforços em ouvir a equipa da brigada de fiscalização do Cazenga em serviço, mas sem sucessos.

### 3.13 Venda de latas aumenta rendimento familiar

*Jornal O PAÍS*

*14 De Setembro de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

Dezenas de cidadãos na cidade de Luan- Ida adoptaram a recolha e a venda de latas de refrigerantes como nova fonte de rendimento. O negócio tem sido feito, sobretudo, por mulheres de diferentes faixas etárias, que não medem esforços em busca do referido material popularmente conhecidas como "culú".

A iniciativa surgiu em resposta ao anúncio de uma empresa, feito recentemente nas redes sociais Facebook e WhatsApp, que dizia estar interessada em comprar latas de alumínio "amassadas ou pisadas e até queimadas" ao preço de 100 Kwanzas o quilograma.

A informação facilmente se "espalhou" e tem atraído muitas pessoas que veem no negócio uma oportunidade de aumentar os seus rendimentos, tal como apurou a equipa de reportagem de OPAÍS, na Segunda-feira.

De realçar que esta iniciativa é semelhante a uma outra já vivenciada também na cidade de Luanda, com a recolha das anilhas (arcos de alumínio que ficam na parte superior das latas e facilitam a sua abertura).

Eram 12:30h quando avistamos duas senhoras que aparentavam ter entre 50 a 60 anos, sentadas em baixo de uma árvore, num terreno baldio, ao lado do Xyami Shopping da cidade do Kilamba, ladeadas por alguns sacos contendo latas de alumínio.

Descontraídas, quase que de forma sincronizada, embatiam pedras sobre as latas a fim de as amolgar e, de seguida, colocavam-nas nos sacos de serapilheira.

Indagadas para que finalidade estavam a desempenhar aquelas actividades, dona Kaquila, sorridente, tomou a dianteira para explicar que, após encher os sacos, juntá-los-ia aos outros que já tinha armazenado em sua casa para vender à "empresa do branco", situada no bairro da Sanzala, em Viana.

Sem interromper o trabalho, a senhora contou que diariamente sai de casa às 8:00h da manhã, em companhia da sua amiga, para juntas recolherem latas de gasosa espalhadas no chão, em contentares de lixo e outras solicitadas aos estabelecimentos comerciais.

O processo de recolha requer paciência, uma vez que nem sempre conseguem levar um saco cheio para casa. Mas quando assim acontece é motivo para satisfação, porque possibilita-lhes ganhar um valor monetário que considera ser "pouco, mas bom", em função do peso.

"Nós recolhemos as latas. Juntamos cerca de 10 a 20 sacos e depois levamos de mota daqui (Belas) até Viana. Tem um senhor que pesa e aponta num caderno quantos sacos levamos e por vezes nos paga dez mil Kwanzas", explicou a anciã.

Ao fazer uso da língua nacional Kikongo, por ser a que mais lhe facilitava a comunicação, a idosa disse que era apenas uma forma de se "desenrascar a vida".

Já a sua companheira, que de forma dinâmica ia colocando as latas num dos sacos, explicou que a sua função era apenas de recolher os recipientes de refrigerantes e apresentá-los à pessoa que delegou que fizesse este trabalho, sem avançar qualquer outra informação adicional.

"Ajudamos as famílias e contribuindo para a limpeza da cidade" Com o objetivo de obter mais informações em torno do negócio, OPAÍS contactou os responsáveis da empresa Plaslata, promotora da iniciativa.

O director administrativo e financeiro, Jerónimo Tongolola, afirmou que a referida organização encontra-se há dois meses no mercado e dedica-se à compra de alumínio, tendo as famílias como seus principais fornecedores.

Para o responsável, a referida actividades comercial, além de ajudar no aumento da renda mensal das famílias, está também a contribuir para a limpeza da cidade.

"Pelo menos 30 pessoas marcam presença diariamente nos postos de recolha e pesagem. Muitos dos nossos funcionários já tratam as senhoras pelos nomes", afirmou. Acrescentou de seguida que "no primeiro dia elas aparecem com 10 a 20 quilogramas,

mas na segunda vez trazem em quantidades maiores com o propósito de ganharem mais", disse.

Sobre o valor pago por quilograma, Jerónimo Tongolola afirmou que o alumínio é um metal cotado na bolsa ao preço de 70 Kwanzas o quilograma, mas, para incentivar as famílias optaram por uniformizar o preço a 100 Kwanzas.

Duas toneladas por semana

Por semana, a empresa tem adquirido cerca de duas toneladas de alumínio, valor que considera ainda estar abaixo da média pretendida, através dos pontos de recolhas existentes nos municípios de Viana, Cazenga, Cacuaco, Belas, Talatona e nos distritos urbanos do Rangel e Sambanga.

A recolha diária é feita em dias da semana específicos. A título de exemplo, em Viana de Segunda a Sexta-feira e no Cazenga a recolha é feita às Terças-feiras e aos Domingos, ao passo que no município de Belas acontece às Quartas-feiras.

Inicialmente o material é armazenado no estaleiro de Viana e quando atinge uma determinada quantidade, ele é transferido para o estaleiro Central, localizado em Caxito, onde funciona a fábrica.

"Além de Luanda, estamos nas províncias do Cuanza-Sul e da Huíla. Estamos a criar condições para implementar o projecto também em Benguela", esclareceu o responsável.

Jerónimo Tongolola disse ainda que a empresa aguarda por oportunidades para que possa fazer as outras fases da reciclagem, designadamente, a compactação, a limpeza e a produção de novas latas.

Na ânsia de obtermos mais informações sobre este processo, OPAÍS agendou ainda uma visita a um dos pontos de recolha de Viana com a anuência dos responsáveis da referida empresa e com a devida antecedência. No entanto, a visita foi desmarcada no momento em que o responsável da Plaslata tomou conhecimento que estávamos no local combinado.

### 3.14 Polícias e fiscais voltam a espancar zungueiras

*Jornal Manchete*

15 De Setembro de 2017

Texto: Anabela Ana

Polícia e fiscais do governo, frequentemente de traje civil e sem identificação, sujeitam as vendedoras ambulantes a maus-tratos, incluindo multas mulheres

com bebés, no decurso das operações para retirá-las da rua à força.

A polícia apreende os seus produtos, extorque subornos, faz ameaças de detenção e, em alguns casos, detém efectivamente. Para estes abusos, a impunidade tem sido a regra.

O governo deve dar imediatamente ordens públicas à polícia para cessar a violência e assegurar-se de que as operações de retirada são levadas a cabo por agentes profissionais que actuam com total respeito pela lei.

Muitas das rusgas seguem um padrão semelhante fiscais, geralmente munidos de porretes, e polícias armados abordam grupos de vendedores ambulantes a pé, de carro ou de mota. De seguida, afugentam os vendedores agredindo-os e confiscando os seus produtos.

Vendedoras ambulantes descreveram a violência das rusgas ao Jornal Liberdade. Disseram que até mulheres grávidas são espancadas com porretes e outros objectos e agredidas com pontapés, estalos e murros, sustendo ferimentos como nódoas negras e braços, pernas e rostos inchados.

A maioria dos vendedores ambulantes vivem em condições de pobreza extrema desde que, há uma década atrás, foi deslocada durante a guerra civil e tem sido excluída dos benefícios trazidos pela economia do pós-guerra em constante crescimento. A grande maioria não tem acesso a serviços públicos básicos, vive em bairros informais sem protecção jurídica e nem sequer possui um bilhete de identidade.

O governo afirma que a satisfação dos direitos económicos e sociais é uma prioridade, mas se assim é, deveria garantir que as comunidades mais pobres de Angola são protegidas e não alvo de abusos.

Ajudar os vendedores ambulantes a ter acesso a bilhetes de identidade e a serviços públicos seria um primeiro passo muito positivo.

### 3.15 Recomeçaram os maus tratos contra as zungueiras

*Jornal Manchete*

15 De Setembro de 2017

Texto: Albino Sampaio

No município de Cacuaco, o cenário já está a revelar-se bastante complicado para as pessoas que encontram nas ruas a fonte de sobrevivência das suas famílias, por falta de emprego.

A respeito destas vicissitudes, o jornal Liberdade saiu a rua para conversar com as pessoas que vivem de venda ambulante que, em abono da verdade, põem as suas vidas em risco atendendo aos locais onde exercem a mesma actividade.

A uma senhora aparentando ter os seus 50 anos, não identificada, foi-lhe apreendido os seus produtos por elementos afectos à administração de Cacuaco sem contempações. A vendedora chorava amargamente na altura em que a nossa reportagem se fazia presente no local dos factos.

Para tal, a senhora descreveu que é necessário pelo menos que as autoridades fizessem recursos a educação do cidadão sobre os riscos a que estão sujeitos ao venderem os seus produtos em locais impróprios.

"Eles recebem os nossos produtos e depois levam para parte incerta aonde são divididos entre eles", acusou, acrescentando ironicamente que era de esperar que depois das eleições, as mulheres regressariam à prática forçada de "atletismo".

Revelou que os fiscais batem nas senhoras e recebem os seus produtos, mesmo sabendo que a violência constitui crime. As organizações femininas, tanto as político-partidárias, como as religiosas e as demais que lutam contra os maus tratos contra as mulheres, pouco ou quase nada fazem para responsabilização de entidades ou pessoas singulares que usam a violência para reprimir qualquer acção das zungueiras.

A par disto, muitas são as mulheres vendedoras ambulantes agredidas ou mortas pelo simples exercício de comércio em diversos locais e não só. Os fiscais do Governo Provincial de Luanda, usam em várias ocasiões o poder para violentar as senhoras numa altura em que deveriam usar outros mecanismos para as disciplinar.

Recordando a velha história das zungueiras, muitas há que no exercício das suas funções, foram atingidas mortalmente nos mercados do "arreou-arreou": do S. Paulo, Congolenses, Kikolo, Viana e Cacuaco.

As zungueiras avançam que sempre que queiram reaver os negócios apreendidos pelos fiscais e agentes da polícia, são obrigadas a envolverem-se sexualmente com os mesmos, caso contrário, ficam sem as coisas.

Inês Costa, uma zungueira no município de Viana, admitiu a informação, chegando mesmo a confirmar que o envolvimento sexual com fiscais e elementos da polícia nacional ajuda, de que maneira, a protecção dos seus negócios. "Eu não admito que me levem o meu negócio, ligo logo para o meu namorado que

conversa com os seus colegas e depois devolvem o meu produto", descreveu a jovem de 30 anos.

Sobre o caso, o sociólogo Antunes Manuel Zacarias entende que, sendo a zunga o único meio para a sobrevivência de muitas famílias, o Estado deve construir mercados para albergar todas as pessoas que queiram exercer o seu comércio de forma honesta, com vista acabar com os abusos a que são sujeitas.

Sublinhou que as famílias também devem facilitar o trabalho do governo, uma vez que quando construídos os mercados, as senhoras devem ocupar os seus espaços, com vista a se evitar questões do género.

### 3.16 Compradores incentivam a venda ambulante em Luanda

*Jornal Manchete*

*22 De Setembro de 2017*

*Texto: Moreira Mário*

A Persistência em comprar produtos na via pública por parte dos cidadãos tem motivado de alguma forma a venda ambulante na cidade de Luanda, como reconheceu esta semana, o próprio coordenador da Associação Angolana de Zungueiros (AAZ), José Cassoma.

Segundo o responsável, os vendedores ambulantes, também chamados zungueiros, abandonam os seus lugares nos mercados para comercializar na rua porque alegadamente é ali onde se encontram os potenciais clientes, uma vez que os mesmos não têm a cultura de comprar os seus produtos nos mercados.

José Cassoma falava aos jornalistas no final da reunião do governador de Luanda, Higinio Carneiro, com directores provinciais, administradores municipais e de distritos urbanos e responsáveis das áreas de fiscalização na qual abordou a problemática dos mercados de rua e a venda ambulante na província.

A venda ambulante em Luanda constitui um dos principais problemas com que se debate o Governo Provincial de Luanda. Em Março do ano passado, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) anunciou que passaria a cobrar multas a partir de 45 mil kwanzas pela venda ambulante desordenada nas ruas da capital angolana.

A CACL, que em Fevereiro do mesmo ano passou a ser liderada pelo governador da província de Luanda, justificou a medida com a nova lei das transgressões administrativas e advertiu que além dos vendedores

também quem compra na rua pode ser sancionado. Além da perda de bens a favor do município, os infractores podem ainda ser responsabilizados criminalmente por desobediência às autoridades públicas.

Pelo menos ainda não há nenhuma reacção publicamente, por enquanto, por parte dos cidadãos quanto à medida que além dos vendedores, também sanciona quem compra na rua.

Mas alguns cidadãos que falaram ao Manchete sobre o assunto, se mostraram divididos nas suas opiniões. Houve quem dissesse que os compradores nada têm a ver com a venda desordenada que acontece nas ruas da capital, ao passo que outros aplaudem a medida alegando que os pequenos mercados de rua têm sido fonte de desordem pública.

#### QUASE INIBIDO EM ALGUMAS ZONAS, MAS RESISTE

A zona da Rotunda da Cuca, no município do Cazenga, já foi das mais críticas em termos da venda ambulante. Tal como apurou o Manchete, o fenómeno tende a diminuir nos últimos tempos, face ao combate cerrado que vem sendo levado a cabo pelas autoridades locais.

Mas apesar disso os vendedores não cruzaram os braços, pois para escapar da acção dos fiscais e dos agentes da polícia, os mesmos agora aproveitam comercializar os seus produtos ao cair da noite. Os vendedores, entre cidadãos congolese e nacionais, perfilam-se na berma da estrada com lanternas apregoando os preços para os clientes. No Soa Paulo, o pregão das zungueiras que tanto se ouvia todos os dias a anunciarem os seus negócios com a intenção de atrair clientes, também diminuiu. Já houve tempos que os automobilistas partilhavam a estrada com as vendedoras e com os chamados roboteiros, indivíduos que, com carros manuais de madeira, transportam os produtos dos clientes.

Outro local fértil que invariavelmente também se nota a diminuição da venda ambulante é a zona dos Congolenses. Enquanto isso na zona da Vila de Cacucaco, no município com o mesmo nome, a administração local estabeleceu um prazo de sete dias para o enquadramento dos vendedores ambulantes nos mercados da circunscrição.

A decisão foi tomada recentemente durante um encontro entre os responsáveis da administração e mais de 900 vendedores, que exercem actividade em locais impróprios, como passeios, paragens de táxi e pedonais.

As autoridades do município advertiram que, quem insistir em vender em locais impróprios e sem o cartão de vendedor ambulante, estará sujeito a uma admoestação pelos efectivos dos serviços de fiscalização.

Na qualidade de representante dos zungueiros, José Cassoma, mostra-se preocupado a pela forma como as autoridades têm vindo a combater os seus filiados a venda ambulante nas ruas de Luanda, com fiscais a correrem com as senhores o que muitas vezes resulta em ferimentos graves e em atropelamentos mortais. "Os zungueiros no seu dia adia enfrentam muitos problemas com as autoridades. Os agentes da fiscalização e da polícia recebem os haveres das senhoras nas ruas quando são apanhadas", lamentou o coordenador da AAZ.

Para tentar ultrapassar estes problemas, segundo disse, não é pelo uso da força brutal, deve se criar uma via de diálogo para que os zungueiros tenham um mercado específico. Na sua opinião, isso vai permitir controlar quantos zungueiros existem a nível de Luanda e chama "atenção do Executivo que não deve só colocar mercados, mas também criar as condições necessárias para se tirar toda população que comercializa nas ruas".

#### LUGARES DISPONÍVEIS

O Governo Provincial de Luanda (GPL) leva a cabo acções para alojar o maior número possível de vendedores ambulantes nos mercados da província. Segundo um comunicado do GPAL, refere que, dos mais de 64 mercados construídos, reabilitados e apetrechados, 25 estão em pleno funcionamento. Há ainda a disponibilidade de inclusão de 56.521 vendedores, sendo 21.884 no Distrito de Belas, 14.800 em Cacucaco, 3.706 no Cazemga, 4.776 no Kilamba Kiaxi, 150 na Maianga, 455 no Rangel, 750 na Samba, 150 no Sambizanga e 9.850 no município de Viana.

### 3.17 “Roboteiros” ganham espaço no transporte de mercadorias

*Jornal Economia e Finanças*

*22 De Setembro de 2017*

*Texto: Manuel Barros*

É nos principais mercados e armazéns de Luanda que a sua actividade ganha maior notoriedade. O raiar do sol representa o início da jornada. Cada um aperta na velocidade da marcha visando conquistar lugar privilegiado no ponto de concentração. Os "roboteiros", como são chamados, fazem parte do dia-a-dia dos angolanos. No ofício, a arte do

carpinteiro ganha valor e garante vida e saúde a muita gente. Os carrinhos de mão feitos à base de madeira e suportados pelos funcionais pneus de automóveis, representam a ferramenta de trabalho dessa classe de operários (se assim se pode chamar). Quando por volta das oito horas da manhã a afluência de clientes e vendedores começa a ganhar corpo nos mercados e armazéns, é altura de colocar a habilidade e instinto caçador em prática. Começa a dura tarefa de conquistar a preferência dos clientes.

A prática diária e o nível de exigências cada vez maior dos clientes, obrigaram a que os "roboteiros" desenvolvessem habilidades no domínio da negociação de preços a favor dos clientes e se esforçassem por dominar os roteiros para os vários pontos de destino de quem procura pelos seus serviços. As áreas dos frescos, verduras, produtos da cesta básica, frutas entre outras, são de inteiro conhecimento dos roboteiros. Os preços do dia fazem igualmente parte da tabela de conhecimentos do braçal.

Os preços são discutíveis, havendo mesmo casos em que a definição do valor a pagar fica a cargo do cliente.

A qualidade do serviço prestado, define invariavelmente o volume do valor adicional a oferecer e a criação de parceria futura entre roboteiro e cliente. Provenientes na sua maioria do Sul de Angola, buscam Luanda na esperança de oportunidade de emprego e uma vida melhor. É nos mercados do Asa Branca, São Paulo, Kikolo, Congolenses, Km 30 e nos variadíssimos armazéns espalhados por Luanda que encontram palco para a sua actuação. Empurrando os famosos cangulos (denominação na língua tradicional nganguela que significa carro de mão), não medem esforços e lançam-se com o máximo de energia para alcançar as metas traçadas. O preço da corrida varia entre os 200 e os mil kwanzas a depender da distância percorrida.

Nos dias de boa safra, chegam a amearhar 4 mil kwanzas.

Proveniente do município da Humpata na província da Huíla, Manuel Sapalo que tem 28 anos de idade, quatro dos quais dedicados ao ofício de "roboteiro", diz ter eleito a província de Luanda como local para melhorar as condições de vida e ajudar a família. "Tenho mulher e filhos lá na Humpata. Consegui construir a minha casa de dois quartos, sala, cozinha, wc, e também consigo ajudar os meus pais. Agora o meu objectivo é comprar bois e cabritos para a criação", afirma.

O expediente acontece de segunda a sábado, restando o dia de domingo como único para o repouso necessário.

Jaime Manuel, natural da província de Malanje, admite que vir a Luanda foi um escape para entrar no mercado de trabalho. Desempregado na sua terra natal, Jaime Manuel deslocou-se a Luanda incentivado por amigos que já se encontravam enquadrados e familiarizados com a dinâmica da capital do país. Hoje, ganha a vida no mercado de São Paulo, o que lhe permite suprir necessidades familiares. Para habitação, em parceria com dois amigos, alugou um quarto no distrito do Sambizanga, pagando uma renda mensal de cinco mil kwanzas divididos por três. "A casa fica nas imediações do mercado e facilita o nosso trabalho" salienta. A sua actividade estende-se ao apoio solicitado pelos comerciantes para a reposição de produtos. O final do dia, representa outro período de intensa actividade para os roboteiros, visto ser altura de movimentar toda a mercadoria não vendida no dia para os espaços de deposição, também chamados de casas de processo.

"Tenho as minhas clientes habituais e sou eu posso transportar as mercadorias delas. Quando chega mercadoria para os armazéns, temos que descarregar os camiões, o que é um trabalho mais forçado porque levamos a mercadoria nas costas, mas o valor é sempre muito bom" realçou Francisco Cassinda, natural da província do Huambo. Os conflitos decorrentes das relações humanas também marcam presença na actividade diária dos roboteiros, sendo que neste particular as desavenças surgem maioritariamente em função da busca pelo melhor local para marcar posição. O ofício não parece ter os dias contados pelo que muitos roboteiros se reformarão e outros nascerão no mercado definindo assim o ciclo desta actividade.

### 3.18 Ondjiva entra na campanha de combate a informalidade

*Jornal de Angola*

*28 De Texto: Armando Estrela*

A Repartição Fiscal de Ondjiva, na província do Cunene, lançou a 23 de Setembro uma campanha de sensibilização e registo dos contribuintes e comerciantes do mercado informal, visando registar ou actualizar o cadastro e incentivar os vendedores a regularizar a situação fiscal, de acordo com a actividade comercial, que, cada um pratica.

Os cinquenta comerciantes contactados foram esclarecidos sobre a importância do pagamento dos

impostos, sobre os benefícios de ter a situação fiscal regularizada e as consequências da fuga ao fisco, A iniciativa decorreu nos mercados do Shamucuiu e Alemanha da cidade de Ondjiva e a ocasião foi aproveitada pela Repartição Fiscal para registar, actualizar o ' cadastro e regularizar a situação fiscal dos vendedores informais.

A Administração Geral Tributária (AGT) iniciou no dia 11 de Setembro, nos mercados Kífica e Cantinton de Luanda, a campanha nacional de registo dos vendedores que não efectuem contribuições tributárias, visando a oficialização do comércio informal, além de ser mais um esforço da instituição para o alargamento da base tributária e arrecadação de receitas.

Antes do lançamento desta campanha, o Departamento de Fiscalização da AGT e os principais parceiros da cadeia do comércio, entre os quais quadros superiores dos ministérios das Finanças, do Comércio, do Interior e das Pescas, além de outros ligados à banca, ao Governo Provincial de Luanda e aos municípios de Viana. Belas e Quissama, juntaram-se a 18 de Julho no Instituto de Formação de Finanças Públicas (INFORFIP), para debater o tema "Controlo e Combate à informalidade comercial.

Esse encontro, que abordo u essencialmente os aspectos relacionados com a alta informalidade no exercício da actividade comercial por parte de vários operadores económicos ao nível do país, buscou também aproximar os parceiros presentes e encontrou consensos para que, em conjunto, se promova nos operadores económicos a cultura da legalidade no exercício da actividade comercial e do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, assim como do cumprimento das disposições inscritas nas leis monetária e cambial.

Em breve, a iniciativa deve expandir-se' a todos os serviços regionais tributários que integram a AGT, contribuindo, assim, para a justiça social e a concorrência justa, além de aumentar o nível de educação fiscal do contribuinte.

Missão dos técnicos Durante a campanha, os técnicos envolvidos sensibilizam os contribuintes sobre as vantagens do pagamento dos impostos, fazem a localização, identificação e registo de contribuintes não cadastrados, além da actualização dos que já estão registados, e notificam os contribuintes pelo não pagamento de impostos ou por falta de registo e de apresentação de declarações fiscais.

A Sexta Região Tributária é um dos sete serviços regionais da AGT, o organismo do Estado que tem

por missão fundamental propor e executar a política tributária, assegurando o seu integral cumprimento, administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tarefas que lhe sejam atribuídas, bem como estudar, promover, coordenar, executar e avaliar os programas, medidas e acções de política tributária, relativas à organização, gestão e aperfeiçoamento do sistema fiscal. A AGT tem igualmente a missão de controlar o território aduaneiro nacional, para fins de fiscalização e de protecção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Executivo.

A Administração Geral Tributária resulta da fusão entre a Direcção Nacional de Impostos (DNI) , o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). A AGT é uma pessoa colectiva de Direito Público, que integra a Administração Indirecta, gozando de personalidade e capacidade jurídica e está dotada de autonomia administrativa, regulamentar, patrimonial e financeira.

### 3.19 Amotrang oficializa paragens de moto-taxistas na cidade

*Jornal Visão*

*29 De Setembro de 2017*

Lopes Marcelino, inspector adjunto da fiscalização da Amotrang em Viana, Disse que nos dias que correm, os moto-taxistas prestam um grande trabalho à sociedade, tanto nas áreas urbanas como suburbanas.

"E desta forma, a direcção da Amotrang pensou, com ajuda da nossa Polícia, em colocar as respectivas paragens': explicou, para depois dizer que neste momento têm o controlo de várias paragens, com maior realce para as paragens da Boa Fé, do Mandimbra, do Alimenta Angola, Ponte Partida, do Coelho, Estalagem, Reclix, da Vila sede de Viana, Luanda Sul e até mesmo nas zonas do Zango.

Segundo disse, as paragens foram criadas em conjunto com a Polícia Nacional, com a qual têm estado a sensibilizar os motoqueiros a usarem capacetes nas suas actividades diárias bem como a munirem-se de todos documentos das motorizadas.

"Devem, além disso, levar consigo também o capacete do cliente e de se apresentar sempre limpo aos clientes': realçou, para depois dizer que enquanto associação, primam muito pela higiene dos seus membros.

Em relação a actuação da Polícia Nacional, Lopes Marcelino, inspector da Amotrang, disse que a parceria tem estado a surtir os efeitos desejados, tudo

porque contam com o apoio de Domingos Sebastião Miguel, comandante do Distrito da Estalagem da 44a Esquadra.

"Tem prestado todo o seu apoio e solidariedade aos nossos associados. Por este facto, é de louvar também o desempenho do Comandante municipal, o senhor Notícia, sempre disponível e prestativo quando a Associação dos Moto-taxistas tem necessidade trabalhar de forma conjunta":

Ajuda aos motoqueiros

Relativamente aos apoios da Amotrang para com os seus associados, este responsável disse que este organismo, actualmente um parceiro do Estado, facilita os jovens moto-taxistas a adquirirem a documentação que os habilita a exercerem a actividade de moto-táxi.

"Além disso, em caso de doença ou se a sua motorizada está avariada nós também apoiamos, basta que venha à associação e diga a sua preocupação" sustentou, garantindo que os seus membros e todos aqueles que estão filiados na Amotrang têm passes de identificação de acordo com a sua paragem.

Por outro lado, disse também que no exercício das suas actividades, todos os moto-taxistas devem exibir os seus coletes e passes de identificação, cujos Números de Identificação Pessoal (NIP) são os mesmos que são colocados na motorizada a fim de facilitar a sua localização em caso de roubo da motorizada.

Teodoro Lopes, um jovem moto-taxista disse que é a favor da iniciativa da associação associação e da Polícia pelo facto de demonstrar que estão organizados.

"Isso dá-nos mais credibilidade e demonstra que exercemos uma actividade essencial para os cidadãos como os taxistas" referiu, garantindo que com a implementação de paragens no município de Viana vão deixar de ser considerados 'gira bairros' e os assaltos aos seus meios de serviço poderão reduzir.

Justino António, outro moto-taxista disse, por seu tomo que já foi assaltado por três vezes, tendo perdido os respectivos meios de trabalho. Neste momento, pensa apenas trabalhar afincadamente para reencontrar a família que deixou na província do Huambo, de onde saiu em busca de melhores condições em Luanda, o 'el dourado' para muitos que vivem no interior do país.

Emiliano Caxala

### 3.20 Polícia 'perde rede' na actuação contra os assaltantes

*Jornal Visão*

*29 De Setembro de 2017*

*Texto: Joaquim Paulo*

Num clima de desespero, vendedores e utentes do referido mercado, sem balbuciar, afirmam categoricamente a fraca actuação da Polícia face os surtos dos assaltos e agressões que tem-se registado constantemente nos principais pólos de venda do mercado. Dentre enumeras áreas de risco, a zona do "Panga-panga" é considerada a de mais risco pelos vendedores, que julgam ser arriscado circular com mercadorias e objectos de uso pessoal por volta das 16 horas ou mais tarde.

Vários são os "gritos de socorro": como é o caso da Senhora Eliza Magalhães, vendedora do mercado a mais de 10 anos. Segundo esta vendedora, visivelmente bastante preocupada com a fraca actuação da Polícia Nacional no dia-a-dia dos comerciantes e não só.

"Sem os agentes da polícia no mercado não temos como fazer": acrescentou, para depois dizer, que nem mesmo os "Caenches do mercado" tidos como fiscais, conseguem acalmar essa situação. Para terminar, a vendedora pediu a máxima intervenção e colaboração da PN no mercado.

Durante a nossa ronda no mercado, ouvimos também Bartolomeu Jacinto utente frequente do mercado que já foi assaltado duas vezes num único mês resultado do fraco patrulhamento da Polícia. Este lamentou, dizendo que foi interpelado e desarrumado os seus pertences em plena luz do dia, numa hora que era suposto a presença de agente da polícia no local. Assim como Bartolomeu, muitas são as vítimas que sofrem assaltos e, por vezes chegam mesmo a ser agredidos fisicamente pelos assaltantes. No final, pediu de igual as autoridades a intensificação do patrulhamento policial, em função da forma desumana como os meliantes atacam as suas vítimas.

Numa tentativa de contraditório, o Jornal Visão tentou ouvir a Administração do mercado mas não foi bem sucedida, tendo no entanto, prometido pronunciar-se nas próximas ocasiões.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO O E CIDADANIA

### 5.1 Múncipes de Cacuo querem ver Cavuquila longe da administração

*Jornal A República*  
01 De Setembro de 2017

OS gritos vêm dos moradores dos bairros Paraíso, Pedreira, Funda e Bairro Novo, no município de Cacuo, declarando que o actual administrador, Carlos Alberto Cavuquila, tem de sair para o bem dos municípios.

Na conversa que o jornal A República manteve com os moradores dos bairros acima referidos no dia 22 de Agosto deste ano, os municípios disseram que Cacuo continua estancado por falta de políticas claras do actual administrador. José Adão Kandumbo, residente no bairro Paraíso articulou o nosso bairro tornou-se uma confusão, nunca vimos o administrador, nem o seu adjunto. Temos passado por várias situações, tais como a delinquência, a falta de água e de luz, assim como a necessidade de se colocar uma ponte (pedonal) na vala que separa o Bairro IBA do Paraíso.

Temos enviado documentos à administração na pessoa do coordenador do bairro para ver se os nossos problemas sejam resolvidos, mas, até hoje, nunca recebemos nenhuma resposta Segundo José Kandumbo, os moradores do Paraíso têm exigido a pedonal na vala desde 2008, mas a direcção municipal nunca se pronunciou sobre o assunto. "Quando chove, os moradores que vendem no mercado do Kicolo encontram a vala cheia e não têm como atravessar e somos obrigados a passar a noite nas igrejas, escolas ou mesmo numa das casas. O senhor Cavuquila sabe disso e o que se quer é revolver os nossos problemas porque é anormal a pessoa ser administrado por alguém e este responsável não aparece para ouvir os seus administrados. Temos reclamado desde 2008 e agora estamos em 2017, o que se quer é que depois das eleições,

independentemente dos resultados, o senhor administrador vá descansar Quem se sente também revoltoso com a administração de Carlos Cavuquila são os moradores do Bairro novo, localizado nas mediações da Boa esperança II. Na conversa que mantivemos com Garcia Pai este declarou que o município está dividido por falta de boa política dos administradores que dirigiram e que continuam a dirigir Cacuo. "Estamos há mais de sete meses sem luz. O PT que nos deram até hoje não funciona, prometeram resolver esta falha antes das eleições, mas até hoje não se resolveu.

Cacuo parece estar dividido, porque é inacreditável que pessoas próximas tenham luz e nós, como vizinhos deles, não temos. O senhor administrador não tem dado muita atenção aos seus municípios e que precisamos é de lhe trocar porque a luz estes dias está boa, mas nós estamos há muito tempo sem ter este bem. Demos a conhecer a direcção municipal da ENDE e à administração local, mas sem sucesso. O que se nota é que os administradores que passaram e o que temos agora têm um único método de administrar que é tirar mais e dar pouco aos seus administrados.

Para ver o senhor Cavuquila, tens que participar nas actividades políticas partidárias que tem realizado, mas como representante dos municípios, é difícil porque é uma pessoa que no meu entender não faz trabalho de campo, mas sim espera o relatório no seu gabinete Por sua vez, os moradores da Pedreira e da Cerâmica consideraram os seus bairros como a casa dos matadouros" e justificam o porquê. "No nosso bairro, durante este ano, tem sido uma casa dos matadouros porque aqui morreu muita gente, nomeadamente, meliantes, comerciantes e estudantes, sem ninguém dizer nada. Há uma grande desordem no nosso município, os militares matam quando lhes apetece, o administrador e o comandante municipal da Polícia nacional não dizem nada; quer dizer que estamos com um administrador que gere apenas as receitas do município e não se preocupa com os municípios. O senhor Cavuquila não deve continuar a dirigir Cacuo porque é uma pessoa de má-fé Já na comuna da Funda, os moradores disseram que o administrador Carlos Cavuquila tem se apoderado das terras ordenando os fiscais para destruir as residências que lá são construídas.

O senhor Pedro, residente na Caop prédio há mais de 18 anos, disse a nossa reportagem o seguinte: "o que se nota aqui é de lastimar; o senhor Cavuquila faz das terras como se fosse dele, manda construir e depois orienta aos fiscais para destruir. Tem terrenos que acabou de oferecer aos seus amigos e generais, um espaço que nos ajudaria a exercer as nossas actividades do campo que é a agricultura. O que se



nota é que a política do senhor administrador é semelhante ao da senhora Rosa dos Santos Janota, que é usurpar terras dos camponeses para se enriquecerem e nós não precisamos de dirigentes selvagens que veem colocar a vida dos munícipes na desgraça.

## 5.2 As actividades do governador provincial de “Luanda” vista à lupa

*Jornal Manchete*

*1 De Setembro de 2017*

O chefe do Executivo, em fim de mandato, José Eduardo dos Santos, acumulou funções durante 38 anos e trabalhou sempre como "governador sombra" da província de Luanda, não dando muitas oportunidades aos governadores "fictícios" que ele mesmo nomeava, ou seja, quem geria as verbas de Luanda era o próprio Presidente da República, mas isso deve estar a chegar a fim, a menos que João Lourenço, seu sucessor não inverta o sentido das setas.

O actual Governador de Luanda é General do Exército, um homem com muitas ocupações, quer ao nível do partido, quer ao nível da gestão de seus negócios, logo, não parece ser o ideal para minimizar os inúmeros problemas da capital angolana. Está tentando diminuir os grandes de lixo nas ruas, mas, com o aumento da rede de distribuição de água para Luanda, o elevado número de chafarizes implantados nos bairros sem torneiras para conter as águas, está a multiplicar a produção de charcos em todos os cantos, provocando a criação de mosquitos em quantidades incalculáveis jamais vistos em pleno tempo de Cacimbo.

Não tem tempo para incentivar os empreendedores para investirem em empresas de manutenção da cidade, para evitar que a província tenha uma imagem linda na parte frontal dos edifícios e uma imagem feia no outro lado dos edifícios. Tapar o sol com a peneira não devia fazer parte do sistema de gestão das cidades. Aquele que aceita dirigir uma província tem que aceitar formações, qualificações e especializações e até mesmo refrescamentos de gestão urbana e rural, para possa satisfazer, não a vontade do povo, mas a necessidade deste, por serem coisas diferentes.

A gestão de uma província não se limita pelas questões político-partidárias. Luanda tinha uma cintura verde que se dedicava no controlo das actividades agrícolas na capital. Hoje, o governador prece preocupado apenas com terrenos ocupados

pelo Presidente da República (em fim de mandato) na Kiminha e outros espaços pertencentes aos detentores de cargos públicos. Os vice-governadores vão tentando convencer o titular da pasta a ver também os casos de cultura, desporto, artes, ciências, economia e finanças, entre outras, mas o resultado prescreve insuficiência nestes domínios. Há, até ao momento fricções entre a Comissão Administrativa de Luanda e seus funcionários, um assunto a ser tratado nos próximos dias, relativamente aos atrasos de salários por vários meses. Não há um aperto aos administradores municipais para que as tarefas do Estado sejam efectivadas, nomeadamente a distribuição de energia e água, a recuperação das grandes indústrias transformadas em armazéns para roupa usada provenientes do estrangeiro.

Com um clima semi-árido, Luanda tem solo propício ao cultivo de algodão, banana, caju, citrinos, ervilha, feijão, manga, mandioca, mamão, palmeira de dendém e produtos hortícolas.

Quanto a minérios, Luanda tem petróleo, enxofre, salgema, calcário e betuminosas, já tinha indústria metalúrgica, metalomecânica, química, têxtil, de calçado, de produção de mobiliários, todos remetidos ao fracasso, sem que se vislumbre uma saída airosa deste desiderato. O que é que se espera de Luanda nos próximos anos?

Um novo governador? A cidade velha já era e nenhum dos governadores conseguiu convencer o chefe do Executivo a limitar a destruição da estrutura arquitectónica antiga e colocar a capital na lista do património mundial.

Quais são as empresas responsáveis pela manutenção destas novas obras recentemente inauguradas? Espere-mos para ver!

## 5.3 Governos provinciais e administrações deixam de licenciar actividade comercial

*Jornal Manchete*

*1 De Setembro de 2017*

O Ministério do Comércio passa a ser a única entidade a licenciar a actividade comercial.

Despacho presidencial alterou a lei que regula o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis.

O novo Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos e da Actividade Comercial e Serviços Mercantis retira a competência de

licenciamento aos governos provinciais e administrações municipais, concentrando esta tarefa no Ministério do Comércio, de acordo com o Despacho Presidencial nº 193/17, de 22 de Agosto.

O departamento ministerial responsável pelo Comércio e Serviços Mercantis pode, contudo, "encarregar uma entidade privada para assegurar os procedimentos administrativos de licenciamento", mediante "contrato de concessão de serviço público". Isto exclui a concepção e configuração do alvará, que é da competência exclusiva do departamento ministerial responsável pelo Comércio e Serviços Mercantis, com vista à "salvaguardar a autenticidade" do documento e evitar falsificações.

#### 5.4 MED forma técnicos para as autarquias no país

*Jornal Manchete*

*15 De Setembro de 2017*

*Texto: Moreira Mário*

A direcção nacional do Ensino Técnico Profissional do Ministério da Educação reuniu-se, dia 11 do mês em curso, em Luanda, com directores de escolas públicas do ensino técnico profissional para implementação de medidas que visam estender o curso de administração e gestão autárquica por todo o país.

Falando à margem da referida reunião a directora nacional do Ensino Técnico Profissional, Maria Julieta Octávio, disse que neste momento a instituição que dirige está a actualizar o currículo do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), nomeadamente do curso técnico de administração e gestão das autarquias locais.

Este curso, como explicou a responsável, está incluído no IFAL sob a dependência do Ministério da Educação (MED) e do Ministério da Administração do Território (MAT).

Maria Julieta Octávio referiu que devido a problemas técnicos o curso técnico de administração e gestão das autarquias terá que ser leccionado nas escolas públicas do Ministério da Educação, precisamente nos institutos médios técnicos que elaboram a área de formação da administração e serviços.

"Este curso estava apenas centralizado na província de Luanda, mas em breve, vai estender-se para todo o país.

Em cada província terá um instituto que pode albergar o referido curso", declarou, realçando que cada instituição deverá pronunciar quantos

professores necessitam, para além daqueles que já possuem para poderem implementar o mesmo curso.

Quanto as medidas aplicadas pelo ministério, a directora do Ensino Técnico Profissional sublinha que o objectivo é formar mais quadros em matérias de administração de gestão e autarquias locais, tendo em vista às futuras eleições autárquicas no país.

"Cada província deverá contar com dois a três institutos, uma vez que teremos eleições autárquicas nos próximos tempos no país, temos que ter pessoas capacitadas para poder acompanhar a evolução desse processo", garantiu Maria Julieta Octávio.

Em Angola, a institucionalização das autarquias locais e a realização das autárquicas tem sido objecto de reivindicação, tanto de partidos políticos como de organizações da sociedade civil.

Destacando sobre a importância das autarquias para o desenvolvimento das comunidades, o director geral da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), Belarmino Jelembi, disse que estas podem constituir um elemento importante para a governação participativa e para o desenvolvimento das comunidades.

"Falar da descentralização e autarquias é falar das nossas escolhas e futuro como sociedade", sustentou o director, adiantando que a criação das autarquias deve implicar um processo e decisão responsável, não surgir a qualquer custo e a sua criação não deve estar dissociada de uma autonomia maior dos municípios, e sim de uma maior intervenção das comunidades locais nas decisões do seu interesse e na emergência de uma economia local não petrolífera forte.

#### 5.5 Oposição quer autarquias e apresentação dos debates em directo

*Jornal O PAÍS*

*29 De Setembro de 2017*

*Texto: RilaBerta*

Benedito Daniel' deputado do PRS, disse esperar que o Parlamento esteja aberto ao povo, com a transmissão das sessões plenárias nas rádios e televisões públicas em directo. "Não faz sentido nós, os eleitos do povo, ficarmos aqui fechados a resolver os problemas sem que aqueles que nos elegeram saibam o que estamos a fazer", disse.

O líder do PRS deposita esperanças nesta legislatura na produção de leis que conduzam às autarquias.

Disse também esperar que se actue activamente no combate à corrupção. "Sei que é objectivo do Presidente eleito que a corrupção seja combatida, mas não se poderá concretizar sem que haja leis e que haja instituições que possam fazer o combate à corrupção", disse.

Raúl Danda, deputado da UNITA, disse igualmente esperar que os debates comecem a ser transmitidos em directo. "Aqui nesta casa é onde se discute a vida das pessoas", afirmou, considerando ser necessário mostrar aos angolanos aquilo que se discute em seu nome.

O vice-presidente do maior partido da Oposição disse esperar um ano parlamentar em que haja a possibilidade de se fiscalizar as actividades do Governo, "para que a gestão da coisa pública seja feita às claras".

Corroborou com a necessidade de se realizarem as eleições autárquicas já. Disse augurar a diversificação da economia e que o país saia da situação económica em que se encontra. "Este é o ano parlamentar em que estamos todos à espera de muito trabalho, dedicação, empenho e de trabalhar sobretudo para o angolano", disse.

Lucas Ngonda, presidente da FNLA, espera, de igual modo, que se transmitam os debates em directo. "A comunicação em directo é importante porque precisamos de educar o povo, precisamos que o povo siga o que os deputados na Assembleia estão a debater", disse. Adivinha que tudo corra bem e que esta legislatura seja melhor que a anterior. Para André Mendes de Carvalho, da CASA-CE, a democracia e os direitos constitucionais devem ser melhorados nesta legislatura.

Reconheceu que o novo Presidente fez menção a desta matéria no seu discurso, por isso disse estar expectante que se cumpra este compromisso.

Salomão Xirimimbi, deputado do MPLA, espera que se melhore o relacionamento entre os deputados de diferentes bancadas, na AN, bem como a qualidade dos deputados em matéria de intervenções e de análise de documentos.

Deputado mais novo tem 28 anos

Manuel Ekuikui é o mais jovem, entre os 219 deputados investidos ontem. Com 28 anos de idade, depois de tomar posse, o deputado da UNITA disse a OPAÍS que ser o mais novo obriga de si maior responsabilidade.

Disse que um dos maiores objectivos do partido que representa é a realização das eleições autárquicas. A

nível pessoal, gostaria que o parlamento defendesse mais o povo. "O que pretendemos é que haja uma aproximação entre o parlamentar e o cidadão. O parlamentar foi eleito pelo povo, está em comissão de serviço, então deve prestar contas", explicou.

Disse ser necessário melhorar a questão da saúde e da educação. Afirmou ser de lei que o Estado crie condições de modo a facilitar o acesso ao primeiro emprego para os jovens, por isso considerou ser necessário que se trabalhe.

Manuel Armando da Costa Ekuiki começou a dar os primeiros passos na política no partido do Galo Negro em 2013, quando ingressou como militante no secretariado provincial da JURA em Luanda. Passou também pelo secretariado provincial eleitoral académico. Fez parte da comissão política. Foi então, em seguida, nomeado secretário regional do município de Belas. Nas últimas eleições de 23 de Agosto foi o cabeça de lista do partido em Luanda.

O Martelo foi substituído!!!

Após ter sido usado durante a I, II e III legislaturas o martelo, símbolo do poder legislativo, usado pelo Presidente da Assembleia Nacional, foi substituído por um novo.

O antigo martelo estava em uso desde 1992. O novo martelo foi entregue pelo secretário-geral da Assembleia Nacional, Pedro Neto, na qualidade de guardião do património material e imaterial que, por sua vez entregou-o, de forma simbólica ao presidente da Comissão Eleitoral, criada na altura para eleição da mesa da Assembleia. Este, por conseguinte entregou o novo martelo ao Presidente reconduzido, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

## 5.6 U NITA acredita em eleições autárquicas

*Jornal Visão*

*29 De Setembro de 2017*

*Texto: João Marcos*

O terceiro Presidente de Angola, João Lourenço, é investido numa altura em que a oposição diz estar unida como nunca na corrida às eleições autárquicas.

Com Isaías Samakuva praticamente fora de cena, Adalberto da Costa Júnior começa por ser apontado como potencial candidato à liderança da UNITA e continua a insistir na instalação das autarquias.

"O povo não dá reconhecimento em quem não tem competência, em quem não o defende. Pensamos que o regime não vai atrasar por muito mais, já que

aprovámos a lei do poder local, que foi uma conquista da pré-campanha. O MPLA não teria coragem, por isso dizemos que 2018 é a data principal, até porque o candidato foi obrigado a agarrar este tema, agora vamos pressioná-lo a cumprir com a palavra', promete.

No MPLA, há quem vem sublinhando que chegou a hora de uma verdadeira abertura democrática.

É o caso do antigo secretário para informação do Bureau Político, Rui Falcão Pinto de Andrade, apontado como provável integrando do Executivo de Lourenço.

"Temos de implantar definitivamente, outra vez, no seio do partido o espírito da crítica e da auto crítica, já que o partido tem de avaliar os seus quadros. Quem não está a cumprir sai, temos de dizer o que está errado.

Se o governador levou o tractor para a sua quinta, aí temos de dizer. Reparem que eu sou membro do Bureau Político e do Comité Central, como aqui foi dito, mas sou um militante antes de tudo" lembra Falcão.

Quanto às autarquias, susceptíveis ao "desenvolvimento das comunidades": João Lourenço afirmou que haverá uma implantação progressiva ao longo do seu mandato.

## 5.7 Implementação das autarquias das autarquias divide opinião entre Governo e Oposição

*Jornal O PAÍS*

*30 De Setembro de 2017*

*Texto: Neusa Filipe*

Alguns partidos Políticos na Oposição, nomeadamente a UNITA e o PRS, defendem que a implementação das autarquias locais seja feita de forma simultânea, isto é, o processo deve decorrer ao mesmo tempo para todas as regiões do território nacional, contrariando aquilo que foi dito pelo Presidente da República, João Lourenço, quando afirmou, no seu discurso de investidura, que "no decorrer do mandato serão implementadas as autarquias de modo gradual, reforçando e aprofundando a autonomia e o controlo local na execução de políticas públicas".

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, defendeu que essa implementação deve ser feita de forma simultânea para todo o país.

Alcides Sakala afirmou em declarações a este jornal que a UNITA não está a favor da medida que foi anunciada pelo Presidente da República, alegando que tal procedimento colocaria em causa o princípio da igualdade, beneficiando determinadas regiões do país em detrimento de outras.

"Nós entendemos que as autarquias devem ser simultâneas, de formas a respeitar o princípio da igualdade. De contrário, pretende-se tirar vantagens de determinadas áreas e, para se desfazer este problema nós defendemos a simultaneidade, para que haja justiça neste processo das autarquias", disse o porta-voz do "galo negro", alegando que a implementação não pode ser feita pela lógica política e sim em simultâneo para que todos os angolanos se sintam partícipes do mesmo processo.

O secretário-geral do partido de 'Renovação Social (PRS), Rui Malopa, referiu que a posição do seu partido é de que as autarquias sejam também implementadas de forma simultânea, alegando que se forem implementadas de modo gradual determinadas regiões do país continuarão a apresentar-se mais desenvolvidas em relação a outras.

"As autarquias não podem ser implementadas de forma gradual, porque senão vamos continuar a assistir a determinadas regiões do país desenvolvidas e outras não. Temos observado o Orçamento Geral do Estado a privilegiar certas províncias que hoje estão num nível elevado de crescimento, ao passo que as outras continuam esquecidas", defendeu.

Rui Malopa salientou que escolher determinadas municipalidades para se implementar as autarquias implica dizer que as outras regiões vão conhecer o desenvolvimento muito mais tarde.

Respeitar o que determina a Constituição

O jurista Carlos Teixeira Kandelo Moisés defendeu que a implementação das autarquias deve respeitar o que está previsto na Constituição angolana, que defende a gradualidade.

Carlos Kandelo Moisés afirmou que antes da implementação das autarquias deve-se ter em conta o nível de desenvolvimento económico de cada município.

O jurista esclareceu que se for implementada simultaneamente, tal como pretende a Oposição, há que se analisar a situação de alguns municípios que não têm nada para a sua própria sustentação.

"Se nós quisermos implementar as autarquias de forma simultânea, tal como defende a Oposição, teremos que analisar como é que fica por exemplo a

situação do município do Virei, na província do Namibe, e não só, que não tem quase nada em termos de desenvolvimento, isso poderá agravar a situação, o povo do Virei vai se sentir afastado do próprio desenvolvimento do país porque não tem nada para o autossustento", disse.

O jurista considerou importante a implementação de forma gradual numa fase experimental, começando por alguns municípios já com um certo nível de desenvolvimento e com outros que ainda não atingiram o mesmo nível, a fim de se testar a sua resistência face a novas realidades.

"Deveríamos, a título experimental, implementar as autarquias de forma gradual. Podemos até não começar nos municípios que têm um desenvolvimento aceitável, mas sim pegar em alguns municípios com menos desenvolvimento, como é o caso do Virei, para vermos como é que aquele que não tem nada vai sobreviver ou encarar este novo sistema", avançou.

O analista referiu que, tanto os municípios com melhores condições económicas quanto os que apresentam piores condições devem ser testados. Caso reajam da mesma forma durante a fase experimental da implementação das autarquias, pode-se adoptar a implementação de forma simultânea, porém, se a reação entre os diferentes municípios for desigual, a implementação deve ser feita de forma gradual.

"A capacidade de pagar o imposto é diferente entre os municípios. Teremos que ter em conta todos estes factores. Nós nunca tivemos esta experiência de pegar alguns municípios economicamente desenvolvidos e outros menos desenvolvidos para se poder testar a implementação das autarquias, aqui entra também o princípio da igualdade, todos os angolanos têm que sentir que as autarquias são bem-vindas porque a satisfação e o interesse colectivo é o que está em primeiro lugar", concluiu.

## 5.8 Implementação das autarquias divide opiniões entre governo e oposição

*Jornal O PAÍS*

*30 De Setembro de 2017*

*Texto: Neusa Filipe*

Alguns partidos políticos na Oposição, nomeadamente a UNITA e o PRS, defendem que a implementação das autarquias locais seja feita de forma simultânea, isto é, o processo deve decorrer ao mesmo tempo para todas as regiões do território

nacional, contrariando aquilo que foi dito pelo Presidente da República, João Lourenço, quando afirmou, no seu discurso de investidura, que "no decorrer do mandato serão implementadas as autarquias de modo gradual, reforçando e aprofundando a autonomia e o controlo local na execução de políticas públicas".

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, defendeu que essa implementação deve ser feita de forma simultânea para todo o país.

Alcides Sakala afirmou em declarações a este jornal que a UNITA não está a favor da medida que foi anunciada pelo Presidente da República, alegando que tal procedimento colocaria em causa o princípio da igualdade, beneficiando determinadas regiões do país em detrimento de outras.

"Nós entendemos que as autarquias devem ser simultâneas, de formas a respeitar o princípio da igualdade. De contrário, pretende-se tirar vantagens de determinadas áreas e, para se desfazer este problema nós defendemos a simultaneidade, para que haja justiça neste processo das autarquias", disse o porta-voz do "galo negro", alegando que a implementação não pode ser feita pela lógica política e sim em simultâneo para que todos os angolanos se sintam partícipes do mesmo processo.

O secretário-geral do partido de Renovação Social (PRS), Rui Malopa, referiu que a posição do seu partido é de que as autarquias sejam também implementadas de forma simultânea, alegando que se forem implementadas de modo gradual determinadas regiões do país continuarão a apresentar-se mais desenvolvidas em relação a outras.

"As autarquias não podem ser implementadas de forma gradual, porque senão vamos continuar a assistir a determinadas regiões do país desenvolvidas e outras não. Temos observado o Orçamento Geral do Estado a privilegiar certas províncias que hoje estão num nível elevado de crescimento, ao passo que as outras continuam esquecidas", defendeu.

Rui Malopa salientou que escolher determinadas municipalidades para se implementar as autarquias implica dizer que as outras regiões vão conhecer o desenvolvimento muito mais tarde.

Respeitar o que determina a Constituição

O jurista Carlos Teixeira Kandelo Moisés defendeu que a implementação das autarquias deve respeitar o que está previsto na Constituição angolana, que defende a gradualidade.

Carlos Kandelo Moisés afirmou que antes da implementação das autarquias deve-se ter em conta o nível de desenvolvimento económico de cada município.

O jurista esclareceu que se for implementada simultaneamente, tal como pretende a Oposição, há que se analisar a situação de alguns municípios que não têm nada para a sua própria sustentação.

"Se nós quisermos implementar as autarquias de forma simultânea, tal como defende a Oposição, teremos que analisar como é que fica por exemplo a situação do município do Virei, na província do Namibe, e não só, que não tem quase nada em termos de desenvolvimento, isso poderá agravar a situação, o povo do Virei vai se sentir afastado do próprio desenvolvimento do país porque não tem nada para o autossustento", disse.

O jurista considerou importante a implementação de forma gradual numa fase experimental, começando por alguns municípios já com um certo nível de desenvolvimento e com outros que ainda não atingiram o mesmo nível, a fim de se testar a sua resistência face a novas realidades.

"Deveríamos, a título experimental, implementar as autarquias de forma gradual. Podemos até não começar nos municípios que têm um desenvolvimento aceitável, mas sim pegar em alguns municípios com menos desenvolvimento, como é o caso do Virei, para vermos como é que aquele que não tem nada vai sobreviver ou encarar este novo sistema", avançou.

O analista referiu que, tanto os municípios com melhores condições económicas quanto os que apresentam piores condições devem ser testados. Caso reajam da mesma forma durante a fase experimental da implementação das autarquias, pode-se adoptar a implementação de forma simultânea, porém, se a reação entre os diferentes municípios for desigual, a implementação deve ser feita de forma gradual.

"A capacidade de pagar o imposto é diferente entre os municípios. Teremos que ter em conta todos estes factores. Nós nunca tivemos esta experiência de pegar alguns municípios economicamente desenvolvidos e outros menos desenvolvidos para se poder testar a implementação das autarquias, aqui entra também o princípio da igualdade, todos os angolanos têm que sentir que as autarquias são bem-vindas porque a satisfação e o interesse colectivo é o que está em primeiro lugar", concluiu.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Infra-estruturas para a população nos municípios têm parceria de investimentos do sector privado

*Jornal de Angola*  
4 De Setembro de 2017

O impacto do Programa de Investimentos Públicos {PIP}, em Cabinda dá grande relevância à construção de infra-estruturas sociais nos restantes municípios da província, nomeadamente, Buco Zau, Cacongo e Belize.

"Este tipo de programas deve conhecer um desenvolvimento regular gradual", diz Juliano Capita, notando que, no interior da província, houve um investimento muito significativo.

Destaca particularmente a zona do Alto Sundi, localidade do município do Belize com mais de dois mil habitantes, onde foram construídas grandes obras sociais, como escolas, postos médicos, mercados, esquadras da Polícia Nacional, de Guarda Fronteira e outras infra-estruturas para a segurança da população.

Além de investimentos públicos, nos municípios há, também a intervenção do sector privado e que possui, alguma capacidade técnica a altura de responder aos desafios da construção ou reparação de infra-estruturas sociais, bem como as vias de acesso às várias comunas da província, como explica o secretário das Obras Públicas.

"Houve importantes intervenções no sistema viário da província, o que garante uma circulação segura para os municípios do interior", refere Juliano Capita.

Sublinha que os equipamentos sociais que foram montados nos municípios do Buco Zau, Belize, Cacongo estão a dar outra vitalidade a actividades agrícola, pesca e pecuária, pois as garantias dos escoamentos dos produtos para os centros de consumo.

### 6.2 Novas Urbanizações transformam Cabinda

*Jornal de Angola*  
4 De Setembro de 2017  
Texto: Leonel Kassana

Uma cidade com novas e modernas urbanizações, vilas, condomínios, centralidades e outras comodidades para os cidadãos é o que se pretende para Cabinda nos próximos tempos, num momento em que são já visíveis infra-estruturas sociais e económicas no casco urbano e nos bairros periféricos' com a requalificação a mobilizar importantes meios humanos e técnicos.

Quando o Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda foi aprovado, em 2013, as infra-estruturas foram eleitas como um dos pilares para a execução das metas traçadas para o quinquénio que encerra o presente o ciclo governativo.

A pergunta sobre o que mudou em Cabinda, no quadro do programa de requalificação ou construção de novas infra-estruturas, o secretário provincial das Obras Públicas, Juliano Capita, responde: "Em relação às infra-estruturas, temos como pilar de referência dentro do Plano de Desenvolvimento de Cabinda a requalificação dos diferentes bairros, sistemas técnicos como redes de abastecimento de água, energia eléctrica, comunicações, esgotos, vias de circulação e outros serviços com impacto directo sobre a população".

Resultado das acções do Executivo, que conta com a parceria do sector privado, aos poucos Cabinda começa a apresentar sinais de modernidade, com a população a usufruir de importantes infra-estruturas sociais básicas, a começar pela mobilidade entre os bairros com a asfaltagem das vias, saneamento básico e outros serviços que dão hoje mais dignidade à capital da província.

A execução do programa de intervenção para a melhoria das infra-estruturas de Cabinda é feita em várias etapas, segundo Juliano Capita.

"Neste momento, estamos a falar ainda da primeira fase das infra-estruturas integradas da cidade, que permite a intervenção na rua do comércio, depois de

já termos feito semelhante trabalho na conhecida Rua do Baião", explica Juliano Capita que explica que há um outro programa de intervenção em cerca de 16 quilómetros de estrada na cidade, estando nesta altura a decorrer trabalhos na rua do Nbuco Chiaze, a partir da zona do aeroporto. "Essa empreitada permite a reconstrução da via que dá para o mercado do Cabassango, a partir do rio Lucola passando por Cabassango e voltando, novamente, para a Lucola, fazendo um círculo", diz Juliano Capita.

A segunda fase do projecto das infra-estruturas integradas, já aprovada, contempla uma intervenção muito mais alargada em todo o casco urbano da cidade de Cabinda, segundo o secretário das Obras Públicas.

"Neste pacote os investimentos contemplam todo o casco urbano (reconstrução de infra-estruturas de energia e água para a cidade, esgotos, valas de macro drenagem, enfim, estruturas que tragam mais dignidade a todo o sistema para que cidade tenha um nível de vida melhor", sublinha Juliano Capita.

A par das redes técnicas com serviços de abastecimento de água e energia e reposição do tapete asfáltico, o secretário das Obras Públicas em Cabinda destaca o projecto de construção de estações para tratamento de esgotos para a proteção das diferentes bacias hidrográficas da cidade.

#### Prioridades

O secretário das Obras Públicas afirma que as prioridades são, em definitivo, a requalificação dos bairros da cidade de Cabinda e das sedes dos municípios. "A nossa aposta é a estruturação efectiva do sistema viário e, também, a criação de condições para a materialização dos planos directores de desenvolvimento dos municípios e da cidade capital", diz Juliano Capita para adiantar que já foi feito "bastante trabalho dentro daquilo foi programado. "Criar uma cidade moderna é uma meta importante e, nessa empreitada, esperamos a participação de todos os cidadãos", acrescenta.

Ligações com o interior Cabinda tem estradas e pontes que carecem de intervenção mas, Juliano Capita sabe que se trata de "um investimento importante" que tem que ser feito. "No interior da província têm sido construídas algumas pontes e outras estão projetadas", explica, destacando a ponte sobre o rio Lucola, na cidade de Cabinda, que é uma espécie de "garganta" que permite o trânsito de Norte a Sul. Aqui, fala-se de uma estrutura que depois de reconstruída, terá uma plataforma para acomodar pelo menos quatro faixas de rodagem.

"Além de facilitar a mobilidade, essa ponte vem emprestar beleza à cidade por se tratar de uma obra de arte", refere o engenheiro Juliano Capita, notando que a rede de estradas da província tem cerca de 1.250 quilómetros de extensão, 501 dos quais pavimentados, ligando todas as comunas e municípios, assim como as principais aldeias.

O Pólo universitário do Caio, que vem aumentar a oferta na área de educação em Cabinda, que já conta com várias faculdades das Universidades 11 de Novembro Privada de Angola e Lusíada, bem como diversos institutos politécnicos, sinalizados como indicadores do crescimento da cidade.

À expansão desordenada que a cidade vinha conhecendo e marcada, sobretudo com a construção em zonas de risco, nomeadamente nas encostas dos morros, como o do Chizo, o Governo contrapõe com a instalação das populações em zonas de maior conforto, onde são construídos novos complexos residenciais.

Hoje, passando pelos diversos bairros de Cabinda, já são visíveis os sinais de mudança na esteira da modernidade que se pretende para essa cidade, que concentra quase 80 por cento dos mais de 700 mil habitantes da província.

Luvassa, Uneca, Cabassango, Bucu Ngoio, Santa Catarina, Zôngolo, Chibodo I, Chibodo 11, Vila Olímpica e outros bairros são apenas alguns dos exemplos que refletem essa estratégia para dar à população melhores condições de habitabilidade.

O surgimento de novas áreas para residências, novas e modernas urbanizações, a somar a outros equipamentos sociais é já uma "marca" de Cabinda que se consolida paulatinamente, apesar dos condicionalismos impostos por uma conjuntura económica e financeira pouco favorável, com a queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Em Cabinda, hoje, são aos milhares as residências de menor e alto padrão, o que prepara a cidade para, progressivamente, entrar na rota das cidades modernas e com a sua população a usufruir de um melhor ambiente e qualidade de vida.

#### Dignidade urbana

O Gika, um emblemático bairro e o mais populoso da cidade de Cabinda, com mais de 60 mil habitantes, é um exemplo da aposta que as autoridades fazem na requalificação das infra-estruturas e a elevação da "dignidade urbana" da capital da província, considera o engenheiro Juliano Capita.



Aqui, intervenções mais profundas ao nível da rede viária e estruturante incidiram, fundamentalmente, na construção de viadutos, reabilitação das vias de acesso, com a colocação do tapete asfáltico e de outras infra-estruturas não menos importantes, o que permite ao bairro Gika resgatar o tradicional título de "centro comercial da cidade".

As obras de requalificação do bairro Comandante Gika são feitas para ter um impacto bastante-significativo na vida dos seus habitantes. Desde logo pela melhoria das acessibilidades e outros serviços sociais básicos que dão uma outra imagem a essa parte da cidade de Cabinda.

Centenas de pessoas que vendiam em locais inapropriados vão estar acomodadas num novo mercado, considerado pelo secretário das Obras Públicas um 'ponto de referência para a requalificação do emblemático bairro.

Imponente infra-estrutura de três andares, o mercado do bairro Comandante Gika, referência obrigatória do crescimento e urbanização notável que Cabinda regista, foi concebida para receber dois mil vendedores, que têm à disposição 180 bancadas para produtos não perecíveis, 20 para perecíveis e cinco armazéns para todo o tipo de mercadorias.

Cento e vinte e quatro lojas e serviços de restauração estão, também, disponíveis no novo espaço, que é só o maior mercado da cidade de Cabinda.

O bairro comandante Gika representa para as autoridades uma espécie de "balão de ensaio" para a requalificação mais profunda que se pretende para a cidade. Foi nesse bairro onde foi erguido um grande número de infra-estruturas sociais, como escolas, centros e postos de saúde, além de sistemas de abastecimento de água, energia, sistemas de esgotos e vias de acesso e outros, como se diz noutra espaço desta peça.

O processo de requalificação desse bairro iniciou com transferência de cerca de ISO famílias que viviam em casas de construção precária e em zonas de risco, como encostas de morros e linhas de água para a localidade de Zongolo, onde foi criado um novo bairro com melhores condições de habitabilidade.

Para as várias empreitadas da província de Cabinda há um número significativo de empresas locais que apresentam soluções tecnicamente viáveis para aquilo que são as necessidades da população.

"Temos muitas empresas com "know how" e que nos dão confiança", adianta o secretário das Obras Públicas, reafirmando a aposta do Governo na

continua organização de espaços para acomodar a população que vive em zonas de risco em diversos bairros da capital da província de Cabinda.

### 6.3 Programa de construção de habitações cria milhares de postos de trabalho para os jovens

*Jornal de Angola*

*4 De Setembro de 2017*

A aldeia do Chibodo, cerca de oito quilómetros da capital provincial deve ser sublinhada na hora de falar dos programas de habitação em Cabinda. Aqui, há um projecto para a construção de quatro mil casas sociais com a primeira fase a ser concluída dentro de três anos, num espaço de 260 hectares.

Esse projecto tem particularidade de dar emprego a mais de mil jovens, um bom indicador da redução dos índices de desemprego que Cabinda regista, sobretudo com as dificuldades estruturais que o país vem enfrentando de forma mais acentuada a partir de 2014.

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, olha para este projecto do Executivo para a melhoria das condições de vida da população com grande optimismo e reafirma que, o que se pretende, é fazer da aldeia do Chibodo uma zona moderna, com serviços de excelência nos sectores de fornecimento de energia eléctrica, água potável, escolas, serviços de saúde, jardins infantis, campos polidesportivos, mercados, vias de acesso e outras facilidades.

Mas a intervenção nas infra-estruturas na cidade de Cabinda tem mais: junto ao Cine Popular, está a ser erguido um novo mercado para os antigos vendedores da "Feira Popular", que vai dar lugar à construção de um moderno centro comercial.

Essa é, na verdade, uma aposta particularmente importante para uma das zonas de maior fluxo de pessoas, sobretudo comerciantes na cidade capital provincial.

## 6.4 Governantes cometem pecados na "Terra Prometida"

*Jornal Liberdade*

*8 De Setembro de 2017*

*Texto: Escrivão José*

Segundo a população, que se encontra alojada em duas áreas no bairro Panguila ("Teto Vermelho" e outro sector ainda não identificado a qual os munícipes atribuíram o nome de "Terra Prometida"), antes viviam na baixa de Luanda, nas áreas da Chicala e Favela, onde foi construída a nova marginal e situa-se no actual distrito da Samba.

"Na altura fomos retirados coercivamente pelo Governo Provincial de Luanda, que era tutelado pela governadora Francisca do Espírito Santo, em conjunto com o Ministério das Obras Públicas. Quando chegamos ao local onde devíamos habitar, informaram-nos que as casas não chegavam para todos. Alguns receberam as residências e outros foram forçados a viver três famílias numa só casa, partilhando assim as mesmas casas de banho, cozinha, mesma sala e o mesmo quintal", disse Adolfo Sebastião.

O jovem acrescentou ainda que na altura em que a comissão organizadora destruiu os bairros Chicala e Favela onde viviam, para posteriormente os pôr no Panguila houve pânico, morte e terror entre a população e as forças militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP). "No final tivemos que nos contentar com esta miséria que a senhora jornalista está a ver aqui": mencionou.

Por outro lado, Adolfo Sebastião disse que viveu durante cinco anos partilhando uma casa por três famílias e hoje encontra-se a viver numa residência de dois quartos, - sala - e cozinha que lhe foi atribuída pela Comissão do Ministério da Construção, no bairro que a população atribuiu o nome de "Terra Prometida", explicou.

"As condições não são das melhores, porque o Ministério da Construção enganou-nos mais uma vez dando-nos casas sem latrinas, não rebocadas no interior, ruas não pavimentadas, falta de escolas, energia eléctrica, saneamento básico, água potável e muito mais", enfatizou Sebastião.

Por seu turno, Constantina Adalberto, uma das moradoras do referido bairro, salientou que a vida naquela área não está fácil e precisam do apoio de quem de direito para construir as infra-estruturas em falta para o bem da população. "Sentimo-nos afastados da sociedade evoluída", disse acrescentando que "no período da noite o bairro fica muito escuro

por falta de energia e quem quiser ter iluminação em sua casa deve adquirir um gerador!:

"Nós aqui no Panguila nos sentimos muito desprezados pelo governo angolano, porque não nos prestam atenção e não sabemos onde podemos recorrer em casos de reclamações face aos problemas que enfrentamos. Os dirigentes da administração do Dande, quando são chamados a intervir, dizem que o bairro Panguila está ainda na responsabilidade do Ministério da Construção e esta mesma instituição nunca aparece para resolver a triste situação em que vivemos!": lamentou.

"Conforme a senhora jornalista está a ver, estas casas estão apenas bonitas por fora. Se entrar, vai constatar que não tem instalação eléctrica, as casas de banho não foram acabadas, o interior não está rebocado nem pintado e vivemos assim porque não temos para onde ir viver!": disse a jovem Constantina Adalberto.

Na mesma senda, um taxista que se identificou apenas por Iob, disse que as estradas, em todo Panguila, estão todas degradadas e esperam que se faça uma intervenção profunda, para minimizar as dificuldades que a população e os taxistas têm passado, "porque até o Panguila de ontem não é o Panguila de hoje!": disse, acrescentando que "agora há lixo em várias esquinas, esgotos todos rebentados, é uma lástima o que se vive aqui!":

### Desvio de casas no Panguila

A jovem acrescentou ainda que as casas em que vivem três famílias, continuam sem solução, e as pessoas clamam por ajuda, Alegadamente, na altura da distribuição, disseram que as casas não chegavam, mas há informações que os dirigentes que estavam a trabalhar para a distribuição das mesmas ficaram com duas ou mais residências para benefício próprio, deixando a população há mais de cinco anos em péssimas condições.

Constantina reforçou que se constitua uma comissão de inquérito para averiguar este processo, "porque aqui no bairro há muitas casas que estão fechadas e os seus donos são familiares daqueles que trabalharam para a distribuição das residências, conforme fizeram em 2010 no mandato de Higinio Lopes Carneiro, na altura ministro das Obras Públicas, com José Joanes André, vice-ministro na época.

Segundo a fonte, o actual governador da província do Zaire, Joanes André, ofereceu as casas do sector 1 do Panguila aos seus familiares amigos e até crianças menores de dezoito anos de idade receberam residências deixando famílias inteiras à deriva.

"Eu conheço as casas que o actual governador do Zaire ofereceu aos seus amigos e familiares. Posso ir indicar uma a uma e outras residências de altos dirigentes do MPLA espalhadas por toda a parte do Panguila que continuam fechadas porque não vivem lá", revelou Constantina Adalberto.

#### Saneamento básico no Panguila

Os municípios dos sectores 1 a 10 acusam o Ministério da Construção de estar a ser gerido por elementos incompetentes, dado o nível de desorganização da gestão do Projecto de Requalificação do Cacucaco, na altura em que o referido território era Luanda.

Paulo Domingos, um dos moradores, afirmou que o sector 9 encontra-se há mais de cinco anos sem água potável, as ruas todas estão em péssimas condições, esgotos todos entupidos, as fezes correm nas ruas para não falar do lixo que está a tomar conta do bairro. "Portanto, tudo está de patas par o ar": desabafou.

"Neste momento, o que pedimos é que os dirigentes do Ministério da Construção devem vir a público explicar quem deve tomar a peito a responsabilidade do Panguila, porque os dirigentes do Bengo não assumem a manutenção das ruas e outras instituições que fazem esta área acontecer", disse o jovem, acrescentando que "a administração do município do Dande só se preocupa em cobrar os impostos dos armazéns e o dinheiro que os mercados arrecadam":

No princípio do contraditório, este semanário contactou o Governo Provincial do Bengo e o Ministério da Construção mas sem sucesso.

#### Catraio entrega esquadra policial à EPAL

No sector 9, mais conhecido por "Teta Vermelho": os municípios acusam o ex-vice-governador para a Área Social do Governo Provincial de Luanda, Miguel Catraio, de ser o mentor da alta delinquência no referido bairro, porque o mesmo entregou à EPAL, em 2012, a infra-estrutura que havia sido construída para ser a unidade policial.

De acordo com os interlocutores, Miguel Catraio conhecia bem a situação de delinquência na zona, pois deslocara-se ao bairro Panguila com o comandante José Franque, a convite da população que vivia momentos difíceis com a falta de policiamento, energia eléctrica, saneamento básico e muitas outras preocupações.

"Contudo, o que seria uma unidade policial foi entregue à EPAL, encontrando-se hoje no meio do capim e cheio de lixo à volta, enquanto a delinquência

aumenta de forma galopante", disse o nosso interlocutor, acrescentando que "seria melhor se fosse uma esquadra para garantir a segurança e a tranquilidade pública" António Domingos reforçou que mesmo depois de Miguel Catraio ter entregue o edifício à Empresa Publica de Água de Luanda (EPAL), nunca funcionou para abastecer o precioso líquido ao sector 9 "Teto Vermelho": porque a canalização anda toda destruída e neguem diz quando é que vai ser reparada. A população continua a consumir água bruta dos tanques de "Kifuangondo.

"Gostáramos de pedir ao governo saído das eleições de 23 de Agosto que olhem com maior atenção para o Panguila, porque a população não sabe de concreto se pertencem à província do Bengo ou a Luanda, porque vimos os outros municípios a desenvolverem-se e aqui tudo está num autêntico caos": apelou António Domingos.

## 6.5 Imogestin arranca com entrega de casas no Capari

*Jornal O PAÍS*

*8 De Setembro de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

A empresa angolana Imogestin, de gestão de empreendimentos imobiliários, prevê entregar, hoje, 45 das 813 residências disponíveis ao público, no âmbito da venda livre, na centralidade do Capari, província do Bengo.

A informação foi avançada ontem pelo porta-voz da instituição, Mário Guerra, que esclareceu que a referida cifra poderá ser inferior caso alguns beneficiários que têm em sua posse o "contrato promessa", já assinados, não efectuassem o pagamento da primeira prestação.

"Só quem fizer o pagamento da primeira prestação e remeteu o comprovativo à Imogestin, até ontem, no horário funcional da instituição, poderá receber oficialmente a casa hoje", esclareceu.

Segundo Mário Guerra, após terem enviado as candidaturas ao site da instituição, isto a 6 de Julho, os candidatos já seleccionados foram submetidos a entrevistas presenciais para avaliar se possuíam os requisitos pré-definidos pela empresa que lidera o processo.

Até agora decorre a avaliação das demais candidaturas, visando seleccionarem os outros 768 cidadãos que poderão firmar contrato com a imobiliária. "A entrega das residências está

condicionada à conclusão das obras externas das mesmas", explicou.

Por outro lado, Mário Guerra esclareceu a OPAÍS que o registo de candidaturas duplas (cidadãos que se inscreveram de forma individual e por via das instituições em que trabalham) também tem condicionado o processo de selecção.

Decorre, de igual modo, a bom ritmo, o processo de avaliação das candidaturas apresentadas pelas grandes empresas públicas e privadas que dia 15 de Agosto inscreveram os seus funcionários.

"O processo foi aberto às empresas a 15 de Agosto e terminará a 15 de Setembro, conforme o estipulado pelo programa de actividades da Imogestin. Após esta data será dado o devido seguimento", finalizou.

Contrariamente ao método implementado em 2012, o novo processo de comercialização de habitações é feito por quotas, estando 40 por cento das residências reservadas aos funcionários públicos, 30 por cento a venda ao público livre e 30 por cento a venda dirigida.

## 6.6 Os primeiros moradores da centralidade do capari já receberam as chaves

*Jornal O PAÍS*

*09 De Setembro de 2017*

*Texto: Stela Cambamba*

Mário Guerra, porta-voz da Imogestin, entidade gestora, explicou ontem, no decorrer da entregadas chaves aos moradores, que o processo é gradual. Pelo facto, vão continuar proceder às entregas na medida que as infra-estruturas externas forem concluídas.

Sem precisar números, avançou que ainda há alguma disponibilidade para a venda livre no Capari e KM44, assim como noutras centralidades que vão começar a sua comercialização ainda este ano. O porta-voz afirmou que o importante é atender as pessoas que já fizeram as candidaturas. Lembrou que estão disponíveis 813 casas para venda livre e há ainda mais habitações para outros seguimentos de venda, que vão começar em breve.

De acordo com Mário Guerra, os trabalhadores da função pública acedem às habitações das centralidades através das quotas que o Executivo determinou para cada instituição. Em função das quotas que lhes são atribuídas, designam os funcionários que têm acesso às casas das diferentes centralidades.

Para tal, é remetida uma listagem com os respetivos nomes e outros documentos justificativos. Depois de se encerrar este processo passarão para as entregas das casas.

Lembrou que o procedimento de venda dirigida às empresas está em curso e o processo de candidaturas vai terminar no dia 15 do corrente mês. Depois desta fase vão passar para validação, onde irão perceber o universo das empresas que se candidataram e determinar o número global de trabalhadores, de modo a definir os elegíveis e fazer uma proporção para as diferentes empresas.

Sobre as modalidades de pagamento, disse que são as definidos pelo Executivo em 2015, propriedade resolúvel para a venda livre e para a função pública outra modalidade diferente, mas com pagamentos definidos.

Mário Guerra pede tranquilidade àquelas pessoas que fizeram pagamentos à anterior entidade gestora para casas do tipo T5 na centralidade do Kilamba, pelo facto de estarem preocupadas e acompanharem as entregas de habitações no Capari. Explica que as obras de conclusão de infra-estruturas externas do Zango Zero não estão a decorrer no ritmo desejado inicialmente.

Garantiu que quando as obras estiverem concluídas, a Imogestin, antes de começar o processo de comercialização, vai entregar as habitações às pessoas que comprovarem terem pago à anterior entidade gestora e cujas reclamações foram aceites pela Imogestin.

Moradores satisfeitos Isabel Culeca, uma das actuais moradoras da centralidade do Capari, conta que preparou -se uma semana antes do processo das candidaturas e a conseguiu fazer no dia indicado' quando eram exatamente 8 horas, pelo que, por agora se sente feliz porque recebeu as chaves da sua residência, que aguardava ansiosa.

Francisco Zua, outro morador, sente-se feliz também, por receber a chave da sua casa, recordou que o processo de candidatura foi fácil, porque já tinha a documentação preparada e na hora indicada fez a inscrição, uma hora depois recebeu a mensagem de confirmação da parte da Imogestin e duas semanas depois recebeu uma ligação para a entrevista. Num espaço de tempo igual a certificação de que a sua candidatura foi aprovada.

De igual modo, Moisés Bernardo Domingos disse que também foi fácil o processo de candidatura, tinha já os documentos organizados numa pen-dríve e levou cinco minutos a candidatar-se.

Justino José disse que não encontrou dificuldades no processo, porque visitava o portal com frequência e aproveitava para expor as dúvidas que tinha, pelo que preparou com antecedência todos os documentos necessários para o efeito. As primeiras 45 habitações da centralidade do Capari, província do Bengo, começaram a ser entregues ontem. O porta-voz lembrou que o portal de candidaturas foi aberto no dia 6 de Julho do ano em curso, logo a seguir teve início o processo de validação das candidaturas, pelo que as condições foram criadas para entregar as residências.

## 6.7 Imogestin entrega amanhã casas no km 44

*Jornal o país*

14 De Setembro de 2017

A empresa angolana Imogestin, de gestão de empreendimentos imobiliários, prevê proceder amanhã à entrega de 27 residências de tipologia T3 na urbanização do Quilómetro 44.

A cerimónia está marcada para as 10 horas, e visa outorgar as residências a alguns dos cidadãos que submeteram a sua candidatura à referida instituição de forma a adquirirem uma das 50S reservadas ao público no âmbito da venda livre daquele projecto habitacional.

A referida infra-estrutura contemplará 229 edifícios, com 2.248 unidades que serão vendidas ao preço de cinco milhões 810 mil kwanzas cada uma, permitindo assim aos proprietários pagarem-nas em 20 anos através de prestações de 32 222 kwanzas/ mês.

Além da rede de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais e residuais, iluminação pública, arranjos exteriores e arruamentos, está previsto ser construída uma escola primária, um edifício administrativo e um jardim de infância que vai beneficiar as cerca de 13.448 pessoas que ali vão residir.

Importa realçar que, recentemente, o porta-voz da Imogestin, Mário Guerra, afirmou a OPAÍS que as residências seriam entregues aos cidadãos que já assinaram o contrato promessa e remeteram o comprovativo do pagamento da primeira prestação.

"Só quem fez o pagamento da primeira prestação e remeteu o comprovativo à Imogestin, até ontem, no horário funcional da instituição, poderá receber oficialmente a casa", esclareceu.

A entidade realçou ainda que os cidadãos que submeteram a sua candidatura deverão aguardar pela notificação da instituição.

As demais casas serão entregues mediante a conclusão das obras na parte externa das residências, reitera a Imogestin.

Contrariamente ao método implementado em 2012, o novo processo de comercialização de habitações é feito por quotas, estando 40 por cento das residências reservadas aos funcionários públicos, 30 por cento para venda ao público livre e os restantes 30 por cento para a venda dirigida.

## 6.8 Preço do cimento retarda construção de imóveis

*Jornal Economia e Finanças*

15 De Setembro de 2015

Texto: António Eugénio

O preço do cimento, que constitui um dos principais materiais de construção civil, regista uma acentuada subida. Actualmente, o saco está a ser vendido a 2.330 kwanzas em vários mercados informais da província de Luanda, contra os anteriores 1.3<sup>o</sup>, representando uma subida na ordem dos cerca de 90 por cento.

No passado, o saco de cimento de 50 quilograma chegou a ser vendido a 900 kwanzas, possibilitando muitas pessoas obterem no mercado formal e informal, o material necessário para a construção da casa própria ou um imóvel qualquer.

A reportagem do JE percorreu alguns locais de venda do material de construção civil, onde constatou a subida dos preços, principalmente o cimento. Barato também não estão outros materiais.

Por exemplo, um contraplacado de dois metros, vermelho, chega a custar em média 6 mil kwanzas e a preta, com as mesmas medidas custa oito mil. Um atado de 9 ripas é comprado a nove mil kwanzas, na razão de mil por cada unidade.

Um saco de 25 kg de cimento cola custa 1.200 kwanzas, contra os 800 anteriores, representando uma subida de 40 por cento. Por um rolo de malha-sol de 50 metros o interessado paga 60 mil.

No mercado "11 de Novembro", no distrito urbano de Talatona (Luanda), notou-se um movimento "fraco" de clientes ou compradores.

Uma vendedor a de malha-sol, identificada por Francisca Kiala, conta que houve uma baixa acentuada na compra do material, assim como os preços actuais não encorajam ir à fonte para a obtenção de mais mercadoria destinada a revenda.

Contrariamente ao passado, explica, o negócio era o "El dourado", hoje é um problema que provocou o despedimento de três jovens que trabalhavam com ela.

O mesmo cenário, repete-se no mercado da madeira, onde podemos verificar que um varão de 8 metros que custava 700 kz passou para 1.500 . Um tubo de (30mm) subiu para 3 mil contra metade do preço anterior, enquanto o inferior de (25mm) vai até 2 mil.

No mercado do Kikolo, município de Cacucaco, também visitado pela nossa reportagem, deparamo-nos com um movimento de pessoas e viaturas em pouca escala. O material existe em grandes quantidades, mas o movimento de compra baixou.

Por exemplo, Katia Raquel, vende acessórios para casa de banho, uma torneira de mistura custa 10 mil kwanzas, uma sanita de baixa qualidade é vendida a mais de 20 mil, mais 6 mil em relação a 5 meses atrás.

Do outro lado da barraca está um jovem conhecido por Lay, que vende electrobombas. O preço depende da potencia de cada, onde uma de seis cavalos custa 65 mil com outras a custarem acima de 100.

A nossa ronda abrangeu também as lojas que comercializam material, sancas, tintas, lâmpadas, fios para instalação elétrica.

Os preços são elevados nas referidas casas. Padic Mohamde, proprietário de uma delas não consegue justificar o motivo da subida.

#### Investimentos

Uma fonte ligada a Produção do Cimento revelou que, as fábricas não alteraram os preços praticados do produto que vão de 525 à 600 kwanzas. As necessidades do mercado em termos de cimento estão avaliadas em 4 milhões de toneladas/ano.

Numa altura em que a substituição das importações pela produção nacional mobiliza os agentes públicos e privados que intervêm nos mais diversos sectores da economia, o Executivo angolano, através do Ministério da Indústria, garantiu, recentemente, que há novos investimentos no sector, que vão permitir elevar a capacidade instalada de produção de clínquer de 4,8 milhões de toneladas para 7,9 milhões anuais.

Para terminar definitivamente a importação de clínquer no país, a produção contará com a concorrência da Cimafort Industrial e da Nova Cimangola. As duas unidades fabris produzirão cerca de 3,1 milhões de toneladas anuais de clínquer, chegando aos 4,8 milhões de toneladas produzidas actualmente.

Consta que das cinco unidades fabris em funcionamento no país, apenas duas produzem clínquer. A fábrica de cimento do Cuanza Sul, com capacidade para 1.330.000 toneladas de clínquer por ano e da China Internacional Fund (CIF), que produz 3,6.

#### Produção

Importa recordar que o Decreto Conjunto nº 15114, de 15 de Janeiro, proíbe a importação de cimento em Angola, com excepções para três províncias fronteiriças (Cabinda, Cunene e Cuando Cubango), cada uma com uma quota de importação de 150 mil toneladas.

O documento, prorrogado recentemente pelos ministros da Economia, Indústria, Comércio e Construção, justifica a decisão com os avultados investimentos no sector, feitos nos últimos anos. O decreto realça que a capacidade de produção de cimento instalada em Angola ronda os oito milhões de toneladas.

## 6.9 Venda de habitações condicionadas pela conclusão de obras externas

*Jornal O PAÍS*

*16 De Setembro de 2017*

O porta-voz da imogestin, Mário Guerra, revelou ontem, em Luanda, que os atrasos registados nas obras externas dos projectos habitacionais do Estado, sob a alçada da sua empresa, estão a condicionar o arranque da 2ª fase de candidaturas ao regime de vendas ao público livre.

Prestou estas declarações à imprensa por ocasião da "Cerimónia de entrega simbólica das chaves" aos 27 novos moradores desta urbanização, localizada no município de Icolo e Bengo, que estão a adquirir os imóveis em regime de renda resolúvel, por um período de 20 anos. Para tal, deverão desembolsar mensalmente 32.222 Kwanzas pelo apartamento que está orçado em cinco milhões e 810 mil Kwanzas.

Mário Guerra esclareceu que tão logo sejam concluídas a montagem da rede eléctrica e a de abastecimento de água às residências, assim como a instalação de redes de águas pluviais e residuais, receberão do Ministério do Urbanismo e Habitação a "luz verde" para dar sequência ao processo de venda ao público.

Por esta razão, a imobiliária procederá, até ao final da próxima semana, à entrega de residências a apenas 52

cidadãos que se candidataram a um dos 505 imóveis disponíveis nesta urbanização, por via do regime de venda ao público livre. Já os demais deverão aguardar até à conclusão das obras acima citadas.

Os aguardamos a todo o momento que o ministério diga quando é que as infra-estruturas estarão concluídas, para que se reinicie o processo de comercialização. A Imogestin não pode avançar prazos, uma vez que não se encontra a coordenar a empreitada", justificou.

Transparência no processo Por sua vez, o vice-governador provincial de Luanda para a Área Económica, José Manuel Cerqueira, disse terem sido registadas melhorias no que tange a organização do processo de candidaturas para aquisição de imóveis ao Estado, em relação àquele que foi concretizado em 2012.

Segundo o governante, o actual método de trabalho garante maior fiabilidade e transparência do processo, pese embora terem sido registadas alguns constrangimentos resultantes do facto de a procura ser maior que a oferta. "Ainda há confusão por causa da inércia que vem do passado, mas a nossa experiência diz que a Imogestin está a trabalhar bem", defendeu.

Quem também elogiou a celeridade do processo foi a dona Maria Judite Figueiredo, 55 anos, que não conteve a alegria após receber as chaves do apartamento "202", do bloco 210, cor-de-rosa, Emocionada, contou que foi o seu filho quem fez a sua candidatura no site da imobiliária no pretérito dia 6 de Julho. Um processo que foi bastante concorrido e que durou menos de duas horas.

A interlocutora disse estar muito feliz com a sua nova residência de três quartos, uma sala, cozinha e casa de banho, para a qual pretende mudar-se em breve.

Trabalho no Lar do Patriota e como aqui é um pouco distante, ainda não sei quando vou fazer a mudança", esclareceu.

Por seu turno, Joaquim Pedra, 38 anos, residente no bairro Rocha Pinto, disse já estar de malas arrumadas para passar o fim-de-semana prolongado na sua nova residência, inscrita sob o número 101, do bloco Rosa, entrada "C".

O jovem disse que após tomar conhecimento da abertura das inscrições para acesso às urbanizações não hesitou em reunir a documentação necessária, pois, para si era a oportunidade de concretizar o sonho da casa própria. Passei pela entrevista e paguei a primeira prestação. Hoje recebi a chave do apartamento e estou muito feliz", disse o jovem,

tendo salientado que vai preservar a residência, bem como cuidar da urbanização do bairro.

## 6.10 Projecto de reforma de aldeias será replicado pelo país

*Jornal O PAÍS*

*17 De Setembro de 2017*

A iniciativa, disse, constitui um valioso segmento do mercado em que os bancos nacionais podem captar recursos financeiros em função das diversas infra-estruturas e serviços a serem gerados quando concluídos.

A convicção foi manifestada pelo empresário aos técnicos do Banco Sol que se deslocaram à aldeia Camela Amões para se inteirarem das componentes infra-estruturais do projecto e avaliar as áreas de possível intervenção pelo banco.

"Há, com estes projectos, como podem ver aqui na Camela Amões, enorme margem para que os bancos nacionais possam captar receitas consideráveis, com base nas respectivas carteiras de negócios, em torno dos serviços a serem gerados e concessão de créditos às famílias que estarão inseridas nas mesmas aldeias reformadas e requalificadas", aclarou.

Banco Sol avalia impacto económico de Camela Amões

A delegação do Banco Sol, chefiada por Mónica Aleixo, assessora do conselho de administração, receberam do empresário Segunda Amões e colaboradores directos informações acerca do projecto, que arrancou em 2015 e prevê a construção de duas mil casas sociais e outras infra-estruturas, numa extensão de 40 mil hectares, até 2025, num investimento acima dos 400 milhões de dólares.

"É nosso propósito replicar, pelas mais de 10 mil aldeias de Angola, este novo conceito de viver, trabalhar e produzir nas aldeias, com as mesmas condições que existem nos grandes centros urbanos, sem necessidade de emigrar. É, para além da componente social, um 'buraco' de negócios e dinheiro que não mais acaba", disse o PCA do grupo ASAS.

O empresário garantiu que a réplica do modelo da aldeia Camela Amões pelo país depende de uma decisão do Executivo, na pessoa do Presidente da República eleito, João Lourenço, por se tratar de uma responsabilidade directa do poder político, em parceria com a classe empresarial nacional, na busca de melhores alternativas para a saída da crise e a melhoria das condições de vida nas comunidades. "Já

manifestámos, nos canais apropriados, a nossa completa disponibilidade para levarmos avante este novo paradigma de aldeias a todo o país. Mas, pela sua natureza política, social, económica e financeira, cabe ao Presidente da República eleito a decisão final sobre a implementação deste projecto em outras regiões de Angola", apontou.

Segunda Amões pediu aos membros da delegação do Banco Sol que transmitissem ao Conselho de Administração a necessidade deste banco, e da banca em geral, olhar com mais acuidade e sentido visionário para as inúmeras vantagens económicas e financeiras que o projecto representa.

"Na prática, havendo anuência do Executivo, um projecto com esta dimensão tem de ter uma instituição financeira de suporte.

Não para financiá-lo, mas como um banco operador, que esteja à altura das solicitações de transacções financeiras com a aquisição de meios no mercado local e internacional. Haverá depósitos provenientes de receitas das cooperativas agrícolas e pecuárias, outros serviços, como o ecoturismo, e dos habitantes da aldeia, num universo de mais de três mil pessoas". No final da visita de mais de cinco horas pela aldeia Camela Amões, Mónica Aleixo reconheceu, depois do que constou e da explanação sobre a abrangência política, social e económica de reformas e requalificação das aldeias, estar perante um projecto com futuro.

"A força de trabalho está no povo e no campo", afirmou. "Com este tipo de projectos muita gente vai sair das cidades", acrescentou. Para a bancária, "seria bom que muita gente (empresários) fizesse isto".

Fizeram parte da comitiva do Banco Sol, Otaniel Epalanga, administrador da IMOSOL, Trindade Costa, sub-director de Património e Serviços, Alexandre Mandi, coordenador regional, e Abel Minhé, técnico de micro- crédito da agência do Bailundo.

## 6.11 Sambizanga ganha nova imagem

*Jornal de Angola*

*18 De Setembro de 2017*

*Texto: Victorino Joaquim*

Alguns anos depois da Independência de Angola, o bairro do Sambizanga conheceu um grande crescimento desordenado. Foi uma zona caracterizadas por condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade precárias, os seus difíceis acessos dificultavam a intervenção de órgãos do

Estado, como a Polícia no eventual apoio aos populares. Uma grande parte da população habitava em casebres.

O Sambizanga é um dos seis distritos do município de Luanda, capital do país, constituído pelas comunas do Bairro Operário, Ngola Kiluanje e Sambizanga.

Com 14.5 quilómetros quadrados e cerca de 600 mil habitantes' o Distrito do Sambizanga faz parte das localidades em que estão a ser implementadas obras de requalificação urbana.

Iniciado em Novembro de 2011, o programa de requalificação urbana do Sambizanga prevê estar concluído dentro de 20 a 25 anos.

Passados apenas seis anos, os moradores já sentem os benefícios da implementação do processo de requalificação urbana. Em alguns bairros do distrito observa-se já uma nova imagem.

Hoje, quem passa pela via construída na encosta do Miramar, o viaduto próximo ao prédio do Livro do São Paulo, as ruas Kima Kienda e Lueji Anconda, as zonas do campo Mário Santiago e do ex-mercado Roque Santeiro e Rotunda da Boavista, já pode observar o novo rosto que ganharam estas localidades.

Estão em curso obras na intercepção com a Major.. Kanhangulo, Rei Mandume e com a rua Ndunduma. O tráfego rodoviário está, agora, mais fluido. Para quem circula do município de Cacuaco para São Paulo o trajecto demora 30 minutos. "Quando antes fazíamos este mesmo trajecto em quase duas horas", disse o taxista Fernando Jacinto.

O troço da Rotunda à Ilha de Luanda faz-se de 12 a 15 minutos. "Quando antes fazíamos este trajecto em 35 a 40 minutos", referiu o taxista Domingos Santana. Para ele, os constrangimentos vividos no passado com os constantes congestionamentos e crateras na rua já fazem parte do passado. "Hoje, a corrida é mais rápida", acrescentou o jovem.

Os passageiros embarcavam e desembarcavam sem esperar muito tempo. Com a reabilitação da via e a construção do viaduto da Rotunda da Boavista, "as viagens são feitas de forma mais célere e podemos fazer cerca de sete a dez viagens por dia, deste forma temos transporta- mos cada vez mais passageiros", disse José Manuel.

Enquanto embarcava numa paragem na antiga rotunda, a estudante de Enfermagem Ana Gunza disse: "Desde que a via foi reabilitada, os atrasos na sala de aula acabaram". No Bairro Marconi, na comuna do Ngola Kiluanji, num espaço de cerca de



mil hectares, foram erguidas estruturas habitacionais e sociais num período de 18 meses. A nova urbanização é composta por uma variedade de lotes com cinco e nove andares e apartamentos de diferentes tipologias.

Nesta comuna foram ainda construídas moradias, escolas, creches, estruturas comerciais e administrativas, postos de polícia, instalações médicas, desportivas e recreativas, arruamentos, redes elétricas, de abastecimento de água e de drenagem.

Existem ainda obras em curso na Avenida Ndunduma, antigo Mercado do Roque Santeiro e na Rotunda da Boavista.

#### Realojamento

Um dos maiores constrangimentos na implementação do processo de requalificação do Distrito do Sambizanga foi o realojamento das famílias que viviam em áreas de intervenção para obras.

Mesmo depois do registo, havia cidadãos que se infiltraram, com o objectivo de Oliver uma casa. Alguns tentaram enganar as autoridades. "Recebiam a casa e voltavam a reclamar por mais uma casa", disse João António, que residia num casebre junto ao Roque Santeiro e hoje vive numa residência condigna.

Muitas obras ficaram impedidas de avançar devido à presença das famílias. Para resolver a situação, foi criado, por orientação do Presidente da República' José Eduardo dos Santos, um grupo de trabalho.

O grupo operativo era composto por técnicos dos ministérios da Construção, do Urbanismo e Habitação, Administração Local, Gabinete de Coordenação dos Trabalhos Técnicos da Província de Luanda, Gabinete de Reconversão Urbana do Cazenga.

Quatrocentas famílias foram realojadas nos bairros Zango Três e Zango Quatro e na nova urbanização Marconi.

"O processo de realojamento contínuo. Na medida em que vão ser definidas as áreas de implementação de equipamentos sociais, habitação, espaços verdes e outras estruturas, de acordo com o plano director existente, vão-se providenciando os realojamentos", realçou Bento Soito, director do Gabinete de Reconversão Urbana do Cazenga, que também fez parte do grupo de trabalho para o realojamento.

Para Bento Soito, é difícil fazer tudo de uma vez. Houve várias situações que atrapalharam o bom

andamento do processo, mas, tudo está a ser resolvido para que ninguém fique sem ser realojado.

O processo de reconversão programado para ser concluído dentro de 15 a 20 anos prevê também o realojamento de 400 mil famílias.

## 6.12 Inauguração de infraestruturas marca celebrações do 17 de Setembro

*Jornal O PAÍS*

*18 De Setembro de 2017*

O acto da inauguração de empreendimentos, como a estação de tratamento de águas residuais, coube ao ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Cândido Van-Dúnem, cuja província acolheu as festividades.

A infra-estrutura, primeira do género na província, possui, entre outras, áreas das máquinas finas e grossas, reacção bioquímica, sedimentação, coagulação, filtração e canal de desinfecção, sendo o processo feito por um tanque subterrâneo, com duas máquinas escoadoras que permitem a remoção do lixo mais grosso a partir das águas que saem da nova Centralidade do Mu sungue.

No entanto, as águas são encaminhadas para um outro depósito que possui quatro bombas submersas que levam-na para a máquina coadora fina, e por sua vez leva, por gravidade, para o tanque de reacção bioquímica, onde ocorre o processo biológico e, consequentemente a separação das águas sujas, lamas, limpas, desidratação e drenagem para o rio, através do canal ultravioleta.

Em declarações à imprensa, o chefe do departamento provincial das águas, Piedade João, explicou que, além de uma outra estação de tratamento de águas, com uma capacidade para 20 mil metros cúbicos, dos quais, três mil metros cúbicos de água tratada à Centralidade, a ETAR possui, igualmente, uma capacidade de tratamento de 20 mil metros cúbicos de resíduos sólidos e recolhidos por dia.

Afirmou que a infra-estrutura está à altura daquilo que foi projectado que tem a ver com o tratamento de saneamento básico de uma Centralidade, tendo ainda acrescentado, que com a construção de uma linha irá contribuir na agricultura e tratamento de jardins. Para garantir o funcionamento, fez saber, mais de 70 funcionários, sobretudo, jovens, numa

primeira fase, conseguiram o seu primeiro emprego no sector.

Presenciaram as actividades, governantes, autoridades tradicionais, representantes dos partidos PRS, FNLA, MPLA e CASA-CE e população em geral.

## 6.13 África captou mais 40% de investimento externo em 2016

*Jornal O PAÍS*

*21 De Setembro de 2017*

*Texto: Luís Faria*

O investimento estrangeiro em África aumentou 40% em 2016, apesar do número de projectos dirigidos ao "continente ter decaído cerca de 16%, revela o Relatório sobre Investimento em África 2017 ('The African Investment Report 2017'), do Financial Times, ontem publicado e a que OPAÍS teve acesso. Além de ter aumentado consideravelmente em valor, o investimento mudou a sua orientação, concentrando-se noutros sectores e a China tornou-se, pela primeira vez, o maior investidor externo em África. Estas as três maiores novidades trazidas pela edição deste ano do relatório do influente grupo editorial.

O investimento estrangeiro em África atingiu, em 2016, USD 92,3 mil milhões, tendo o sector imobiliário absorvido 40% (o correspondente a USD 36,5 mil milhões) do montante global aplicado no continente. Na distribuição do investimento por áreas de negócio quem ganha é a construção, captando 40% do investimento directo estrangeiro concretizado.

Foram 470 as empresas externas a investir na região, menos 7% que em 2015, não obstante o capital investido ter sido superior.

O continente viveu 'melhores dias aos olhos da comunidade de negócios, apresentando hoje um crescimento inferior à média mundial e longe dos 6% atingidos no início do milénio, o que se ficou então a dever à conjugação de um nível de endividamento muito moderado com os elevados preços do petróleo e a emergente procura chinesa de matérias-primas.

A narrativa do 'Nascimento de África', como lhe chama Rosa Whitaker, analista do Financial Times, foi ofuscada pela quebra do preço das matérias-primas e o recurso a um maior endividamento, estimando o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se verifique, este ano, uma modesta recuperação

no crescimento (2,2% contra os 1,4% de 2016). Mas o continente apresenta, segundo a analista, um novo trunfo, a urbanização. A população urbana em África expande-se à razão de 15 milhões de almas por ano, de acordo com as Nações Unidas. Em nenhuma outra região do mundo as cidades estão a crescer tão rapidamente. O que torna atractivo investir em propriedades ou no sector da construção. E tem outras consequências. Rosa Whitaker cita Sir Paul Collier, professor de economia na Universidade de Oxford, que escreveu que 'uma cidade bem-sucedida faz aumentar massivamente a produtividade de gente comum', lembrando que 'foi o milagre da produtividade que tirou da pobreza países que hoje pertencem à OCDE'. Para além da força da urbanização, há convicção, por parte de países como Angola e Nigéria, de que não há alternativa à diversificação da economia.

A China lidera o investimento estrangeiro no que respeita ao volume de capital dirigido ao continente' valendo os USD 36,1 mil milhões nele aplicados, uma quota de mercado de 39%. Os investimentos baseados na China aumentaram 1.262%, enquanto os originários da região da Ásia - Pacífico cresceram 690%, o que está muito associado, quer num caso quer noutro, ao projecto bilionário de USD 20 mil milhões anunciado pela China Fortune Land Development para o Egipto.

Já a lista dos principais investidores no que respeita ao número de projectos é liderada pelos Estados

Unidos, com 83 projectos, menos 13% que em 2015, seguindo-se a França, com 71 projectos, número que traduz um aumento de 32% face ao ano anterior, e a China, com 62 projectos e um crescimento de 94% face a 2015.

O investimento em imóveis absorve 40% do capital aplicado no continente, envolvendo USD 36,5 mil milhões e remetendo para a segunda posição, na lista por sectores, o carvão, petróleo & gás natural (13% do capital investido, correspondendo a USD 12,4 mil milhões). Seguem-se as energias alternativas e renováveis (10% de quota de mercado e USD 8,9 mil milhões) e os transportes (8% e USD 7,2 mil milhões): Os transportes (mais 636%), o imobiliário (mais 319%), os minerais (mais 421%) e os têxteis (mais 492%) são os sectores que exibem a maior taxa de crescimento anual.

A construção foi a actividade que captou mais investimento no último ano (USD 37 mil milhões e uma quota de mercado de 40%). Em conjunto com a manufactura representou 62% do total do capital investido em 2016. Quanto ao número de projectos apresentados, o destaque vai

para a logística, distribuição e transportes com 46 projectos, mais 24% que em 2015.

## 6.14 Tributários registam imóveis no Mussulo

*Jorna de Angola*

*21 De Setembro de 2017*

*Texto: Armando Estrela*

Técnicos da Administração Geral Tributária (AGT), afectos à Terceira Região Tributária, visitam desde o dia 16 até 23 deste mês, os estabelecimentos comerciais, feiras e imóveis localizados na ilha do Mussulo, em Luanda, visando inteirar-se da situação fiscal de cada morador.

A actividade enquadra-se nas iniciativas realizadas pela Administração Geral Tributária, no domínio da sensibilização e fiscalização dos contribuintes da área de jurisdição da Quarta Repartição Fiscal de Luanda e do Programa Regional de Educação Fiscal (PREF), adequando-os ao incremento da receita pública.

Entre os objectivos da campanha, sobressai a necessidade da sensibilização sobre os impostos junto dos comerciantes, feirantes e proprietários de imóveis, além da necessidade de se identificar a situação contributiva dos cidadãos e de se identificar em novos contribuintes.

Além da entrega de avisos e notificações -dos contribuintes faltosos, a Quarta Repartição Fiscal quer, com essa acção, aproximar a AGT aos cidadãos, fomentar o cumprimento voluntário da obrigação tributária, aumentar a base de contribuintes e inscrever na matriz os prédios omissos.

Os moradores que, pela primeira vez, tomarem contacto com os brigadistas da AGT, podem adquirir o "Modelo 5" que mostra a forma de como se preenche e se procede à inscrição de um imóvel. A situação fiscal a sondar pelos técnicos junto dos contribuintes está ligada aos impostos, como Imposto de Selo OS), Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT), Imposto de Consumo (IC), Imposto Industrial (II) e Imposto Predial Urbano (OPU) e imposto Sisa.

O PREF é um projecto que visa a promoção da cultura fiscal e o pleno exercício da cidadania por parte dos contribuintes, capaz de construir uma relação dinâmica, transparente e harmoniosa entre a administração tributária e a sociedade, e promover o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, através do conhecimento pleno da legislação fiscal e aduaneira.

O Programa Regional de Educação Fiscal procura ainda inculcar nos cidadãos a consciência sobre a função socioeconómica do tributo e educação fiscal, com a promoção do diálogo entre o Estado e o cidadão que, entre outros valores, deve melhorar o relacionamento entre ambos e criar condições para o alargamento da base tributária e o aumento da arrecadação de receitas.

A Terceira Região Tributária é um dos sete serviços regionais da Administração Geral Tributária (AGT), um organismo do Estado que tem por missão fundamental propor e executar a política tributária do Estado, assegurando o seu integral cumprimento, administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos, bem como estudar, promover, coordenar, executar e avaliar os programas, medidas e acções de política tributária, relativas à organização, gestão e aperfeiçoamento do sistema tributário.

A AGT tem igualmente a missão de controlar a fronteira externa do país e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Executivo. A AGT resulta da fusão entre a Direcção Nacional de Impostos (DNI), o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). A AGT é uma pessoa colectiva-de-Direito Público, que integra a administração indirecta, gozando de personalidade e capacidade jurídica e dotada de autonomia administrativa regulamentar, patrimonial e financeira.

## 6.15 Municípios descontentem com o governo provincial de Luanda

*Jornal Liberdade*

*22 De Setembro de 2017*

As vias terciárias são bastante importantes para o desafogo do trânsito que, em algumas zonas de Luanda, cria imensos embaraços não só aos automobilistas mas também aos transeuntes Pascoal Zua No exercício de constantes visitas efectuadas em algumas zonas, sobretudo nos municípios do Cazenga, Kilamba Kiashi e Distrito Urbano do Ngola Kiluanji, algumas vias que o Executivo financiou com fundos de todos nós não foram concluídas, ficando as empresas e os seus empreiteiros impunes sem qualquer responsabilização.

A via da praça a céu aberto da BCA, continua intransitável em virtude da mesma apresentar condições de circulação não adequadas, o que preocupa sobremaneira os cidadãos.

Os automobilistas, defendem que o governo provincial deveria fazer levantamentos das estradas em mau estado de circulação, com vista a encontrar-se melhores saídas para a fluidez do trânsito. Manuela Antunes, que comercializa conservas como manteiga, salchichas, massa alimentar e detergentes, lamentou a degradação que se apoderou da estrada da BCA que liga ao mercado Asa Branca.

Esta via facilitava o acesso rápido das pessoas e diminuía os engarrafamentos que se fazem sentir em Luanda: disse, acrescentando que o governo deve trabalhar para melhorar as vias: Lamentou pelo facto de as empresas contratadas pelo governo para velar sobre o processo de recuperação das estradas terciárias, quase nada terem feito para a conclusão das referidas obras.

Na ocasião, Zélia Meneses, também vendedora ambulante na mesma via, referiu que a falta de melhores condições de circulação na referida extensão do município do Cazenga, tem ajudado de que maneira os jovens no aumento da delinquência.

A via da BCA facilitava anteriormente o acesso fácil das pessoas que preferiam exercer os seus negócios na praça Asa Branca, assim como noutras localidades circunvizinhas.

Uma outra, via que merece uma pronta intervenção no município do Cazenga é a estrada das condutas que poderia descongestionar o trânsito automóvel caso o Executivo tomasse as medidas necessárias.

No Distrito Urbano do Ngola Kiluanji, a estrada que dá acesso ao enchimento de gás butano nos bairros Sonangol e Uíge, respectivamente, encontra-se totalmente desagrada, o que preocupa os munícipes daquela circunscrição de Luanda.

A questão, doravante, vai provocar maiores transtornos, considerando que vai começar a chover na capital do país. Atendendo as condições não adequadas que a referida estrada apresenta, tal como em anos anteriores, a situação vai ser bastante desagradável.

Uma outra via radiografada, foi a da Barra, no bairro do Grafanil, que desemboca nos Quartéis e cujas obras, começadas em 2006, pela empresa brasileira Zagop, não foram concluídas e muito menos foram esclarecidas as razões que estiveram na base da paralisação.

Os munícipes lamentam pelo facto do governo estar a olhar impávido para os prevaricadores, pessoas e empresas, que usam e abusam dos fundos públicos para fins pessoais.

## 6.16 Imogestin aplica medidas inconstitucionais na aquisição de imóveis nas centralidades

*Jornal Manchete*

*22 De Setembro de 2017*

Estás medidas inconstitucionais, segundo noticiou o Club K, impedem a maior parte da população jovem (empregados) que auferem um valor equivalente ao salário mínimo definido pelo próprio Executivo. Neste contexto, cabe ao Ministério Público reportar o caso para o Tribunal Constitucional para a devida análise.

Nos últimos tempos, a maior parte dos jovens ouvidos pelo Club K Angola - têm vindo a questionar o facto de terem uma remuneração abaixo dos 40 mil kwanzas, se nunca terão oportunidade de também um dia candidatarem-se num dos projectos do Estado, visto que a Imogestin exige num dos requisitos para a sua candidatura um salário não menos que 100 mil kwanzas.

"Diante desta imposição da Imogestin, está-se diante de uma colisão de direitos porquanto o salário mínimo no país ronda aos 22 mil kwanzas", esclareceu um conhecido jurista da praça, salientando que "ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão". Exclusivamente a Imogestin está diante de uma exclusão económica e social aos jovens que não têm como remuneração o que exigido pela Imogestin

Sabe-se que a Legislação sobre Administração Pública resguarda que a mudança de uma categoria para outra temporalmente leva de três a cinco anos, com isto dizer que um jovem que tenha entrado neste ano para função pública possivelmente só mudará de categoria em 2022.

"Olhando para factos, se o visado pretender candidatar-se a realidade tornara-se meramente numa miragem a longo prazo", enfatizou.

Em síntese conclusiva, as imposições supracitadas fere a todos os cidadãos que a prior e sem desprimor daqueles que mesmo reunindo todos os requisitos não conseguem beneficiar-se das residências da Imogestin, os visados nunca poderão no raiar breve sonhar com a casa própria.

O Club K tentou contactar a direcção da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) que manifestou, que a ser verdade estaríamos diante de

uma situação preocupante e que tão breve possível se pronunciaria sobre o referido assunto. Deixando claro se for procedente tal imposição atenta contra os Direitos fundamentais dos angolanos.

Recorde-se que a Imogestin iniciou recentemente a venda, em todo o país, de cerca de 26 mil habitações localizadas nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla, Benguela e Namibe.

As habitações estão destinadas a cidadãos de nacionalidade angolana com mais de 18 anos de idade, que não tenham antes arrendado ou comprado casa ao Estado e cujos salários ou rendimentos sejam compatíveis com o preço da tipologia a que se candidatam. Neste âmbito, as habitações são destinadas a função pública (40%), grandes empresas públicas e privadas (30%) e venda ao público livre com 30%.

Poderão ainda ter acesso a estes projectos Habitacionais os reformados e pensionistas, cujos rendimentos sejam compatíveis com o valor das prestações mensais das habitações a que se candidatam.

No entanto, até a hora do fecho da presente edição a Imogestin ainda não tinha reagido a notícia do Club k.

## 6.17 Material de construção regista alta nos preços

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Setembro de 2017  
Texto: Adelaide Mualimusi

Construir uma casa ou outro empreendimento de carácter definitivo, na província do Cunene, torna-se caro, devido os altos preços praticados nas lojas de venda de material de construção, aliado ao fraco poder financeiro da população para o pagamento da mão-de-obra.

Numa ronda efectuada pelo JE, pelas lojas e mercados informais, constatou-se que houve uma subida de preços do material de construção civil, comparativamente ao princípio de 2017.

### Preços

Um saco de cimento que no princípio deste ano custava 2.500 kwanzas, hoje é vendido a três mil, um aumento de 500.

Uma chapa de zinco de 3,60 milímetros de largura que custava 2.500, actualmente custa 5.700. Uma

porta normal que antes rondava os oito mil, actualmente está a ser comercializada a 12.635 kwanzas.

O aro de porta que custava oito mil, actualmente o seu preço é de 11.500. Um bloco de cimento que variava de 70 a 75 kwanzas, incluindo transporte, hoje aumentou para 120, sem transporte. Uma carrada de areia adquirida a singulares, já que pela via legal, não existe, custa 16 mil kwanzas.

A nossa equipa de reportagem constatou igualmente que os preços praticados pelas lojas de material de construção e pelo mercado paralelo não diferem, mas a maioria dos clientes opta pelo informal onde os preços são discutíveis.

Os comerciantes reconhecem que os preços praticados não estão ao alcance de todos, mas justificam que o facto tem a ver com o elevado custo do aluguer do transporte.

### Poupanças facilitam

Albina Chilongo disse que para concluir a obra da sua casa, tem feito poupanças, que lhe possibilitam comprar cinco sacos de cimento, no final de cada mês, com o dinheiro do salário. Acrescentou que o fraco poder de compra está a inviabilizar a conclusão da obra no prazo previsto.

Por sua vez, José Shipo, gerente de uma loja de material de construção denominada "BMN", disse que a empresa está a enfrentar dificuldades na aquisição do material de construção para venda, devido aos elevados preços dos fretes, a partir da Namíbia e da África do Sul.

"Os custos do transporte são muito altos, por isso é que o material de construção também torna-se caro", informou.

Segundo José Shipo "tudo está difícil", mas a empresa está a fazer todos os esforços para colocar produtos no mercado "a bom preço".

## 6.18 Mais casas sociais na Matala

*Jornal de Angola*  
26 De Setembro de 2017  
Texto: Arão Martins

Um total de mil moradias de diversas tipologias vai ser erguido nos próximos tempos' na Matala, província da Huíla, anunciou ontem o administrador municipal.

Miguel Vicente disse ao Jornal de Angola que as moradias que vão ser construídas, no âmbito do programa de fomento habitacional, vão colmatar défice habitacional que município da Matala ainda regista.

O responsável informou que, no âmbito do programa de reconstrução e fomento habitacional, foi identificada no município uma reserva fundiária e é nesse espaço onde vai ser erguida a primeira centralidade da Matala, com casas de 2 a 5 quartos.

Disse que no mesmo espaço estão catalogados espaços onde vão ser implantados serviços sociais, como escolas, hospitais e campos polivalentes. Na mesma reserva, indicou o administrador Miguel Vicente, foi reservado o espaço onde vai ser erguido o tribunal municipal da Matala.

O processo da construção dos 200 fogos abrange também o município da Matala (180 quilómetros a leste da cidade do Lubango), numa acção que permitiu concluir 40 e boa parte delas já estão habitadas. "O programa é do Executivo e tem continuidade. Mais casas vão ser erguidas no município", garantiu o administrador, acrescentando que centenas de lotes foram nos últimos anos distribuídos à população do município da Matala.

Afirmou ainda que no início dos trabalhos de reabilitação da linha férrea do Caminho-de-Ferro de Maçãmedes, a administração foi forçada a fazer a demolição de três mil casas. Miguel Vicente esclareceu que as famílias abrangidas receberam lotes de mil metros quadrados numa área definida em três zonas.

Miguel Vicente assegurou existirem na Matala vários espaços para serem cedidos a todo o cidadão interessado em erguer a sua moradia.

Matala controla mais de 1.400 professores e vários efectivos do Comando da Região Militar Sul que estão interessados também a erguer a sua casa. "Os pedidos estão a ser atendidos, para que todos tenham casa própria", garantiu.

O administrador municipal da Matala mostrou - se satisfeito com a evolução e com os resultados alcançados, pois o município cresceu muito nos últimos tempos e já se tem uma rede comercial muito forte. "Já não é necessário deslocar - se à capital da província da Huíla (Lubango) para comprar os produtos básicos. Vários supermercados de renome estão instalados no município", disse.

Mostrou-se alegre pelo facto de vários empresários e empresas continuarem a apresentar propostas, solicitando licenciamento para a abertura de mais'

supermercados na região. O município da Matala tem três vias de circulação, nomeadamente a Estrada Nacional 280, que foi reabilitada, o Caminho-de-Ferro de Moçãmedes, que liga as províncias do Namibe, passado pela Huíla, ao Cuando Cubango, e aeroporto.

Disse que as três vias de comunicação permitem efectuar trocas comerciais entre o campo e a cidade de forma mais fluída.

O município da Matala é ainda detentor de uma das melhores estações do Caminho-de-Ferro de Moçãmedes, que está a permitir efectuar a transportação de mercadorias e bens de forma mais célere.

#### Reabilitação da estrada

A circulação de pessoas e bens entre a sede municipal da Matala e a comuna do Mulondo poderá ser feita em melhores condições, quando as obras de construção e reabilitação do troço forem concluídos.

O administrador municipal da Matala, Miguel Vicente, reconheceu que a reabilitação da via é uma mais - valia para o município, que vai fazer com que a circulação seja mais fluída. "Quando as obras terminarem, a circulação vai ser feita de forma salutar. Todos os cidadãos que pretenderem viajar até a fronteira da Namíbia poderão ter também alternativa", explicou.

Disse que no futuro os cidadãos que se deslocarem à Namíbia, passando pela cidade de Ondjiva, província do Cunene, não vão precisar de recorrer apenas à estrada que parte do Lubango, passando pelo município da Chibia, conforme acontece actualmente. A partir da estrada da Matala, até á comuna do Humbi, província do Cunene, também se pode atingir a Namíbia", disse.

#### Emergências médicas

O Instituto Nacional de Emergências Médicas (INEMA) na Huíla precisa de, pelo menos, 24 técnicos de enfermagem, oito médicos de clínica geral e igual número de ambulâncias, para instalar quatro postos fixos nas proximidades de alguns municípios da província da Huíla.

O director do referido instituto, Paulo Luvangamo, afirmou que o INEMA pretende inaugurar postos para atender qualquer eventualidade de sinistro na estrada nacional 105.

## 6.19 Privados chineses na construção civil

*Jornal de Angola*

27 De Setembro de 2017

Dez empresas chinesas investiram nos últimos 12 meses mais de 11 milhões de dólares no sector da construção civil em Angola, afirmou recentemente o director da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) do Ministério da Construção.

Cláudio Rodrigues, que na sexta - feira assinou mais um contrato de investimento privado com a empresa China Jiangsu International Economic And Technical Cooperation Group, no valor de 1,58 milhões de dólares, salientou que algumas daquelas empresas beneficiaram da linha de crédito da China para a execução de projectos de investimento público.

O director da UTAIP disse ainda que os contratos de investimento privado assinados com várias empresas, principalmente chinesas, se revestem de grande importância por trazerem um efeito multiplicador a montante e a jusante na cadeia de produção de material de construção no país.

Xu Bo, director-geral da China Jiangsu International Economic And Technical Cooperation Group, disse à Angop que o montante a ser investido visa reforçar a capacidade e a estrutura da empresa, que opera em Angola há mais de oito anos no sector do comércio e fabrico de material de construção.

As Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento Privado são departamentos ministeriais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do sector de actividade no âmbito dos processos de investimento privado que já tenham sido aprovados.

## 6.20 Dificuldades em material de construção civil leva imobiliária a rever contrato

*Jornal O PAÍS*

28 De Setembro de 2017

*Texto: Borges Figueira*

A escassez na aquisição de material de construção civil, bem como o elevado preço dos equipamentos no mercado nacional, assim como a falta de divisas para a importação' levaram a imobiliária Jefran a rever os contratos firmados com os seus clientes da modalidade de renda resolúvel, segundo informou nesta Quarta-feira, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração, Gerson Silva.

As referidas residências estão a ser erguidas no município de Belas, em Luanda, e ocupam uma área de cerca de 69.600 metros quadrados, num investimento avaliado em mais de USD 20 milhões, das tipologias T3 e T4, nas 22 vilas que constituem os projectos da imobiliária Jefran.

A Jefran convida os clientes que têm um vínculo contratual com a empresa, que consiste na aquisição de um imóvel, a dirigirem-se à sede da instituição, no sentido de renegociarem os contratos firmados anteriormente, em função da subida dos preços dos materiais de construção civil no mercado nacional, bem como as dificuldades na construção das referidas residências.

Para o efeito, a Jefran imobiliária criou uma equipa de negociação a fim de lidar com os clientes com contratos de renda resolúvel, de forma a encontrar soluções práticas da actual situação, bem como os prazos para a entrega das respectivas casas.

"As negociações consistem na elaboração de um contrato que visa essencialmente o esclarecimento das condições financeiras do cliente e da empresa, bem como as modalidades de pagamento que deixa de ser em renda resolúvel e passa a ser por prestações, ou, ainda, caso não haja consenso, levanta-se a possibilidade de se fazer o reembolso dos valores já pagos".

De acordo com o PCA, actualmente "o mercado nacional enfrenta uma escassez de materiais de construção, com destaque para os vários tipos de cimento, equipamentos eléctricos para instalação, assim como os acabamentos como loiça sanitária e ladrilho, razão pela qual muitas das vezes somos obrigado a recorrer ao mercado informal para os adquirir a preço exorbitante", disse.

## 6.21 Novo contrato reforça acções na construção

*Jornal Economia e Finanças*

29 De Setembro de 2017

Mais de onze milhões de dólares norte americanos foram investidos nos últimos 12 meses no sector da construção civil, permitindo a edificação de infra-estruturas no país.

O facto foi revelado recentemente, em Luanda, pelo-director da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) do Ministério da Construção, Cláudio Rodrigues, tendo referido que este valor resulta da assinatura de mais de dez contratos com empresas chinesas, algumas das quais

beneficiaram da Linha de Crédito da China (LCC) para execução de projectos de investimento público.

O responsável que falava à Angop, após ter assinado mais um contrato de investimento privado, avaliado em um milhão e 580 mil dólares, com a empresa China Jiāngsu Internacional Economic And Technical Cooperation Group, Ltd", destacou que 75 por cento deste investimento foi realizado por empresas nacionais.

O contrato assinado vai reforçar a capacidade e a estrutura da empresa chinesa, que opera em Angola há mais de oito anos, no sector do Comércio e fabrico de materiais de construção, usados na edificação de várias infra-estruturas no país, segundo o seu director-geral, Xu Bo.

Com base no contrato assinado, o projecto, a ser executado dentro de um ano, em Luanda, vai criar mais de 70 postos de trabalho, augurando alargar o número de empregos nos próximos tempos.

Na ocasião, o director da Utaip considerou que os contratos de investimento privado assinados Com várias empresas, principalmente chinesas, revestem-se de grande importância por trazer um efeito multiplicador a montante e a jusante na cadeia de produção de materiais de construção no país.

As grandes obras de investimento público, recentemente inauguradas em Angola, foram implementadas e aprovadas com base nas propostas submetidas por empresas chinesas, que trouxeram linhas de financiamento que permitiram a execução de muitos projectos estruturantes no país", reforçou.

Quanto aos incentivos fiscais, que tornam o sector atractivo ao investidor, Cláudio Rodrigues afirmou que o Estado tem concedido incentivos maiores aos projectos de investimento que se proponham implementar em zonas economicamente mais desfavorecidas.

Os projectos de investimento privado, inseridos no sector da construção, devido à sua especificidade, implicam uma actuação plurilocalizada, priorizando os incentivos fiscais aos investidores que queiram implementar as suas acções nas zonas mais recônditas do país acrescentou o director.

A implementação de um modelo de parceria público-privada (PPP) para atrair o investimento privado na construção e modernização de infra-estruturas rodoviárias, tendo em conta a diminuição do peso do Estado na economia e a retirada de alguma pressão ao OGE, constitui um dos desafios da Utaip As Unidades Técnicas de Apoio ao Investimento Privado (UTAIP) dos departamentos ministeriais são

responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do sector de actividade no âmbito dos processos de investimento privado que já tenham sido aprovados.

## 6.2I Ordenamento dos Gambos tem o apoio das empresas

*Jornal de Angola*

*29 De Setembro de 2017*

A definição do programa de ordenamento das ruas d sede comunal do Chtanje no município dos Gambos: conta com o contributo da empresas de exploração de rochas naquela circunscrições garantiu ontem o administrador municipal.

Elias Sova esclareceu que o programa de ordenamento dos Gambos foi já aprovado pelo Ministério do Urbanismo e lembrou que as empresas que exploram rochas ornamentais participam no processo, no quadro do se contributo social.

Das cinco empresas que exploram rochas no município dos Gambos, cinco estão licenciadas e a sua participação em acções sociais tem sido efectiva.

No quadro da sua acção social, disse, as empresa têm contribuído para a construção de postos médicos escolas, além de contribuírem para outras actividade que visam melhorar a qualidade de vida da população Reconheceu que o município está a crescer com o surgimento de nova infra-estruturas.

O administrador dos Gambos informou que estão a ser construídos na região 200 fogos habitacionais, 40 dos quais já construídos entregues aos beneficiários. Recordou que o processo d distribuição das casas obedeceu a regra determinada pelo Executivo.

Através do Ministério do Urbanismo, o Executivo orientou que 30 por cento das casas devem beneficiar a juventude, outra percentagem aos antigos combatentes e, por último, aos demais interessados", esclareceu.

Elias Sova lembrou que, a par do programa do Governo, há outras iniciativas individuais que tem a ver com a autoconstrução dirigida, afirmando que, com este processo, estão a surgir no município novas obras.

A Administração Municipal dos Gambos tem trabalhado no ordenamento e distribuição de parcela aos cidadãos em áreas seguras para a auto - construção dirigida.



O município dos Gambos, de acordo com o responsável, está em curso, na sede comunal do Chianje, a abertura de ruas no quadro da materialização do programa de urbanização. Trata-se de um processo contínuo.

Das acções em curso, salientou, consta a criação de duas reservas fundiárias do Estado, das quais uma situada na sede do município (Chianje) e outra na Chibemba. Sublinhou que independentemente das reservas fundiárias do Estado, no município, existem ainda muitas áreas para serem desmatadas.

Segundo o administrador, o programa de construção de casas no município está a facilitar a vida dos funcionários públicos que, no passado, não tinham como fixar residência por falta de casa.

"Os funcionários públicos antes eram obrigados a percorrer mais de 150 quilómetros, mas hoje, a situação é completamente diferente com a construção de novas casas, no âmbito dos programas de fomento habitacional em curso no município", notou.

O administrador municipal dos Gambos defendeu a criação de subsídios de isolamento para os funcionários que prestam serviço em áreas recônditas, como forma de estímulo. "É importante que se valorize os técnicos que trabalham longe das suas famílias, pois só assim teremos pessoas disponíveis a funcionar em áreas distantes", disse, admitindo ser um assunto que deve merecer uma certa atenção por parte das autoridades competentes.

#### Água para todos

No município dos Gambos foi lançado o projecto de distribuição de água, que visa também apoiar a transumância.

O administrador dos Gambos disse que a implementação do projecto vai permitir que a população deixe de beber água imprópria para o consumo humano, além também de beneficiar o gado.

Considerou de grande significado o projecto, porque tem impacto na vida da população. Elías Sova esclareceu que os conflitos entre as tribos por causa da água fazem parte do passado, recordando que o Governo tem investido em acções, de modo que tanto os nativos como os visitantes tenham direito à água.

## 7. TERRA

### 7.1 Tany Narciso desdramatiza diferendo entre fiscais e jornalistas da Rádio Cazenga

*Jornal O PAÍS*  
2 De Setembro de 2017  
Texto: Domingos Bento

Um grupo de jornalistas ligados à Rádio Cazenga alega ter sofrido agressões verbais por parte de alguns elementos ligados aos serviços de fiscalização daquele município aquando da demolição de uma obra no interior do marco Histórico 4 de Fevereiro. A estrutura, que estava a ser construída junto às instalações da Rádio Cazenga, emissora local afecta à Rádio Nacional de Angola, começou a ser erguida no mês de Agosto. Ontem, por volta das 12 horas, um grupo de fiscais escalou o local e demoliu a construção, alegando a sua ilegalidade.

Durante a demolição, os trabalhadores da rádio disseram que os fiscais agiam com brutalidade e muita intimidação. Alguns jornalistas' que tentavam registar o caso, foram ameaçados e ofendidos pelos fiscais que se mostravam agressivos.

"Fomos empurrados e intimados com brutalidade e ofensas. Houve até colegas que nem se podiam mexer, porque eles ameaçavam espancar. Foram momentos de pura violência verbal. Muitos de nós, depois do acto, mal conseguimos trabalhar, porque estávamos traumatizados com a cena. Só não fizeram o pior graças à intervenção dos seguranças", desabafou um jornalista.

Outro profissional que preferiu anonimato declarou que o desentendimento entre os fiscais e os jornalistas teve início há duas semanas. As obras foram sempre o motivo do diferendo, tendo inclusive culminado com a detenção dos pedreiros e a apreensão do material de construção. "Eles (os fiscais) dizem não haver autorização para obras. Já prenderam os pedreiros. Ontem voltaram para demolir, e ao invés de se limitarem a fazer o seu trabalho, ainda nos ofendem. Isso é muito mau. Não se faz, até porque nós somos apenas jornalistas e não responsáveis da rádio".

Mal-entendido

Por seu lado, o administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, disse haver, por parte do empreiteiro responsável pela obra, um mal-entendido.

Segundo explicou, o Conselho de Administração da Rádio Nacional baixou uma orientação para que se procedesse à construção de pequenos espaços para jardinagem e o alpendre para albergar visitantes. No entanto, o empreiteiro interpretou mal a norma e construiu paredes.

De acordo com Tany Narciso, essa situação obrigou à demolição do referido muro, porque corria-se o risco de desestruturar esteticamente o Marco Histórico 4 de Fevereiro, local onde funciona a Rádio Cazenga.

"Não há nenhum diferendo. Só se fez a demolição do muro porque tirava a estética do espaço. Qualquer construção dentro do Marco Histórico não deve ser feita para retirar a estética. E aquela construção iria tirar toda a imagem do espaço", esclareceu.

Relativamente às supostas agressões que os jornalistas dizem terem sofrido, o administrador do Cazenga afirmou não ter conhecimento, porém, sublinhou que os fiscais não estão autorizados a bater nos cidadãos.

"Não há diferendo nenhum. A Rádio Cazenga é uma estrutura ligada à Administração Municipal. Não pode haver diferendo entre estruturas da mesma administração. E não pode haver agressões verbais, porque a rádio não é dos jornalistas. É do Estado. Logo, os fiscais não podem agir com brutalidade", atestou.

### 7.2 Juventude em Malanje recebe lotes de terreno

*Jornal de Angola*  
5 De Setembro de 2017

Um total de jovens empreendedores da cidade de Malanje têm agora maiores condições para realizarem o sonho da casa própria, depois de beneficiarem ontem de lotes de terreno, no bairro da Voanvala.

Entregues pelo administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, na companhia do coordenador do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE), João Diogo Gaspar, os títulos de parcelas concedidos enquadraram-se na política do Executivo que visa garantir aos jovens o acesso à casa própria.

O administrador municipal de Malanje confirmou a solicitação do FAJE para a cedência de outros 500 lotes de terrenos, para facilitar o acesso de jovens ao programa Projecto Nacional de Crédito para Jovens "Projovem".

O coordenador do FAJE, João Diogo Gaspar, apelou os jovens contemplados para fazerem sacrifícios e terem força de vontade, no sentido de materializarem os projectos preconizados e o sonho da casa própria.

Referiu que o futuro do país está nas mãos da juventude' daí a necessidade deste grupo da sociedade estudar e trabalhar cada vez mais para corresponderem as expectativas que a Nação lhes deposita. Explicou ainda que as parcelas de terrenos servem de garantia dos jovens empreendedores perante as instituições bancárias' com vista o acesso ao crédito Projovem, em que solicitam um montante que deve rondar entre os dez e 30 milhões de kwanzas.

O responsável adiantou que estão a ser desenvolvidos esforços junto da Administração Municipal, no sentido de beneficiar na segunda fase 150 jovens. Reconheceu ser uma árdua tarefa, visto que o programa acarreta custos, muito dos quais relacionados com a limpeza e demarcação dos espaços, daí que o processo deve ser realizado de forma gradual.

Luísa Victoriano

### 7.3 Demolições abrandaram nos últimos oito meses

*Jornal O PAÍS*

*6 De Setembro de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

Nos últimos oito meses, o país registou uma redução considerável de casos de demolições, segundo dados da SOS-Habitat, organização nacional de defesa do direito à habitação. O coordenador da referida organização, André Augusto, declarou ontem, em exclusivo a OPAÍS, que este abrandamento prendeu-se com a realização do pleito eleitoral no país facto que obrigou à uma postura mais equilibrada e sensível por parte do Governo.

Segundo o responsável, no princípio do ano houve relatos referentes a demolições em algumas zonas isoladas que, porém, decorreram de forma pacífica, para benefício das partes. No entanto, até mesmo nas zonas de grandes conflitos habitacionais, como os Zangos, Cacucaco e Benfica, os cidadãos viveram, durante o período eleitoral, um "verdadeiro momento de descanso e paz social".

"Em 2016 tivemos um período intenso. Houve, de facto, muitas demolições. Mas em 2017, como os governantes sabiam que o povo vai votar, tiveram que travar um pouco com esses actos. As populações

tiveram sossego e isso nos agrada, enquanto defensores da paz e da harmonia social", frisou.

Segundo André Augusto, a redução das demolições em ano eleitoral não é um dado novo. Conforme explicou, situações semelhantes registaram-se em 2008 e 2012.

"Sempre que se avizinham os dias para o povo ir às urnas, os governantes tentam ser mais sensíveis para não serem punidos por esta via".

No entanto, apesar da redução do volume de demolições, André Augusto atestou que muitas famílias continuam vivendo em situações desumanas e ao relento, devido às demolições anteriores.

Dados da SOS-Habitat apontam para um elevado número de pessoas a viver em tendas ou em habitações precárias nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo, em consequência das demolições desencadeadas maioritariamente por instituições governamentais ou por cidadãos economicamente fortes. São 69 comunidades num universo de 150 mil famílias. Destas, cerca de 50 mil vivem ainda em tendas ou em habitações precárias, sendo que até ao momento o Governo não solucionou esses diferendos.

"Como sabe, a casa é o bem material mais precioso que uma família ou indivíduo pode ter. E em caso de perda, perde-se a dignidade. Infelizmente temos muitas famílias ao relento porque as suas casas foram demolidas e ninguém olha para isso com preocupação ou com sentido de responsabilidade" revelou.

Conflitos estão à vista

Para os próximos dias, o coordenador da SOS-Habitat deu a conhecer que se prevê casos de demolições em algumas zonas do país, com realce para Luanda. Normalmente, referiu, depois de decorrer todo o processo eleitoral as demolições tendem a voltar com a mesma intensidade. E, em seu atender, este ano a situação não será diferente, porque a ausência de diálogo por parte dos executores continua a prevalecer.

"Quando as pessoas não dialogam não há compreensão possível. Temos vindo a solicitar diálogo entre os governantes e os populares, mas infelizmente, não tem funcionado. Não temos sido ouvidos. Isso deixa um sinal claro de que vamos continuar a registar a onda de demolições. O que é bastante triste", lamentou.

Por seu lado, alguns moradores dos Zangos 3 e 4 denunciaram terem já recebido fiscais da

Administração Municipal de Viana que registaram as suas casas para serem demolidas. Segundo os denunciante, os registos são feitos habitualmente na calada da noite ou em horários em que grande parte dos moradores estão fora de casa.

"O problema é que (eles) os fiscais não conversam com as pessoas. Chegam, borram a parede e depois aparecem só já para demolir. Na minha casa deixaram um número na parede. E quando acontece isso é porque a casa vai ser demolida. Vivemos numa incerteza que nos tira o sossego", desabafou um morador do Zango III.

De recordar que, no ano passado, no Zango III, mais de três mil residências foram demolidas. Na sequência dos tumultos, um menor de 14 anos de idade, que em vida atendia pelo nome de Rufino António, foi alvejado mortalmente com um tiro na cabeça.

## 7.4 Governantes cometem pecados na "Terra Prometida"

*Jornal Liberdade*

*8 De Setembro de 2017*

*Texto: Escrivão José*

Segundo a população, que se encontra alojada em duas áreas no bairro Panguila ("Teto Vermelho" e outro sector ainda não identificado a qual os municípios atribuíram o nome de "Terra Prometida"), antes viviam na baixa de Luanda, nas áreas da Chicala e Favela, onde foi construída a nova marginal e situa-se no actual distrito da Samba.

"Na altura fomos retirados coercivamente pelo Governo Provincial de Luanda, que era tutelado pela governadora Francisca do Espírito Santo, em conjunto com o Ministério das Obras Públicas. Quando chegamos ao local onde devíamos habitar, informaram-nos que as casas não chegavam para todos. Alguns receberam as residências e outros foram forçados a viver três famílias numa só casa, partilhando assim as mesmas casas de banho, cozinha, mesma sala e o mesmo quintal", disse Adolfo Sebastião.

O jovem acrescentou ainda que na altura em que a comissão organizadora destruiu os bairros Chicala e Favela onde viviam, para posteriormente os pôr no Panguila houve pânico, morte e terror entre a população e as forças militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP). "No final tivemos que nos contentar com esta miséria que a senhora jornalista está a ver aqui": mencionou.

Por outro lado, Adolfo Sebastião disse que viveu durante cinco anos partilhando uma casa por três famílias e hoje encontra-se a viver numa residência de dois quartos, - sala - e cozinha que lhe foi atribuída pela Comissão do Ministério da Construção, no bairro que a população atribuiu o nome de "Terra Prometida", explicou.

"As condições não são das melhores, porque o Ministério da Construção enganou-nos mais uma vez dando-nos casas sem latrinas, não rebocadas no interior, ruas não pavimentadas, falta de escolas, energia eléctrica, saneamento básico, água potável e muito mais", enfatizou Sebastião.

Por seu turno, Constantina Adalberto, uma das moradoras do referido bairro, salientou que a vida naquela área não está fácil e precisam do apoio de quem de direito para construir as infra-estruturas em falta para o bem da população. "Sentimo-nos afastados da sociedade evoluída", disse acrescentando que "no período da noite o bairro fica muito escuro por falta de energia e quem quiser ter iluminação em sua casa deve adquirir um gerador":

"Nós aqui no Panguila nos sentimos muito desprezados pelo governo angolano, porque não nos prestam atenção e não sabemos onde podemos recorrer em casos de reclamações face aos problemas que enfrentamos. Os dirigentes da administração do Dande, quando são chamados a intervir, dizem que o bairro Panguila está ainda na responsabilidade do Ministério da Construção e esta mesma instituição nunca aparece para resolver a triste situação em que vivemos!: lamentou.

"Conforme a senhora jornalista está a ver, estas casas estão apenas bonitas por fora. Se entrar, vai constatar que não tem instalação eléctrica, as casas de banho não foram acabadas, o interior não está rebocado nem pintado e vivemos assim porque não temos para onde ir viver!": disse a jovem Constantina Adalberto.

Na mesma senda, um taxista que se identificou apenas por Iob, disse que as estradas, em todo Panguila, estão todas degradadas e esperam que se faça uma intervenção profunda, para minimizar as dificuldades que a população e os taxistas têm passado, "porque até o Panguila de ontem não é o Panguila de hoje!": disse, acrescentando que "agora há lixo em várias esquinas, esgotos todos rebentados, é uma lástima o que se vive aqui!":

### Desvio de casas no Panguila

A jovem acrescentou ainda que as casas em que vivem três famílias, continuam sem solução, e as pessoas clamam por ajuda, Alegadamente, na altura

da distribuição, disseram que as casas não chegavam, mas há informações que os dirigentes que estavam a trabalhar para a distribuição das mesmas ficaram com duas ou mais residências para benefício próprio, deixando a população há mais de cinco anos em péssimas condições.

Constantina reforçou que se constitua uma comissão de inquérito para averiguar este processo, "porque aqui no bairro há muitas casas que estão fechadas e os seus donos são familiares daqueles que trabalharam para a distribuição das residências, conforme fizeram em 2010 no mandato de Higino Lopes Carneiro, na altura ministro das Obras Públicas, com José Joanes André, vice-ministro na época.

Segundo a fonte, o actual governador da província do Zaire, Joanes André, ofereceu as casas do sector 1 do Panguila aos seus familiares amigos e até crianças menores de dezoito anos de idade receberam residências deixando famílias inteiras à deriva.

"Eu conheço as casas que o actual governador do Zaire ofereceu aos seus amigos e familiares. Posso ir indicar uma a uma e outras residências de altos dirigentes do MPLA espalhadas por toda a parte do Panguila que continuam fechadas porque não vivem lá", revelou Constantina Adalberto.

#### Saneamento básico no Panguila

Os munícipes dos sectores 1 a 10 acusam o Ministério da Construção de estar a ser gerido por elementos incompetentes, dado o nível de desorganização da gestão do Projecto de Requalificação do Cacucaco, na altura em que o referido território era Luanda.

Paulo Domingos, um dos moradores, afirmou que o sector 9 encontra-se há mais de cinco anos sem água potável, as ruas todas estão em péssimas condições, esgotos todos entupidos, as fezes correm nas ruas para não falar do lixo que está a tomar conta do bairro. "Portanto, tudo está de patas par o ar': desabafou.

"Neste momento, o que pedimos é que os dirigentes do Ministério da Construção devem vir a público explicar quem deve tomar a peito a responsabilidade do Panguila, porque os dirigentes do Bengo não assumem a manutenção das ruas e outras instituições que fazem esta área acontecer", disse o jovem, acrescentando que "a administração do município do Dande só se preocupa em cobrar os impostos dos armazéns e o dinheiro que os mercados arrecadam':

No princípio do contraditório, este semanário contactou o Governo Provincial do Bengo e o Ministério da Construção mas sem sucesso.

#### Catraio entrega esquadra policial à EPAL

No sector 9, mais conhecido por "Teta Vermelho': os munícipes acusam o ex-vice-governador para a Área Social do Governo Provincial de Luanda, Miguel Catraio, de ser o mentor da alta delinquência no referido bairro, porque o mesmo entregou à EPAL, em 2012, a infra-estrutura que havia sido construída para ser a unidade policial.

De acordo com os interlocutores, Miguel Catraio conhecia bem a situação de delinquência na zona, pois deslocara-se ao bairro Panguila com o comandante José Franque, a convite da população que vivia momentos difíceis com a falta de policiamento, energia eléctrica, saneamento básico e muitas outras preocupações.

"Contudo, o que seria uma unidade policial foi entregue à EPAL, encontrando-se hoje no meio do capim e cheio de lixo à volta, enquanto a delinquência aumenta de forma galopante", disse o nosso interlocutor, acrescentando que "seria melhor se fosse uma esquadra para garantir a segurança e a tranquilidade pública" António Domingos reforçou que mesmo depois de Miguel Catraio ter entregue o edifício à Empresa Publica de Água de Luanda (EPAL), nunca funcionou para abastecer o precioso líquido ao sector 9 "Teto Vermelho': porque a canalização anda toda destruída e neguem diz quando é que vai ser reparada. A população continua a consumir água bruta dos tanques de "Kifuangondo.

"Gostaríamos de pedir ao governo saído das eleições de 23 de Agosto que olhem com maior atenção para o Panguila, porque a população não sabe de concreto se pertencem à província do Bengo ou a Luanda, porque vimos os outros municípios a desenvolverem-se e aqui tudo está num autêntico caos': apelou António Domingos.

## 7.5 Mais de 80 famílias realojadas em Cabinda

*Jornal O PAÍS*

*10 De Setembro de 2017*

Oitenta e seis famílias, que residiam em zonas consideradas de risco, nos bairros periféricos Comandante Gika e Tchizo, na província de Cabinda, foram realojadas em casas sociais na localidade de Zôngolo.

A iniciativa está inserida no âmbito do programa de requalificação do bairro Gika, que pretende transferir para localidades mais seguras os cidadãos que enfrentem tais dificuldades' como explicou o secretário provincial das Obras Públicas, Julião Capita.

Segundo o responsável, é pretensão do Governo expandir a referida acção a outros bairros, pelo que pede "calma" às famílias que ainda não foram beneficiadas, garantindo que estão a ser criadas condições básicas para o seu realojamento.

Visivelmente satisfeitos, os cidadãos que foram beneficiados enaltecem o gesto do Governo local.

O acto foi testemunhado pela governadora de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, durante a jornada de campo que efectuou na região.

## 7.6 População e exortada a deixar zonas de risco

*Jornal de Angola*

*15 De Setembro de 2017*

O Governo da Província de Benguela vai realojar em breve 1.750 Famílias que vivem em zonas de risco, como encostas e linhas de água, das cidades do Lobito, Catumbela e Benguela, anunciou terça-feira, no Lobito, o director nacional para Infra-estruturas do Ministério da Construção e Urbanismo.

José Paulo Kai falava durante o acto de apresentação do projecto que prevê a execução da empreitada de macro drenagem dos municípios do Lobito/Catumbela/Benguela, estabilização e regeneração das zonas de risco nas encostas do Lobito, incluindo a via rápida que liga ambas as circunscrições, no âmbito da implementação do projecto de infra-estruturas integradas da província de Benguela.

O empreiteiro para a. Execução da obra já foi mobilizado, disse José Kai, para quem-existe, de igual modo, um espaço prévio que está a ser apreciado pelo governo da província para a sua validação, podendo a obra arrancar nos próximos dias.

No final da apresentação, a administradora da Catumbela, Filomena Pascoal, frisou que o projecto é uma mais-valia, considerando a geomorfologia complexa dos dois municípios, com montanhas muito acentuadas.

O projecto social da transferência dos cidadãos das zonas de risco para as de maior estabilidade é bem-vindo, porque ainda temos a má recordação das enxurradas de 11 de Março de 2015 Fornecimento de

energia e este projecto vem salvar muitas vidas A produção e distribuição de energia e tirar a população das zonas de risco", elétrica no município da Ganda, sudeste reconheceu a administradora. da cidade de Benguela, vai melhorar Filomena Pascoal exortou a população nos próximos três meses, com a insta a ter consciência dos riscos das zonas lação de uma central térmica interligada onde vivem, para que não haja um à subestação local.

Retorno à origem e uma nova ocupação Com capacidade para produzir oito das áreas que serão abandonadas, facto megawatts, a central térmica será a copelo qual a organização não-governativa Ajuda de Desenvolvimento de servir de fontes alternativas em caso Povo para Povo (ADPP) já está a sen- de falhas de energia fornecida a partir sibilizar as comunidades. das barragens hidrelétricas do Lomaum O administrador municipal do Lobito ou do Ngove. O encarregado das obras, regozijou -se com a orientação do Com Pedro Faustino, informou que o sistema Selho de Ministros que aprovou coprojecto conta com um posto de transformação, e disse que vão fazer com que as empresas para permitir o alargamento da rede.

Jesus Silva I Lobito

Possuidoras de redes técnicas de água, energia e telecomunicações na via rápida não criem obstáculos durante a execução do projecto.

Vamos mobilizar os munícipes para se envolverem no projecto, para que os trabalhos decorram sem constrangimentos e da forma que estão projetados", assegurou.

O vice- governador de Benguela para a área Técnica e Infra-estruturas, Victor Moita, sublinhou que já foi feito o levantamento das pessoas que vivem em áreas de risco e dos que devem ser realojados e foi encontrado o espaço para seu realojamento.

A administradora da Catumbela exortou a população no sentido de evitar construir em zonas de risco Para Victor Moita" esta é uma boa noticia para os benguelenses e todos devem estar preparados para trabalhar para que as comunidades que se encontram no povoado dos Cabrais e noutras possam ser realojadas e não voltem a construir em zonas de risco.

O Governo da Província de Benguela está a trabalhar no sentido de terminar 120 casas, das 370 existentes na povoação dos Cabrais, que já estão a ser cobertas" , concluiu Victor Moita.

## 7.7 Famílias são realojadas

*Jornal de Angola*

18 De Setembro de 2017

Maria Demetilha foi uma das primeiras a receber uma residência na urbanização Marconi. Doméstica de profissão, de 54 anos, viu a sua casa em que vivia na rua 12 de Julho, destruída, para facilitar as obras públicas em execução naquela área.

A rua 12 de Julho era uma rua que tinha várias crateras. Na época de chuvas acumulava águas paradas, mosquitos e lixo. "Era um grande transtorno. Já a morar aqui estou melhor. Afinal nós esperamos ver um dia o Sambizanga moderno, com universidades, lojas, ruas bonitas", acrescentou Maria Demetilha.

Em Viana, a zona do Zango continua a ser o destino dos cidadãos que viram as suas residências destruídas para dar lugar às obras de construção de infra-estruturas rodoviárias. A morar no quarteirão C do Zango Três, há cerca de seis meses, numa casa do tipo n, vive Isabel Fernandes, 42 anos, com os quatro filhos, irmão e esposo.

Isabel Fernandes saiu do bairro da Boavista para dar lugar as obras para a construção do viaduto e nova estrada.

De princípio, Isabel Fernandes e os vizinhos resistiram a sair do seu bairro. As insistentes jornadas de conversações para a retirada dos cidadãos acabaram por convencer Isabel Fernandes e outras pessoas a aceitarem abandonar o local.

As conversações entre os técnicos do grupo operativo e os moradores da zona começou em 2000. Em 2013, foi feito o registo e devido registo de todos os moradores, cujas residências estavam abrangidas para serem demolidas. Depois de vários contactos, só no dia 18 de Fevereiro deste ano foi concretizada a mudança para o Zango Três.

## 7.8 Cerca de 20 famílias em zonas de risco recebem terreno em Viana

*Jornal O PAÍS*

21 De Setembro de 2017

*Texto: Maria Teixeira*

As 62 famílias que residiam nas localidades do Tunga e Vila Pacífica, respectivamente dos municípios de Cazenga e Viana, tidas como zonas de risco pelas referidas administrações, receberam, ontem, terrenos

de 600 metros quadrados (20x30) no bairro Casa Branca, Distrito Urbano de Baía, em Viana.

O programa de concessão enquadra-se no âmbito da política do Governo concernente ao realojamento das populações provenientes de diversas zonas da província de Luanda, que vivem, em áreas de risco, ou sinistradas pelas chuvas, segundo os administradores municipais envolvidos na situação, designadamente Jeremias Dumbo e Victor Nataniel Narciso.

O segundo dirigente, a quem coube a responsabilidade da entrega das primeiras parcelas de terreno aos sinistrados, disse que o fez com um sentimento de satisfação, porque os mesmos encontram-se muito mal alojados e são famílias que vivem numa área de risco muito acentuada.

"São provenientes do buraco do Tunga e estamos com dificuldade de retirar o lixo que eles próprios depositaram no meio do buraco. Não temos como fazer chegar as máquinas.

Uma vez que se encontre a solução, vamos conseguir resolver um grande problema, não só de alojamento, mas também de saúde, porque aquela é uma zona infestada", contou.

Na ocasião, o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, garantiu que para além dos terrenos vão dar condições de trabalho, um Kit que permitirá que os favorecidos construam três assolhadas (dois quartos e uma sala).

"As pessoas estão com um pouco de medo e estão a considerar a área muito longe, mas o administrador de Viana já explicou onde se situam os terrenos e é natural que isso suceda, mas vamos dar algum tempo para as pessoas pensarem melhor, porque muitos nem casa têm e estão no meio do lixo", declarou.

Por sua vez, Jeremias Dumbo disse tratar-se de um projecto do Governo e, como servidores do povo, ouviram o clamor das pessoas que vivem em zonas de risco. Por isso prepararam o espaço para acomodar as que precisam realmente do espaço.

"Temos aqui pessoas que viviam nas zonas de risco do Cazenga e Viana, os nossos combatentes que também viviam em sítios não próprios, então criamos este espaço para acomodá-los no sentido de poderem fazer aqui as suas casas e não vão pagarem renda. Nós, administração de Viana e do Cazenga, vamos ajudar com algum material para que os mesmos façam as suas casas o mais rapidamente possível", garantiu.

O administrador de Viana explicou ainda que à medida que os sinistrados vão saindo vão cuidar desses espaços para que ninguém construa mais em zonas de risco, sendo que todas pessoas que estão recebendo terrenos são cadastradas com o número de lote que recebeu.

"Desta vez o controlo é diferente. Há espaços de 15/20 e 20/30 dependendo das capacidades das pessoas que recebem estes lotes." Há um projecto de, água e energia para esta área, tão logo as pessoas comecem a construir, nós também a nível do Governo vamos fazer a nossa parte", disse. Uns no local negaram os terrenos e outros aceitaram com muita satisfação

Miguel Pascoal, do município do Cazenga, bairro do Tunga, negou de primeira, mal lhe apresentaram o espaço para a sua moradia. O jovem alega a distância e a falta de transporte para chegar àquela área, afirmando que o bairro lhe vai atrasar a vida.

"A minha casa não está em zona de risco, apenas dá o acesso a essa zona infestada, por essa razão não aceito o terreno. Viemos aqui para nos darem terreno e depois construímos. Depois quem vai pagar o pedreiro que vai fazer subir as paredes? A minha casa tem dois quartos, sala, cozinha, casa de banho e quintal e aqui querem dar-me terreno com Kit de construção e depois tenho que me virar. No mínimo deviam nos dar já casas feitas", declarou.

Ao contrário de Miguel, que negou, Garcia António Barrocos, morador do Bairro Boa-Fé, mostrou-se satisfeito e agradeceu aos administradores presentes no acto. O jovem, que vive no município de Viana desde 2006, afirma que a situação em que se encontra a sua família é péssima e quando chove as crianças têm de sair pela janela.

"É uma área muito crítica e que contém valas, onde muitas vezes mesmo, com ou sem chuva, as águas invadem as nossas residências", disse.

Garcia António Barrocos aproveitou a ocasião para aconselhar aqueles cidadãos que também se encontram em zonas de risco e que por causa da distância a que se encontram os terrenos não aceitaram receber os espaços.

"Antes, o Kilamba e o Zango também eram longe e hoje tornaram-se próximos. Vamos fazer um esforço para sair dessas zonas de risco com as nossas famílias", recomenda.

Embora muitos cidadãos não tivessem aparecido e outros terem negado receber os terrenos, durante o acto foram contemplados alguns sinistrados da zona do Tunga-Município do Cazenga, Vila - Pacífica,

Antigos Combatentes (com mobilidade e visão reduzidas), ravinas do Bairro Boa-Fé, entre outros.

## 7.9 Famílias beneficiam de terrenos em Viana

*Jornal de Angola*

*23 De Setembro de 2017*

Várias famílias, num total de 62, provenientes de diversas zonas de risco da província de Luanda, começaram a ser reassentadas no bairro Casa Blanca, distrito urbano do Baía, município de Viana.

O reassentamento teve início na terça - feira, na presença dos administradores de Viana e do Cazenga, Jeremias Dumbo Tchilelevika e Victor Nataniel Narciso, respectivamente.

As famílias, que beneficiaram de lotes de terreno para auto construção dirigida, são provenientes das zonas do Tunga Ngó (Cazenga), arredores da Vila Pacífica e do bairro Boa Fé (Viana). Entre os contemplados, estão alguns antigos combatentes com mobilidade e visão reduzidas.

O administrador de Viana disse que foram contempladas pessoas que viviam em zonas de risco no Cazenga e em Viana, assim como deficientes que viviam em sítios não adequados para quem tem necessidades especiais.

"À medida que as pessoas Populares vão construir as próprias moradias vão saindo das zonas de risco, a administração, em colaboração com as comissões de moradores, vai cuidando desses espaços para que as pessoas não voltem a construir nos mesmos locais", adiantou.

Segundo o responsável, a possibilidade das mesmas pessoas beneficiadas voltarem para os locais de risco é bastante reduzida.

## 7.10 Luta pelo terreno pode acabar em morte no Cine Ngola

*Jornal Liberdade*

*29 De Setembro de 2017*

*Texto: António João*

Os moradores do distrito do Rangel, concretamente da rua C12, estão agastados com as confusões que o espaço adjacente ao Cine Ngola está a causar. Os bate-bocas constantes e a leviandade da administração estão mesmo a aborrecer os munícipes que pedem a intervenção das instâncias superiores



"Aqui as coisas estão a mudar. Três pessoas estão a lutar pelo terreno; uma senhora alega que comprou o terreno à administração, mas o pessoal da administração esteve cá sexta-feira (22) e mandou parar a obra porque a senhora que comprou o terreno não tem a documentação completa', contou um lavador de carros.

Para os lavadores de carro daquela circunscrição, as ameaças subiram de tom quando apareceu um suposto sobrinho do general Wala que também reivindica o espaço.

"As ameaças são constantes, dificilmente os dois se encontram, o sobrinho do general Wala já havia retirado as chapas que a senhora colocou e os dois estão em ameaças constantes, acusam-se, mas dificilmente se encontram.

Maria, moradora da mesma rua, afirma ter presenciado alguma situação fora do normal. A cidadina diz que muita coisa ainda vai ocorrer por causa do espaço em questão. "A senhora quer construir, o que está a impedir é o jovem, que é conhecido como sobrinho do general Wala. No cruzamento da informação, este semanário dirigiu-se à administração do Rangel para ouvir o administrador Francisco Naval que, por sinal, deu-nos o seguinte esclarecimento:

"O que está a acontecer é um mal entendido. Aquele espaço adjacente que está a ser disputado, foi vendido a alguém, à senhora. Mas não foi neste mandato, já encontrei o espaço vendido, só que a pessoa que adquiriu o espaço, não sei qual foi a razão, não construiu no momento. Só agora está em condições de construir e tem o seu direito de o fazer': declarou o administrador.

Para Francisco Naval, o espaço referido está a ser mal utilizado. A cozinha a céu aberto e a lavagem constante de viaturas têm degradado o espaço referido e o ambiente ao redor.

Por seu turno, este semanário tentou localizar o suposto sobrinho do general, mas sem sucesso.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Sector de Energia e Aguas registam avanços no Lobito

*Jornal de Angola*  
7 De Setembro de 2017

O administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, reconheceu os ganhos registados nos vários domínios da vida económica e social no decurso de 2017, naquela localidade, com principal realce para os sectores da Energia, Águas e Habitação.

Alberto Ngongo, que falava por ocasião das celebrações dos 104 anos da cidade, assinalados no passado dia 2, destacou a estabilidade verificada no fornecimento da energia eléctrica na região metropolitana da província, que engloba as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

As celebrações da efeméride foram marcadas com o ensaio das três novas turbinas, recentemente adquiridas pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). "Há um grande esforço do Executivo no sentido de melhorar a distribuição de energia, para que sejam materializados os projectos que prevêem a instalação de várias indústrias, visando diminuir o índice de desemprego", salientou.

Alberto Ngongo afirmou que após um estudo efectuado por técnicos do sector, a substituição de lâmpadas incandescentes por luzes económicas e ecologicamente mais viáveis atingiu, no município do Lobito, um total de 14.780 lâmpadas, mitigando, desta forma, o esforço dos Postos de Transformação (PT) nos bairros 27 de Março, 17 de Setembro e São João, localizados na zona alta da cidade.

No que concerne ao abastecimento de água à população, o responsável informou que a Empresa de Água e Saneamento do Lobito (EASL) possui uma cobertura de 90 por cento, cuja conclusão está a ser dificultada pelas construções anárquicas verificadas em algumas artérias.

A Administração tem em agenda, no quadro do programa do Executivo, a requalificação da cidade de forma faseada, o que tornará o município do Lobito, nos próximos 50 anos, numa das melhores regiões em termos de infra-estruturas de água e energia, bem como na mobilidade da cidade, com novas vias secundárias e terciárias, que neste momento ainda têm causado transtornos ao trânsito.

"Neste momento, a visão é levar a cidade para a zona Norte em direcção às povoações do Culango, Canjala

e aproximação com a fronteira do Bocoio, facto pelo qual os novos planos de urbanização prevêem a venda de mais de 500 lotes na Banha da Praia, para a construção de casas para vender aos munícipes, com a distribuição de água e energia acautelada pelo Executivo", avançou Alberto Ngongo. Quanto à nova centralidade do Lobito, com três mil habitações, a serem comercializadas nos próximos meses, admitiu que a construção da mesma deu uma nova imagem à cidade, pelo facto de, no contexto do país, o município ter sido um dos contemplados nesta primeira fase. O responsável alertou, por outro lado, que a Administração Municipal está a usar todos os mecanismos para combater a venda ilegal de terrenos, considerando que esta atitude atenta contra os critérios de gestão municipal e criam transtornos de irreparável solução.

O administrador apontou como perspectivas futuras a implementação de projectos de impacto social, como do novo Lobito, que já está em curso, a requalificação da baixa da cidade, a geminação com as cidades de Miami e Durban, que preconizam parcerias empresariais nos domínios da indústria imobiliária e do turismo.

Alberto Ngongo assegurou que o município prima por uma gestão participativa, que se fundamenta na integridade, solidariedade e resolução dos problemas mais prementes, mormente a limpeza e desobstrução das valas e canais de drenagem das águas pluviais, assim como a recolha de resíduos sólidos.

Na ocasião, o pastor da Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA), Adriano Satende Santos, enalteceu os esforços empreendidos em prol da melhoria dos serviços básicos prestados à população da região.

A história do município do Lobito remonta dos finais do século XIX e princípios do século XX, e é marcada pelo contrato mineiro, que tinha por objectivo ligar o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) à Baía do Lobito.

Desde então, dado o desenvolvimento do CFB e do Porto Comercial, empresas de dimensão internacional concorrem entre si, fazendo com que a câmara municipal da Catumbela se mudasse para o Lobito, a 2 de Setembro de 1913.

Lobito é um dos dez municípios de Benguela, situado a 30 quilómetros da sede provincial, com uma extensão de 2.700 quilómetros quadrados, limitado a norte pela província do Cuanza-Sul, a leste pelo município do Bocoio, a sul com o município da Catumbela e a oeste pelo oceano Atlântico e tem 324.050 habitantes.

## 8.2 A falta de água no Cassequel

*Jornal O PAÍS*

*09 De Setembro de 2017*

Senhor director do OPAÍS, muito obrigado. Desejo-lhe saúde, paz e amor.

Escrevo muito indignado porque a água "potável" deixou de correr há mais de quatro dias no meu bairro, no Cassequel do Lourenço, na Maianga, em Luanda.

Gostaria de saber por que razão é que a Empresa de Águas de Luanda (EPAL) não dá uma explicação.

E assim, somos obrigados a comprar nos kupapatas, ou seja, motos. Não sei se a água é potável. Por isso, mesmo com a lixívia não tenho muita confiança, porque os bidons ou bidão, são sujos no seu interior.

É preciso saber que muita gente não tem condições para comprar água mineral, porém estão a matar o povo.

Devo dizer que não está bom, por isso insisto em dizer que estou indignado com a EPAL. Os seus serviços de comunicação estão a fazer o quê?

Por favor, meus senhores sejamos mais honestos nas nossas tarefas.

A água é vida. Trabalhem só em nome do povo, porque estamos a sofrer, porque sem água não se faz nada.

A qualidade da água das motos é duvidosa e muitos bebem sem observar as medidas de segurança, mas duvido que os responsáveis o façam. Queremos mais transparência na EPAL. Sem água ficamos quase que mortos.

A EPAL não deve cortar a água e ficar no muro a assistir o sofrimentos dos cidadãos angolanos.

Havendo uma avaria, é líquido que a EPAL deve vir a público explicar o que se está a passar na zona em questão.

Deste modo, quero mais explicações. Exijo. Sou cidadão e também respeito o esforço que a EPAL faz.

Não me vou alongar mais, porque, como angolano, confio nos vossos serviços e nas melhorias que estão por ser realizadas.

A água é vida, por isso, meus senhores, criem só condições para devolver humildemente o precioso

líquido aos cidadãos do Cassequel, Calemba e arredores.

## 8.3 PGR em Benguela no enalço «crime amnistiado»

*Novo Jornal*

*15 De Setembro de 2017*

*Texto: Borralho Ndomba*

O advogado de alguns dos antigos dirigentes da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito (EASBL), acusados de terem desviado cerca de 60 milhões de dólares do erário, diz que o crime que pesa sobre os arguidos terão sido perdoados num âmbito da Lei da Amnistia que no ano passado pôs em liberdade perto de oito mil presidiários com penas superiores a 12 anos de prisão.

José Faria - que defende o ex-presidente da extinta comissão de gestão da então EASBL, Francisco Vieira Paulo, conhecido por "Chiquinho", tido como o "principal prevaricador", Francisco Taty, que ocupava o cargo de (chefe do departamento comercial) e Edson Marques - disse ao Novo Jornal que não podia avançar muita informação pelo facto de o processo se encontrar em "segredo de justiça".

Mas garantiu que a equipa de defesa tem já a estratégia que poderá ilibar os ex-gestores públicos.

Para José Faria, não faz sentido o Ministério Público voltar a dar prosseguimento a um processo cujo crime, à data dos factos, está abrangido na pela Lei da Amnistia.

O advogado fundamentou ainda a sua tese alegando que na época a província de Benguela não contava com empresa pública de água, reafirmando que era apenas um departamento que estava ao serviço do governo local para a resolução dos assuntos relacionados com a água.

"Em bom rigor, este crime caiu na Amnistia, porque a referida empresa de água, no período de 2008 até aos finais de 2012, não existia como tal. Existia alguns meios que estavam ao serviço do governo no qual estes indivíduos faziam serviços. Ou seja não havia criação de empresa de água neste período", disse José Faria, esclarecendo que os seus clientes envolvidos num alegado desvio de cerca de 60 milhões de dólares na província de Benguela há dez anos não cometeram crimes que a Lei da Amnistia não perdoa.

“ Se a Lei da Amnistia vem amnistiar todos os crimes cometidos a 11 de Novembro de 2015 até os anteriores, desde que a pena não seja de sangue e não

seja superior a 12 anos de prisão, logo esse crime também cai na Amnistia. Por isso é que defendemos esta tese.

Vamos deixar primeiro que o processo corra a sua tramitação no legal para que depois fundamentemos aquilo que é direito de defesa que existe aos nossos constituintes".

O caso remonta a 2010, altura em que foram exonerados da Empresa de Águas de Benguela e Lobito, pelo então governador Armando da Cruz Neto, depois de uma sindicância integrada pela Polícia dos Crimes Económicos, Inspeção das Finanças e os Serviços de Inteligência. Naquela época nenhum dos acusados chegou a ser detido, apesar de o Ministério Público (MP) junto do Tribunal provincial de Benguela ter solicitado um mandado de captura contra os quatro antigos membros da comissão de gestão da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito.

No princípio deste mês, o assunto que já tinha sido esquecido por algumas pessoas voltou à tona com as detenções Francisco Vieira Paulo, mais conhecido por Chiquinho, Filipe Muabi Mazebo, Faustino de Jesus Frederico, e Edson Marques. Na mesma semana o Tribunal provincial de Benguela emitiu o mandado de captura de David Ekumbi, cujo paradeiro até ao paradeiro é desconhecido. Este jornalista da Rádio Nacional de Angola, aquando dos factos, desempenhou as funções de director financeiro da referida empresa.

No processo consta também o nome do empresário Edilson "Dilcinho" Lacerda, proprietário da empresa Transcomércio, do sector dos transportes e também do Hotel Duas Faces, localizado na Baía Azul.

Segundo as autoridades judiciais de Benguela, Delcinho é a acusado pelo MP de ter beneficiado de uma parte do dinheiro extraviado em subfaturação no aluguer e venda de viaturas à EASBL.

## 8.4 Habitantes da Chibia com água melhorada

*Jornal de Angola*  
17 De Setembro de 2017

Um montante de 15,924 milhões de kwanzas está a ser aplicado este ano pela Administração Municipal da Chibia (Huíla) na construção de dois sistemas de captação e abastecimento de água potável nos sectores de Mukuma e Havahilo, arredores da vila sede deste município.

O administrador municipal João Tchapinga Tchitokota fez saber que o projecto enquadra-se no programa "Água para todos" e vai beneficiar pelo menos 1.200 pessoas.

Os sistemas terão uma capacidade de bombear mil litros de água por hora, dispondo de um reservatório com capacidade para dez metros cúbicos. Uma placa solar. Lavandaria com quatro tanques para roupa e bebedouro para o gado.

João Tchitokota referiu que com este projecto pretende-se aumentar a oferta de água potável para a população, "de modo a melhorar o seu saneamento básico e fazer face às doenças decorrentes do consumo de água imprópria para o ser humano".

A Chibia conta com mais de 100 sistemas de captação de água subterrânea equipados com bombas solares e manuais.

O município dista 42 quilómetros a sul da cidade do Lubango, a capital da província. É composto pelas comunas de Capunda e Cavilongo. Quihita, [au e sede.

## 8.5 Abastecimento de água com algumas restrições

*Jornal de Angola*  
18 De Setembro de 2017

O baixo caudal do rio Culímahala, onde se encontra a central de captação, tratamento e distribuição, está a condicionar o abastecimento regular de água à cidade do Huambo, informou o presidente do Conselho da Administração (PCA) da Empresa Provincial de Águas (EPAH).

Adolfo Elias referiu que, apesar das restrições e défices provoca das pelas fracas chuvas, o sistema de abastecimento de água está operacional e o fornecimento baixou para metade nos últimos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Antes de entrar nesta crise de distribuição, tínhamos um abastecimento na ordem de 18 a 20 horas por dia, com uma capacidade de 1.360 metros cúbicos por hora nas zonas alta, baixa e industrial da cidade", disse, acrescentando que este regime continua e, tendo em conta estas limitações, O abastecimento tem sido de forma alternada, um dia na parte baixa e outro na alta. Deste modo, disse o responsável' a água passa com maior pressão na zona baixa,

Incluindo os bairros periféricos, enquanto nas zonas altas a pressão baixou consideravelmente.

O rio Culimahala é a única fonte de abastecimento para a cidade do Huambo desde o tempo colonial e, de acordo com o crescimento populacional, não responde à demanda, provocando um défice na ordem dos 50 por cento. .

Água passa com maior pressão na zona baixa, incluindo os bairros periféricos, enquanto nas zonas altas a pressão baixou consideravelmente. Para ultrapassar a situação' estão em curso os novos projectos estruturantes para o reforço de abastecimento de água à cidade do Huambo, a partir do rio Cunhohigamua, cujas obras tiveram início em Outubro do ano passado e terminam em 2018.

O PCA referiu que está em curso a construção de um novo sistema de captação e tratamento de água a partir do rio Cunhohigamua, que vai aumentar o fornecimento para mais do dobro da distribuição actual, que é de 1.360 metros cúbicos.

As obras incluem a construção da nova captação, sistema de tratamento, condutas adutoras e também a construção de cinco centrais de distribuição, bem como mais de 16 mil ligações domiciliárias. A obra enquadra-se na linha de crédito da China. Adolfo Elias disse existir outro projecto de alargamento da rede para mais 21 mil ligações, que decorre nas zonas de Calílongue e Benfica, arredores da cidade. A intenção é ter, a partir do próximo ano, 61 mil clientes.

A EPAH controla 19 mil clientes e está em curso um processo de recadastramento, com a reestruturação do sistema e criação de uma base de dados.

## 8.6 Água potável chega ao bairro Belo Monte

*Jornal de Angola*  
18 De Setembro de 2017

O administrador municipal- adjunto de Cacucaco procedeu ontem à entrega de dez chafarizes à população do bairro Belo Monte, distrito urbano dos Mulenvos de Baixo.

Walter Amorim disse que os chafarizes foram instalados no âmbito do programa "Água para Todos", da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL- EP). Em declarações à imprensa, Walter Amorim disse que os chafarizes vão fornecer água potável a mais de 30 mil habitantes da zona e pediu aos moradores para cuidarem do equipamento.

A Administração Municipal de Cacucaco, em coordenação com a EPAL, tem executado o programa de ligações domiciliárias em varias zonas do

município, mas como o bairro Belo Monte não é urbanizado existem dificuldades para a instalação da tubagem nas residências", disse Walter Amorim. Acrescentou que para a execução do programa de ligações domiciliárias é preciso um trabalho de requalificação.

Walter Amorim citou os bairros da Vidrul, Pescadores, Boa Esperança, Nova Urbanização, Paraíso e Pedreira, onde as ligações domiciliárias estão a ser feitas, por serem zonas já urbanizadas. O administrador da EPAL para a área de Distribuição de Água, Diógenes Arcine, disse que nos bairros com construções anárquicas é difícil executar o programa.

## 8.7 Caála com abastecimento deficiente de água potável

*Jornal de Angola*  
20 De Setembro de 2017  
Texto: Victória Quintas

A cidade da Caála, controlada pela Empresa Provincial de Águas do Huambo (EPAH), está com uma distribuição de 8 horas por dia e possui um abastecimento deficiente, tendo em conta o crescimento da cidade, com 1.447 clientes, que há algum tempo não beneficia de obras, sobretudo na rede de distribuição.

O PCA da EPAH, Adolfo Elias, disse que a quantidade de água já não responde às necessidades da população.

Nos próximos dias, acrescentou, a Caála vai beneficiar de um novo sistema de abastecimento de água, que vai reestruturar e alargar o fornecimento à população.

Já a centralidade do Los sambo está com uma cobertura a 100 por cento e um abastecimento contínuo de 24 horas.

O PCA apelou à colaboração dos clientes, no sentido de não desperdiçarem a pouca água que têm, bem como na vigilância, já que alguns indivíduos têm estado a vandalizar o sistema, bem como a roubar contadores.

Todo o indivíduo que for apanhado a praticar tal acto deve ser denunciado, para ser responsabilizado", disse e acrescentou que a comparticipação deve igualmente ser feita de acordo com o consumo efectuado, para manter a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água.

Por outro lado, o baixo caudal do rio Culimahala, onde se encontra a central de captação, tratamento e

distribuição, está a condicionar o abastecimento regular de água à cidade do Huambo, informou o presidente do Conselho da Administração (PCA) da Empresa Provincial de Águas (EPAH).

Adolfo Elias referiu que, apesar das restrições e défices provocadas pelas fracas chuvas, o sistema de abastecimento de água está operacional e o fornecimento baixou para metade nos últimos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Antes de entrar nesta crise de distribuição, tínhamos um abastecimento na ordem de 18 a 20 horas por dia, com uma capacidade de 1.360 metros cúbicos por hora nas zonas alta, baixa e industrial da cidade", disse, acrescentando que este regime continua e, tendo em conta estas limitações, o abastecimento tem sido de forma alternada, um dia na parte baixa e outro na alta.

Deste modo, disse o responsável, a água passa com maior pressão na zona baixa, incluindo os bairros periféricos, enquanto nas zonas altas a pressão baixou consideravelmente.

O rio Culimahala é a única fonte de abastecimento para a cidade do Huambo desde o tempo colonial e, de acordo com o crescimento populacional, não responde à demanda, provocando um défice na ordem dos 50 por cento.

Para ultrapassar a situação, estão em curso os novos projectos estruturantes para o reforço de abastecimento de água à cidade do Huambo, a partir do rio cujas obras tiveram início em Outubro do ano passado e terminam em 2018.

O PCA referiu que está em curso a construção de um novo sistema de captação e tratamento de água a partir do rio Cunhoftgamua, que vai aumentar o fornecimento para mais do dobro da distribuição actual, que é de 1.360 metros cúbicos.

As obras incluem a construção da nova central de captação, sistema de tratamento, condutas adutoras e também a construção de cinco centrais de distribuição, bem como mais de 16 mil ligações domiciliárias.

Adolfo Elias disse existir outro projecto de alargamento da rede para mais 21 mil ligações, que decorre nas zonas de Calilongue e Benfica, arredores da cidade.

A intenção é ter, a partir do próximo ano, 61 mil clientes

Actualmente a EPAH controla 19 mil clientes e está em curso um processo de recadastramento, com

áreas, estruturação do sistema e criação de urna base de dados.

## 8.8 Milhares de famílias no Uíge têm água potável disponível

*Jornal de Angola*

*22 De Setembro de 2017*

*Texto: Joaquim Júnior*

Um total de 95.426 moradores do município do Negage, na província do Uíge, conta com mais água potável, fruto dos investimentos realizados pelo Executivo, que permitiram a construção de 15 estações de tratamento em diferentes localidades daquela região.

A administradora municipal, Helena Antunes, avançou que os equipamentos sociais foram construídos através dos programas "Água para Todos", de Investimentos Públicos e de Combate à Fome e à Pobreza.

Disse que está contemplada a população da sede municipal e das localidades de Luanda, Panzo, Zand, Canhoca, Tuíngo, Tuti e da comuna do Dimuca, assim como as aldeias de Pumba; Quindinga, Tema, Caunde, Quindando e Bamba Matamba. A administradora municipal salientou que a água é um recurso essencial à vida da população e, neste capítulo, o município registou grandes avanços, embora se forneça ainda de forma parcial, "Mas, as comunidades sentem Os efeitos dos investimentos realizados neste domínio", disse.

No município sede, explicou' o abastecimento de água é suportado por um centro de captação e tratamento, que comporta três tanques de retenção e um de captação e bombeamento.

Helena Antunes avançou a necessidade de aumentar-se, pelo menos, mais quatro tanques maiores, para que haja um equilíbrio no fornecimento de água aos municípios do Negage.

Nas visitas realizadas às regedorias e às aldeias, onde existem pequenos sistemas e furos artesianos, a administradora disse ter constatado que os mesmos se encontram em bom estado de conservação, com um funcionamento regular.

Quanto a esses sistemas, Helena Antunes avançou que as únicas dificuldades que neles existem é a falta de gásóleo, de óleo 40, cloro e sulfato de alumínio, importantes para o tratamento da água.

A responsável disse que com a entrada em funcionamento da Empresa de Águas e Saneamento

do Uíge (EASU), em Janeiro, houve uma melhoria na gestão do recurso e, até ao momento, foram cadastradas 634 residências com ligações domiciliárias na sede municipal.

Helena Antunes avançou igualmente que dos registos feitos, cerca de 320 estão operacionais e outros 160 processos são para a definição dos contratos celebrados.

Por outro lado, a administradora municipal mostrou-se preocupada com os casos de vandalismo e de roubo das baterias e painéis solares dos sistemas de abastecimento de água a nível das regedorias do Pumba e de Cangundo e na aldeia do Panzo, comuna do Dimuca, onde os malfeitores retiraram cinco painéis solares.

A população da aldeia do Bamba Matamba tem reclamado do tamanho do tanque reservatório ali existente, visto ser muito pequeno para corresponder ao consumo da população local, daí as constantes enchentes nos referidos depósitos.

Mais salas de aula

No sector da Educação, a administradora municipal do Negage disse que foram feitos vários trabalhos com vista a manter a funcionalidade regular do sistema de ensino e aprendizagem, com destaque para 51 escolas definitivas do ensino primário, nove provisórias, sete do I ciclo, cinco do II ciclo, perfazendo um total de 596 salas de aula.

Para diminuir o número de crianças em escolas precárias, a administradora disse que estão em construção três escolas, com nove salas, e uma outra em fase de reabilitação, que tem três salas.

Neste ano lectivo, acrescentou, o município tem matriculado 45.242 alunos em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino técnico-profissional. Deste número, estão controlados 13.887 estudantes que assistem aulas em salas provisórias ou em condições precárias.

No ensino de adultos, a administradora Helena Antunes revelou que foram matriculados 954 alunos de ambos os sexos. Ao longo do ano, a responsável disse que foram realizadas várias formações de refrescamento dirigidas a professores.

## 8.9 População já tem acesso a água potável

*Jornal de Angola*

*29 De Setembro de 2017*

Um total de 1.589 famílias do sector de Valódia, no município de Chinjenje, no Huambo, consome pela primeira vez água potável, com a entrada em funcionamento de um novo sistema de captação e distribuição.

Com capacidade de bombear 20 mil litros cúbicos por hora, a infra-estrutura, orçada em mais de dez milhões de kwanzas, foi construída no âmbito do programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural, com vista a melhorar a vida da população.

Para garantir a sua funcionalidade' o novo sistema está acoplado a um painel solar e vai facilitar a vida dos moradores que antes tinham de percorrer longas distâncias para adquirir o produto, bem como evitar determinadas doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

O vice-governador do Huambo para os Serviços Técnicos e Infra - Estruturas, Francisco Calunga Quissanga, disse que a colocação dos equipamentos de captação e distribuição de água nas localidades distantes, aldeias e bairros periféricos dos centros urbanos continua a ser uma das prioridades do Executivo para incentivar a população a consumir água potável, para melhorar e preservar a saúde.

Os habitantes do sector de Valódia aplaudiram os esforços do Governo e reconheceram que o novo sistema de água vai contribuir para a redução de doenças, como as diarreicas agudas, malária e outras nas comunidades, ao deixarem de socorrer-se das cacimbas e rios.

Eduardo Nhangá e Hermelinda Tiago, ambos residentes no sector de Valódia, manifestaram total satisfação com a entrada em funcionamento do novo sistema de água, recordando que antes consumiam água da cacimba ou do rio, uma situação que fica para trás.

O administrador municipal do Chinjenje, João Camenhe, exortou a população no sentido de preservar o bem colocado à sua disposição.

## 8.10 Vala da "Pólvora" preocupa moradores do Malweka

*Novo Jornal*

*1 De Setembro de 2017*

*Texto: Dulcineia Lufua e Adjali Paulo*

Doze pessoas perderam a vida após terem sido arrastadas pela correnteza das águas na passada época chuvosa, quando faziam a travessia da vala do Malweka, localizada no município de Cacuaco, em Luanda. Populares receiam a repetição de episódios semelhantes iniciado que está o Verão, cujas "gotas" de "azar" tardam em cair e lançam um grito de socorro para que haja intervenção na vala e se evitem novas mortes.

O buraco aumenta e alastra-se pelo bairro Malweka. A vala da "Pólvora", que começa no município do Cazenga e atravessa os arredores de Cacuaco, representa um perigo iminente para quem lá vive.

A ausência de chuvas, apesar de o Verão ter tido início a 15 Agosto, é um alívio temporário para aqueles moradores de Cacuaco, que criticam a Administração Municipal por uma alegada "falta de interesse" na solução do problema, que se repete invariavelmente ano após ano.

Enquanto não chove, a vida no bairro é calma, porém, lançam um grito de socorro para que haja uma intervenção na vala, a fim de se evitarem tragédias nas famílias.

Ana André Tomás, que tem a sua casa situada a alguns metros da vala, revelou ao Novo Jornal o drama que viveu nas últimas chuvas, memória que certamente não apagará. " Vi pessoas a serem arrastadas quando tentavam fazer a travessia da ponte e uma das vítimas era meu vizinho, que faleceu após ter caído na vala e depois arrastado pela correnteza", contou.

"Este problema não é de hoje, vem de longe. No tempo de chuva aqui é 'um Deus nos acuda'. As pessoas, para fazerem a travessia, ficavam de mãos dadas e a água chegava até à cintura. Quem não tiver muita força é arrastado pela correnteza que é forte", pormenorizou Ana André Tomás, de 54 anos de idade.

Segundo a entrevistada, a água que inunda a vala transborda e invade igualmente residências, obrigando quem lá mora a passar noites em claro e ao relento. "Dormimos por cima de blocos, sujeitos a todo o tipo de doenças. Esta situação afecta sobretudo as crianças, que acabam doentes devido às picadas de mosquitos", lamentou a mulher, que se

encontrava a recolher garrafas de plástico junto à vala.

Para se prevenirem das inundações, alguns populares construíram barreiras para impedir que as enxurradas invadam as suas residências. Afonso Mawete, outro morador, viu-se obrigado a aumentar o tamanho do passeio de sua residência. O electricista-auto contou que as últimas chuvas deixaram a sua residência submersa, destruindo completamente a mobília do lar. "Tive de comprar uma nova mobília porque a que tinha foi toda levada pela força das águas", disse.

O antigo morador da zona narra que, na época chuvosa, as sarjetas entopem devido ao amontoado de lixo, e as carcaças de carros que ficam sobrepostas às valetas impedem o escoamento da água.

"As últimas chuvas trouxeram muitos prejuízos à minha casa. Não se aproveitou nada, a água que vinha da vala estragou tudo", lamentou uma vez mais Afonso Mawete, revelando que alguns moradores têm feito limpeza para que o local esteja em boas condições.

Esquecidos

Os moradores dizem que a situação é do conhecimento das autoridades governamentais. A zona, de acordo com os interlocutores, já foi inclusivamente visitada pelo governador de Luanda, Higinio Lopes Carneiro, que na ocasião prometeu uma intervenção na vala; porém nada se vislumbra até ao momento.

"Depois das últimas chuvas, tivemos a visita do governador com a sua equipa, fizeram algumas fotos do local, mas de lá para cá nada mudou. As coisas mantêm-se do mesmo jeito. O governo faz promessas mas não as executa", desabafaram, reiterando o apelo às autoridades para a solução imediata do problema, a fim de se evitarem tragédias semelhantes às anteriores.

Enquanto decorria a reportagem, presenciámos algumas pessoas a fazerem a travessia da vala, adultos e crianças deitando lixo no buraco considerado "assassino". Do outro lado da vala, homens e mulheres montaram os seus postos de trabalho, ignorando o perigo que a vala representa.

É o caso de Helena, que vende produtos diversos numa pequena bancada junto à vala, onde comercializa açúcar, arroz, bolachas, detergentes, pão, entre outros produtos. Depois de pousar a banheira que carregava na cabeça, onde continha arroz embalado para comercializar, juntou-se à conversa para reclamar.



"Nós já estamos cansados de falar sempre às pessoas sobre o que vivemos na época de chuva e não vemos a situação resolvida. Assim vocês é que vão resolver esse problema?", ironizou, para depois sublinhar: "enquanto não chove, deixa aproveitar vender para sustentar os meus cinco filhos".

Por seu turno: o taxista Adalberto - Mpanzo, que percorria a rota Malweka-Mercado dos Kwanzas, disseque, muitas vezes, se viu obrigado a pernoitar dentro da viatura com o seu cobrador devido à chuva, para evitar o pior.

"Já foram duas vezes que tivemos de passar a noite aqui na paragem de táxis da praça do Malweka, porque a força com que a água corria não há carro que aguente. Quando chove, explicou, "já não sabemos diferenciar a ponte da vala, porque a água inunda tudo".

### 8.11 Saneamento básico deficitário

*Jornal O PAÍS*  
12 De Setembro de 2017

Outros problemas candentes que o 'prédio três' do. Gika enfrenta prende-se com os níveis baixos do saneamento básico, com grandes focos de lixo, charcos de água e construções anárquicas.

Ao percorrer o edifício de seis andares, é possível sentir o cheiro nauseabundo proveniente da cave que se encontra intransitável por causa do lençol de águas residuais permanente que resulta do não funcionamento dos esgotos.

Celeste Alfredo, moradora local, atestou que, por falta de drenagem, toda a água produzida nos apartamentos é descarregada na cave, onde permanece por tempo indeterminado. A situação, detalhou, arrasta -se há muitos anos, e, durante esse tempo, já notificaram a Administração do Distrito da Maianga, porém não se registaram progressos alguns.

Contudo, visando minimizar a situação, muitas vezes com ajuda de motobombas e de outros meios, os próprios moradores têm procedido à drenagem da água. Entretanto, por se tratar de uma medida paliativa, passados alguns dias, a situação repete-se.

"Viver aqui não é fácil. Por isso é que estamos permanentemente doentes. A água parada na cave produz mosquitos que disseminam várias patologias. Estamos a sofrer muito. Precisamos de ajuda", clamou.

### 8.12 Kilamba Kiaxi limpa as valas de drenagem

*Jornal de Angola*  
16 De Setembro de 2017

O administrador-adjunto do Kilamba Kiaxi, em Luanda, Mário Lucas, apelou à população para evitar a deposição de resíduos nas valas de drenagem.

Mário Lucas lembrou que a acumulação de lixo nas valas de drenagem tem provocado o assoreamento das mesmas e o transbordo das águas, causando inundação nas áreas e residências próximas.

O administrador -adjunto falava depois de uma visita de constatação do trabalho de desassoreamento e perfilhamento das valas e valetas no Kilamba Kiaxi. Mário Lucas pediu à população para continuar a ser participativa e colaborar com a administração na limpeza das valas.

Com o apoio da Unidade Técnica de Luanda, a Administração do Kilamba Kiaxi está a fazer o desassoreamento de valas do Calemba II, da Angomarte e da Macon, assim como do rio Cambamba até à Ilha dos Embondeiros.

O trabalho está a ser feito no quadro do plano de prevenção de calamidades e inundações. A Administração do Kilamba Kiaxi está a fazer um levantamento para a construção de pedonais para facilitar a travessia dos peões.

Segundo Mário Lucas, o município tem em carteira a construção de quatro pedonais, sobretudo na rua Comandante Evady, que sai da rotunda do Calemba II até a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy.

A administração precisa também construir pedonais noutras ruas para a passagem de peões e permitir a interligação entre distritos e com outros municípios.

### 8.13 Declarado combate ao lixo em Menongue

*Jornal de Angola*  
20 De Setembro de 2017

Administração anuncia medidas contra pessoas que depositarem lixo fora dos contentores

A Administração Municipal de Menongue vai aplicar "multas pesadas" aos cidadãos que insistirem em depositar o lixo em locais impróprios.

O administrador Fernando Cassanga anunciou ontem medidas idênticas aos condutores que estacionarem as viaturas sobre os passeios.

Em declarações à imprensa, Fernando Cassanga aconselhou a população a depositar o lixo em contentores, para evitar a propagação da malária, doenças diarreicas e outras.

Fernando Cassanga lamentou que, apesar do esforço das autoridades e das empresas de limpeza, muitas pessoas continuam a colocar o lixo fora dos contentores, o denota falta comportamento urbano. Esta situação, disse, acontece porque existem alguns chefes de família que ao invés de mandarem adultos depositarem o lixo em contentores, mandam as crianças.

O administrador municipal anunciou "tolerância zero" ao lixo e aos automobilistas que conduzem sob efeito do álcool. Informou que os acidentes de viação são a segunda causa de morte em Angola e têm provocado enormes prejuízos ao país.

A venda ilegal de terrenos é outra preocupação. Fernando Cassanga explicou que os croquis de localização não pode ser considerado como o único ou o principal documento que confere a titularidade do espaço.

## 8.14 Contentores na estrada

*Jornal O PAÍS*

*30 De Setembro de 2017*

Director do OPAÍS, saudações e votos de um bom dia de trabalho.

Obrigado pela oportunidade. Este espaço tem ajudado os leitores, pois serve para exprimirmos As nossas inquietações.

Não sou engenheiro ou arquitecto, também não domino planos de desenvolvimento urbanísticos.

Mas uma coisa me inquieta muito. Não basta estudar muito para ver o que está mal.

Pela cidade de Luanda e arredores são visíveis muitos contentores de lixo à beira das estradas.

Sem exagero, estão mal colocados. Penso que quando requalificaram os passeios das vias, o espaço para os mesmos já deviam existir. Não é o caso entre nós. Porquê O contentores, apesar de serem pequenos e de cor verde, inviabiliza todos os dias o trânsito automóvel na cidade de Luanda.

Isto é uma verdade. As obras públicas devem ser feitas com base em planos e adaptadas à realidade de cada povo, além de que o lixo fica a céu aberto.

O cheiro só não faz mal aos dirigentes que andam de Lexus nesta cidade poluída chamada Luanda, a nossa capital.

Temos o hábito de fazer tudo o que é maior do continente africano, mas nos esquecemos sempre dos detalhes.

O nosso sistema de justiça é tão "doente" e duvido que a administração municipal ou o Governo Provincial de Luanda consiga assumir os danos materiais que resultarem se um automobilista embater num dos contentores, no momento em que estiver a estacionar.

Sem medo de errar, a responsabilidade civil, ai, é das autoridades, porque não criaram condições adequadas para colocar os contentores.

Meus senhores, governar não é um bicho de sete cabeças, aliás, a roda também já foi inventada há muito tempo. Porquê que não mudam de actuação

Admira-me muito, os dirigentes angolanos são os que mais viajam para os quatro cantos do mundo. Até copiar bem não sabem? Só pensam na "micha". Não vão para a Europa' África do Sul é aqui atrás.

As tantas, querem classificar que Luanda está entre as cidades mais limpas do continente africano. O Gana, mais pobre do que Angola, tem um sistema de recolha e limpeza de lixo simples e eficaz. O estrangeiro dorme e acorda não vê lixo na cidade.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Cuanza -Sul regista menos criminalidade

*Jornal de Angola*  
10 De Setembro de 2017

O índice de criminalidade diminuiu na última semana, na província do Cuanza -Sul, De acordo com um relatório da Polícia Nacional, nos últimos sete dias foram registados 46 crimes, menos sete em relação ao período anterior.

Os crimes foram praticados no município do Sumbe, Porto Amboim, Quibala, Amboim, Seles, Libolo, Cela, Cassongue e Mussende e consistiram em furtos, 'ofensas corporais voluntárias, roubo, burla por fraude, homicídio voluntário e involuntário, ameaças e ofensas corporais.

Constam dos crimes várias tentativas de furto e. Especulação, tendo sido detidos 24 cidadãos.

Durante o período em referência, foram realizadas 30 buscas que culminaram com a detenção de 34 cidadãos' bem como a apreensão de 138 sacos de carvão, três mil touros de madeira, 234 tábuas, 70 barrotes, uma motorizada, dois motores de motorizada, uma máquina de soldar, 15 bebedores de aves; oito jantes de motorizadas, uma rádio reprodutora, um gerador eléctrico e cinco quilos de medicamentos diversos.

Relativamente à sinistralidade rodoviária, a Polícia informou que foram registados seis acidentes de viação' de que resultaram dois mortos, quatro feridos e danos materiais avaliados Em mais de dois milhões de kwanzas.

De acordo com o relatório, os acidentes consistiram em atropelamentos, colisões entre veículos automóveis, despiste e capotamento e ocorreram nos municípios do Sumbe e Cela.

As principais causas foram o excesso de velocidade' condução em estado de embriaguez e falta de precaução durante a condução.

No mesmo período, refere o documento, foram realizadas seis operações "stop que culminaram com a apreensão de 53 motorizadas.

A Polícia Nacional afirma que vai reforçar a fiscalização nas estradas para diminuir os acidentes.

### 9.2 Polícia dismantela grupos de marginais no Zaire

*Jornal O PAÍS*  
10 De Setembro de 2017

O comando provincial da Polícia Nacional na cidade de M'Banza Kongo, no Zaire, dismantelou dois grupos de supostos marginais, composto por 11 e 9 elementos, respectivamente, que cometiam assaltos a residências e roubos em alguns bairros periféricos da cidade.

Em depoimento à imprensa, por ocasião da apresentação "do balanço das ocorrências registadas aos órgãos de comunicação social", o porta-voz da instituição, o inspector-chefe Luís Bernardo, disse tratar -se dos grupos "Matanga Uma e Bavovesua", que actuavam preferencialmente nos bairros 11 de Novembro, 4 de Fevereiro e Martins Kidito.

Na ocasião, foram também apresentados diversos artigos que se encontravam em posse dos mesmos, com destaque para 11 quilogramas de liamba, uma arca, um colchão, electrodomésticos, entre outros bens.

Luís Bernardo reiterou que a corporação vai continuar a desenvolver acções de combate à criminalidade para manter o sentimento de segurança na população residente na periferia.

A cidade de M'Banza Kongo tem uma população estimada em 155 mil e 174 habitantes distribuídos por cinco bairros: Sagrada Esperança, Álvaro Buta, 11 de Novembro, Martins Kidito e 4 de Fevereiro, estes três últimos considerados os mais críticos em termos de criminalidade.

### 9.3 Crime ameaça Kifica

*Jornal de Angola*  
14 De Setembro de 2017

O índice de criminalidade no bairro Kifica (Benfica), município. de Belas, aumentou de forma assustadora nos últimos dias e os moradores pedem a intervenção urgente das autoridades policiais.

De acordo com denúncias chegadas ao Jornal de Angola, os marginais assaltam casas em plena Luz do dia. O mais recente assalto ocorreu nos armazéns de medicamentos de um empresário indiano.

Os marginais agiram com toda a tranquilidade, levando quantidades enormes de medicamentos e ninguém foi capaz de os travar, porque estavam

fortemente armados", disse um morador da rua 6-KTM.

Um outro morador do Kífica contou que foi feito refém pelos marginais enquanto estes desovavam" a sua casa de todos os bens. "Temos até medo de sair de casa para ir trabalhar", disse assustado.

## 9.4 Mbondo Chapéu na rota da criminalidade

*Jornal Manchete*

*15 De Setembro de 2017*

*Texto: António João*

Contam os munícipes, que os episódios mais tristes têm ocorrido com os alunos que se deslocam às escolas. Os meliantes aproveitam a fraca actuação da polícia para fazerem as suas arruaças em plena luz do dia e, os assaltos aos estudantes e pessoas singulares, têm sido o cardápio diário dos delinquentes.

"Talatona está sempre a subir no que toca ao índice de criminalidade. Ainda hoje (segunda-feira 11), dois estudantes foram assaltados há bem pouco tempo. A polícia aparecia apenas antes das eleições, este bairro, "Mbondo Chapéu"; está a evoluir da pior forma e a administradora finge que não vê: avançou o munícipe.

O munícipe, interpelado pela nossa reportagem, afirmou que no bairro Mbondo Chapéu, onde reside, muita coisa deve ser feita para mudar o cenário que aborrece e limita a livre circulação de pessoas e bens.

"A situação aqui no Mbondo é bastante delicada. A preocupação maior está na segurança, mas uma coisa é certa, não é apenas a criminalidade que nos tem preocupado, muita coisa não vai bem aqui neste bairro, desde as infraestruturas à falta de sítios de lazer" avançou.

Os moradores indicam a rua das Madres, como uma das mais visadas na criminalidade. Mesmo sendo uma artéria maioritariamente – habitada por delinquentes parecem estar pouco interessados em se converterem.

"Na área das Madres, é um dos locais onde os marginais actuam a qualquer hora do dia. Os alunos não andam a vontade, a polícia deveria ver esta situação, mas eles (policías), só se preocupam com as motas e com os taxistas, para tirar algum proveito, ao invés de zelarem pela segurança e deterem os bandidos lamentou.

No referido bairro, que' tem crescido muito ultimamente, existem apenas duas escolas do sector público, situação que preocupa os populares, entre

outras, que são obrigados a matricular os seus educandos em escolas privadas. "Aqui temos muitas escolas sim, mas a maior parte delas são privadas, as públicas são apenas duas, faltamos também água potável, locais de recreação e corrente eléctrica, porque tudo é privado"; denunciou.

O entrevistado declarou que, no sector da saúde, a situação não foge à regra, existe carência de postos de saúde pública, o que o bairro, tem não aguenta a demanda dos mais necessitados.

A área de saneamento básico também é uma das preocupações do bairro Mbondo Chapéu. Os entrevistados mostraram o seu descontentamento no que tange a esta problemática, porque mesmo pagando a tarifa do lixo, as empresas destinadas para este fim fazem, havalido a obrigação de os próprios moradores fazerem o carregamento do lixo para pontos distantes das suas casas.

"Muitas das vezes pagamos a tarifa do lixo, mas os elementos destinados para esta área de limpeza não passam nas ruas, somos obrigados a andar longas distâncias carregando o lixo para depositar nos contentores', afirmou. Recorde-se que, para além do bairro Mbondo Chapéu, existem ainda os bairros Dangereux, Iraque, entre outros, que também carecem de uma atenção especial.

## 9.5 A criminalidade é um problema de todos

*Jornal de Angola*

*16 De Setembro de 2017*

A criminalidade é um fenómeno tão antigo quanto ao humanidade, possível de ser combatido, partindo de entre outros, do princípio elementar de que o bem deve triunfar prevalecer sobre o mal. Nas suas mais variadas formas, o combate à criminalidade depende da conjugação de diversos factores, directos e indirectos, entre os quais vale ressaltar a pronta intervenção das forças de ordem e segurança, bem como a colaboração da população.

É verdade que as componentes económica, social e cultural podem igualmente ser estimuladas e promovidas como verdadeiros eixos sobre os quais devem girar as estratégias de combate à criminalidade. Mas as dificuldades de natureza económica ou social não podem justificar a alteração da ordem, tranquilidade e segurança das famílias nas casas e pessoas singulares, nos locais públicos e privados.

A notícia há dias publicada, nas páginas deste jornal, sobre a actuação de criminosos e assaltantes à luz do dia na localidade do Quifica, arredores de Luanda, constitui uma ameaça muito grave. Não é alarmismo referir-se naqueles termos sobre uma situação que deve preocupar a todos, nem devemos partir do princípio de que se trata apenas de uma situação pontual, numa determinada localidade. Acreditamos que não se trata apenas, os assaltos à luz do dia no Quifica, de uma simples amostra de um grande universo que é Angola, razão pela qual podemos aparentemente minimizar.

Encarar como um problema de todos constitui a melhor resposta que toda a sociedade deve dar a este fenómeno que deve ser combatido sob pena de o mesmo vir a condicionar as vidas da população, com implicações na produtividade das comunidades.

Todo e qualquer indício de perturbação da ordem e tranquilidade pública num determinado lado constitui sempre uma ameaça à paz e ao sossego em todo o lado, sendo essa a premissa em que nos devemos basear para encarar e enfrentar a criminalidade. A ameaça fomentada pela criminalidade, nas suas variadas formas, deve ser levada a sério e combatida não importa em que parte de Angola.

É verdade que, de uma maneira geral, a Polícia Nacional tem controlados os níveis de criminalidade em todo o país, mas não podemos consentir indícios preocupantes de práticas que atentam contra a ordem, segurança e tranquilidade públicas. Seguramente, a Polícia Nacional precisa de fazer muito mais com várias diligências, algumas das quais visíveis em muitos lugares, para afugentar o espectro da criminalidade. Um outro aspecto fundamental para que a inibição no cometimento de crimes se materialize tem a ver com a necessidade de a Polícia Nacional encurtar, cada vez mais, o tempo de resposta na intervenção para socorrer as vítimas dos marginais.

Não temos ainda, em muitas localidades, um rácio equilibrado entre agentes da ordem por cada habitante, razão pela qual vale a pena contornar esta desvantagem com iniciativas além da componente policial.

As políticas públicas do Estado com impacto na vida da população devem ser maximizadas para que as mesmas, ao lado de oportunidades iguais de acesso para todos, sirvam para minimizar a propensão para a delinquência.

A colaboração das famílias com as entidades encarregadas de providenciar a ordem e a segurança no sentido de inviabilizar ou inibir práticas que constituam delitos constitui sempre uma mais-valia.

Acreditamos que, com a combinação destes factores, todos podemos enfrentar e combater a criminalidade em todo o país e deixar de encarar tais acções delituosas como um problema local. É um problema de todos nós, independentemente de onde estivermos.

## 9.6 Aumenta o combate a criminalidade

*Jornal de Angola*

*16 De Setembro de 2017*

*Texto: Kayila Silvina*

O comandante provincial da Polícia Nacional no Zaire, comissário Manuel Gouveia, solicitou em Mbanza Kongo às famílias, autoridades tradicionais e eclesiásticas para trabalharem em estreita colaboração com a Polícia Nacional na denúncia de todos os actos delituosos que ocorrem nos bairros da região.

Num encontro de carácter informal, realizado na sala de conferências do Governo Provincial do Zaire, no qual participaram autoridades tradicionais e eclesiásticas e membros da administração municipal para se inteirarem sobre o actual estado da criminalidade na cidade de Mbanza Kongo, o comissário Manuel Gouveia, com humildade pediu a colaboração de todos para se combater a criminalidade.

Com uma certa tristeza visível no rosto, disse que o balanço do mês de Agosto último aponta a detenção de 35 cidadãos nacionais indiciados por crimes de ofensas corporais voluntários, roubos, furtos e tentativa de homicídio.

Mas não é tudo. Entre os crimes, estão incluídos casos de fogo posto e abuso de confiança. As famílias e os regedores dos diversos bairros da região, pediu, devem sensibilizar os jovens para evitarem criar grupos de roubos, criarem distúrbios e sabotarem os bens da população e públicos.

Quem comete um crime, deve ser responsabilizado, com excepção dos menores, logo, é responsabilidade dos pais, tutores e dos membros da sociedade da região fazerem "um bom trabalho de casa", para se evitar que adolescentes estejam envolvidos no mundo da criminalidade.

A cidade de Mbanza Kongo "digo, com uma certa tristeza, regista vários crimes. Mas acredito que, com o apoio de todos os membros da comunidade, vamos conseguir sensibilizar os nossos jovens para enveredarem por bom comportamento. Aliás, se os nossos trisavôs, avôs e pais sempre se comportaram

e, porque é que não seguimos os exemplos deles?", questionou o comandante.

Sobre o combate à imigração ilegal, o comandante disse que, foram detidos 672 cidadãos estrangeiros ilegais de diversas nacionalidades. "Angola sempre teve as portas abertas para os estrangeiros. Como em qualquer parte do mundo, para se entrar num país estrangeiro, é necessário cumprir com' pressupostos migratórios.

Apenas isso. Quem tiver a sua documentação em ordem pode entrar e desejamos boa estadia", afirmou.

Sinistralidade mata nove

O índice de sinistralidade rodoviária que se assiste na cidade de Mbanza Kongo resultou em Agosto último na morte de nove pessoas e ferimentos graves a 26 outras em consequência de 15 acidentes de viação.

Balanço do mês de Agosto último regista a detenção de 3S cidadãos nacionais indiciados por crimes de ofensas corporais voluntários, roubos, furtos e tentativa de homicídio

Os referidos acidentes provocaram danos materiais avaliados em 2.335.867.00 de kwanzas. O balanço do mês de Agosto último a que o Jornal de Angola teve acesso aponta como principais causas dos referidos acidentes o excesso de velocidade, não cedência de prioridade e ingestão de bebidas alcoólicas durante a condução, incluindo a má travessia dos peões e ultrapassagem irregular.

Os kupapatas foram aconselhados a não transportar duas ou três pessoas numa motorizada e a evitar o consumo de bebidas alcoólicas durante a condução. Aos auto-mobilistas, Manuel Gouveia pediu encarecidamente para fazerem uso do cinto de segurança, evitarem manobras perigosas e respeitarem rigorosamente o Código de Estrada. Durante o encontro, os sobas mostraram-se preocupados com o comportamento de alguns jovens nos bairros de Mbanza Kongo, que formam grupos, para desencadear acções de roubos, furtos, violações, sabotagem e destruição de residências, nos bairros periféricos da cidade.

Grupos de marginais

A nível da cidade de Mbanza Kongo, existem três grupos de marginais que actuavam nos bairros 4 de Fevereiro, 11 de Novembro e Martins Kidito, identificados por Matanga-1, Kebavovesua e Coluna.

A Polícia Nacional no Zaire tem vindo a realizar trabalhos de enfrentamento e buscas dirigidas para a detenção de vários jovens integrantes nos grupos de

marginais que realizam vátios crimes nos bairros da cidade de Mbanza Kongo.

O comandante provincial da Polícia Nacional no Zaire garantiu que as operações de patrulhamento vão continuar, para se apertar o cerco aos insurrectos de forma a repor a tranquilidade no seio da população.

O procurador-geral da República do município de Mbanza aKo ngo , Afonso Tchombe, também se mostrou preocupado com o índice de criminalidade que se assiste na região, em virtude de grande parte das ocorrências notificadas serem cometidas por adolescentes e adultos.

"Nós, os magistrados, estamos preocupados, porque os crimes violentos cometidos na urbe e não só são de autoria de pessoas com idades entre os 16 e os 30 anos", sublinhou Afonso Tchombe.

Para ele, os crimes de violência de natureza patrimonial e pessoal, que envolvem ofensas corporais e homicídios, situam - se entre os mais graves notificados na região.

"Nota -se hoje muita procura dos nossos serviços de justiça no Zaire, mas ainda tem havido situações em que algumas pessoas menos esclarecidas recorrem à força própria, para resolver determinadas situações que os afligem, como ajustes de contas", lembrou.

Fernando Neto

## 9.7 Agentes da polícia pedem dinheiro em troca de enquadramento na corporação

*Jornal Liberdade*

*22 De Setembro de 2017*

A delegação do Ministério do Interior (MININT) na província do Bengo, denunciou recentemente que supostos agentes da Polícia Nacional (PN), estão pedir dinheiro a cidadãos, em troca de enquadramento na corporação.

Denúncia vem expressa num comunicado de imprensa, no qual alertam os cidadãos residentes na província e não só, que "neste momento não há ingresso ara os quadros do Ministério lo Interior e que o enquadramento para o mesmo só é possível mediante uma orientação dos órgãos competentes A delegação do MININT- Bengo vem por este meio alertar a todos cidadãos que tenham sido vítimas destas práticas, para que as denunciem junto do Comando Provincial da Polícia Nacional e do Serviço

de Investigação Criminal no Bengo, lê-se no documento.

Em declarações à Lusa, o diretor do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação do MININT-Bengo, Gaspar Luís, confirmou o facto, afirmando que o comunicado foi elaborado para "acautelar os cidadãos devido aos rumores que circulam na província em torno desses supostos efetivos do MININT".

Neste momento, não chegou qualquer denúncia dos cidadãos e elaboramos apenas o comunicado em função de vários rumores que ocorrem na província e ainda como medida preventiva, para alertar os cidadãos no sentido de não se deixarem levar por estes supostos agentes'; explicou.

Gaspar Luís referiu ainda que investigações decorrem no sentido de se identificar os supostos agentes da polícia implicados para que sejam levados à justiça.

Em relação à situação operativa na província, o responsável deu a conhecer que o quadro da criminalidade "não é alarmante", com registos diários de dois a três crimes, entre ofensas corporais, furtos e roubos de telemóveis, bem como alguns assaltos à mão armada.

A situação está sob controlo das forças do Ministério do Interior e não é preocupante, até porque o Bengo é uma das cidades mais calmas do nosso país'; assegurou.

## 9.8 Casos de violência estão a diminuir

*Jornal de Angola*  
*Joaquim Júnior*

As famílias do Uíge estão menos violentas e mais harmonizadas, desde que se passou a divulgar nas comunidades a Lei nº 25/11, de 14 de Julho, que criminaliza a violência doméstica, constatarem as autoridades provinciais.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Eulália Lambula Catenda, disse ontem que as autoridades têm distribuído cartilhas de família, aconselhamentos, entre outros mecanismos úteis, o que ajuda a transformar as famílias na província do Uíge.

Eulália Catenda explicou que, entre os meses de Janeiro e Maio deste ano, 2.672 famílias, sobretudo das comunidades do Uíge, Puri e Negage, foram sensibilizadas e harmonizadas, embora se tenham registado 89 casos de violência doméstica.

Os dados, de acordo com a directora, revelam que houve uma redução significativa de conflitos familiares e um aumento em relação à coesão, se comparados aos períodos anteriores.

Eulália Catenda acredita que o reforço da divulgação da Lei n.º 25/11, de 14 de Julho, que criminaliza os infractores, além de torná-la mais conhecida junto das famílias, através da realização periódica de palestras e seminários nos bairros, instituições públicas, igrejas, entre outras, ajudará a diminuir os casos de violência nos lares.

"É preciso que as pessoas sejam esclarecidas sobre os seus direitos e deveres no seio parentesco", disse Eulália Catenda, para quem as famílias estão cada vez mais informadas sobre actos que ferem a sua sensibilidade, através do conhecimento da lei que tipifica as diferentes formas da violência, com destaque para física, patrimonial, psicológica, verbal e sexual.

A directora provincial explicou que o papel da instituição que dirige é despertar a consciência das famílias, para que tenham coragem de denunciar todos os indícios de violência doméstica, por serem crimes e as suas vítimas devem merecer assistência moral e jurídica.

Durante o primeiro semestre, a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher tomou conhecimento da denúncia de 89 casos de violência doméstica, com 16 vítimas do sexo masculino e 73 do sexo feminino.

Neste período, a Direcção da Família e Promoção da Mulher não encaminhou qualquer caso à Justiça, primando pelo diálogo entre as partes envolvidas. Caso não haja consensos, garante que os mesmos vão ser levados às autoridades criminais para prosseguimento normal dos processos. Eulália Catenda mostrou-se preocupada com os 16 casos de abandono familiar, ocorridos durante o período em análise, sendo 12 de fuga à paternidade e outros quatro de mães que abandonaram os filhos.

A responsável lamenta a insensibilidade de algumas mulheres ao desampararem os filhos, deixando-os aos cuidados dos maridos, uma prática incomum noutros tempos, na região.

Uma das alegações dos homens é que certas moças têm tido relações sexuais desorientadas e com diferentes parceiros, daí que muitas gravidezes são rejeitadas pelos seus autores e, conseqüentemente, resultam em fuga à paternidade. Além da alegada infidelidade da parceira, os homens e as próprias mulheres recorrem a questões de incapacidade

financeira para sustentar o filho, o que os motiva a abandoná-lo. A instituição tem recebido muitas queixas relacionadas com carências financeiras e materiais e do uso excessivo de bebidas alcoólicas, factores considerados como as principais causas de violência no lar a nível da província.

Neste prisma, a directora da Família e Promoção da Mulher encara com grande preocupação o uso excessivo de bebidas alcoólicas no seio da camada feminina. "Há um maior grau de desobediência e discórdia nas famílias quando a mulher está em estado de embriaguês, o que os maridos não toleram e, daí, então, as brigas", explica. Eulália Catenda lamenta o facto de existirem casos em que o casal, depois de chegar à sala de aconselhamento da Direcção da Família, não se lembra de como terá ocorrido a briga, porque ambos estiveram embriagados.

#### Violação sexual

Uma anciã de 91 anos foi violada sexualmente por um adolescente de 14 anos, identificado por Fernando António, no município do Songo, 40 quilómetros a norte da cidade do Uíge, soube a Angop no hospital.

Segundo depoimentos da filha da vítima, Jóia dos Santos, o facto ocorreu numa das lavras da aldeia Kípemba, regedoria do Denga (município do Songo), quando a anciã se deslocou para lá com o objectivo de limpar mandiocas anteriormente postas no rio.

A jovem acrescentou que a idosa foi surpreendida pelo rapaz que aproveitou a fragilidade da vítima, tendo-a arrastado para o capim, onde consumou a acção criminosa, por isso, pede justiça, não só pelo facto de 'a anciã ser portadora de deficiência (muda). A vítima foi internada na maternidade do Hospital Municipal do Songo.

## 9.9 Violência doméstica atinge vários homens

*Jornal de Angola*  
28 De Setembro de 2017

O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) registou um total de 3.376 casos de violência doméstica de Janeiro a Setembro deste ano, na sua maioria denunciado por mulheres, mas com as participações feitas por homens a aumentar.

A directora nacional dos Direitos da Mulher, Maria Augusto, explicou na terça-feira que deste total, 559 casos correspondem a denúncias feitas por homens,

que estão a ganhar consciência sobre a necessidade de participação destes actos.

Segundo a responsável, agentes da polícia e militares lideram a lista de casos de fuga à paternidade, falta de prestação de alimentos e violações sexuais, um grupo ao qual se juntam agora os agentes de segurança privada.

"Assustámo-nos com as denúncias sobre a fuga à paternidade dos agentes de segurança privada e ainda relatos de violações. Temos recebido muitos casos", explicou, admitindo a necessidade das jovens "terem mais cuidado nos seus relacionamentos.

"Porque muitas vezes a jovem desconhece onde vive o parceiro, engravida num primeiro encontro e depois e em as dúvidas sobre a paternidade" da criança, acrescentou.

Maria Augusto assegurou ainda que o sector da família e Promoção da Mulher vai continuar a sensibilizar as pessoas no sentido de denunciarem os casos de violência doméstica. "Porque sentimos que as pessoas criaram consciência e vão denunciando esses casos".

Até 20 de Setembro de 2016 Angola registou 62.000 casos de violência doméstica contra a mulher, situação considerada na altura pelas autoridades como "o direito humano mais 'lidado" no país.

## 9.10 Polícia 'perde rede' na actuação contra os assaltantes

*Jornal Visão*  
29 De Setembro de 2017  
Texto: Joaquim Paulo

Num clima de desespero, vendedores e utentes do referido mercado, sem balbuciar, afirmam categoricamente a fraca actuação da Polícia face os surtos dos assaltos e agressões que tem-se registado constantemente nos principais pólos de venda do mercado. Dentre enumeras áreas de risco, a zona do "Panga-panga" é considerada a de mais risco pelos vendedores, que julgam ser arriscado circular com mercadorias e objectos de uso pessoal por volta das 16 horas ou mais tarde.

Vários são os "gritos de socorro!": como é o caso da Senhora Eliza Magalhães, vendedora do mercado a mais de 10 anos. Segundo esta vendedora, visivelmente bastante preocupada com a fraca actuação da Polícia Nacional no dia-a-dia dos comerciantes e não só.



"Sem os agentes da polícia no mercado não temos como fazer!": acrescentou, para depois dizer, que nem mesmo os "Caenches do mercado" tidos como fiscais, conseguem acalmar essa situação. Para terminar, a vendedora pediu a máxima intervenção e colaboração da PN no mercado.

Durante a nossa ronda no mercado, ouvimos também Bartolomeu Jacinto utente frequente do mercado que já foi assaltado duas vezes num único mês resultado do fraco patrulhamento da Polícia. Este lamentou, dizendo que foi interpelado e desarrumado os seus pertences em plena luz do dia, numa hora que era suposto a presença de agente da polícia no local. Assim como Bartolomeu, muitas são as vítimas que sofrem assaltos e, por vezes chegam mesmo a ser agredidos fisicamente pelos assaltantes. No final, pediu de igual as autoridades a intensificação do patrulhamento policial, em função da forma desumana como os meliantes atacam as suas vítimas.

Numa tentativa de contraditório, o Jornal Visão tentou ouvir a Administração do mercado mas não foi bem sucedida, tendo no entanto, prometido pronunciar-se nas próximas ocasiões.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Vala da "Pólvora" preocupa moradores do Malweka

*Novo Jornal*

*1 De Setembro de 2017*

*Texto: Dulcineia Lufua e Adjali Paulo*

Doze pessoas perderam a vida após terem sido arrastadas pela correnteza das águas na passada época chuvosa, quando faziam a travessia da vala do Malweka, localizada no município de Cacuaco, em Luanda. Populares receiam a repetição de episódios semelhantes iniciado que está o Verão, cujas "gotas" de "azar" tardam em cair e lançam um grito de socorro para que haja intervenção na vala e se evitem novas mortes.

O buraco aumenta e alastra-se pelo bairro Malweka. A vala da "Pólvora", que começa no município do Cazenga e atravessa os arredores de Cacuaco, representa um perigo iminente para quem lá vive.

A ausência de chuvas, apesar de o Verão ter tido início a 15 Agosto, é um alívio temporário para aqueles moradores de Cacuaco, que criticam a Administração Municipal por uma alegada "falta de interesse" na solução do problema, que se repete invariavelmente ano após ano.

Enquanto não chove, a vida no bairro é calma, porém, lançam um grito de socorro para que haja uma intervenção na vala, a fim de se evitarem tragédias nas famílias.

Ana André Tomás, que tem a sua casa situada a alguns metros da vala, revelou ao Novo Jornal o drama que viveu nas últimas chuvas, memória que certamente não apagará. " Vi pessoas a serem arrastadas quando tentavam fazer a travessia da ponte e uma das vítimas era meu vizinho, que faleceu após ter caído na vala e depois arrastado pela correnteza", contou.

"Este problema não é de hoje, vem de longe. No tempo de chuva aqui é 'um Deus nos acuda'. As pessoas, para fazerem a travessia, ficavam de mãos dadas e a água chegava até à cintura. Quem não tiver muita força é arrastado pela correnteza que é forte", pormenorizou Ana André Tomás, de 54 anos de idade.

Segundo a entrevistada, a água que inunda a vala transborda e invade igualmente residências,

obrigando quem lá mora a passar noites em claro e ao relento. "Dormimos por cima de blocos, sujeitos a todo o tipo de doenças.

Esta situação afecta sobretudo as crianças, que acabam doentes devido às picadas de mosquitos", lamentou a mulher, que se encontrava a recolher garrafas de plástico junto à vala.

Para se prevenirem das inundações, alguns populares construíram barreiras para impedir que as enxurradas invadam as suas residências. Afonso Mawete, outro morador, viu-se obrigado a aumentar o tamanho do passeio de sua residência. O electricista-auto contou que as últimas chuvas deixaram a sua residência submersa, destruindo completamente a mobília do lar. "Tive de comprar uma nova mobília porque a que tinha foi toda levada pela força das águas", disse.

O antigo morador da zona narra que, na época chuvosa, as sarjetas entopem devido ao amontoado de lixo, e as carcaças de carros que ficam sobrepostas às valetas impedem o escoamento da água.

"As últimas chuvas trouxeram muitos prejuízos à minha casa. Não se aproveitou nada, a água que vinha da vala estragou tudo", lamentou uma vez mais Afonso Mawete, revelando que alguns moradores têm feito limpeza para que o local esteja em boas condições.

Esquecidos

Os moradores dizem que a situação é do conhecimento das autoridades governamentais. A zona, de acordo com os interlocutores, já foi inclusivamente visitada pelo governador de Luanda, Higinio Lopes Carneiro, que na ocasião prometeu uma intervenção na vala; porém nada se vislumbra até ao momento.

"Depois das últimas chuvas, tivemos a visita do governador com a sua equipa, fizeram algumas fotos do local, mas de lá para cá nada mudou. As coisas mantêm-se do mesmo jeito. O governo faz promessas mas não as executa", desabafaram, reiterando o apelo às autoridades para a solução imediata do problema, a fim de se evitarem tragédias semelhantes às anteriores.

Enquanto decorria a reportagem, presenciámos algumas pessoas a fazerem a travessia da vala, adultos e crianças deitando lixo no buraco considerado "assassino". Do outro lado da vala, homens e mulheres montaram os seus postos de trabalho, ignorando o perigo que a vala representa.

É o caso de Helena, que vende produtos diversos numa pequena bancada junto à vala, onde

comercializa açúcar, arroz, bolachas, detergentes, pão, entre outros produtos. Depois de pousar a banheira que carregava na cabeça, onde continha arroz embalado para comercializar, juntou-se à conversa para reclamar.

"Nós já estamos cansados de falar sempre às pessoas sobre o que vivemos na época de chuva e não vemos a situação resolvida. Assim vocês é que vão resolver esse problema?", ironizou, para depois sublinhar: "enquanto não chove, deixa aproveitar vender para sustentar os meus cinco filhos".

Por seu turno: o taxista Adalberto - Mpanzo, que percorria a rota Malweka-Mercado dos Kwanzas, disseque, muitas vezes, se viu obrigado a pernoitar dentro da viatura com o seu cobrador devido à chuva, para evitar o pior.

"Já foram duas vezes que tivemos de passar a noite aqui na paragem de táxis da praça do Malweka, porque a força com que a água corria não há carro que aguente. Quando chove, explicou, "já não sabemos diferenciar a ponte da vala, porque a água inunda tudo".

## 10.2 Mais de 80 famílias realojadas em Cabinda

*Jornal O PAÍS*

*10 De Setembro de 2017*

Oitenta e seis famílias, que residiam em zonas consideradas de risco, nos bairros periféricos Comandante Gika e Tchizo, na província de Cabinda, foram realojadas em casas sociais na localidade de Zôngolo.

A iniciativa está inserida no âmbito do programa de requalificação do bairro Gika, que pretende transferir para localidades mais seguras os cidadãos que enfrentem tais dificuldades' como explicou o secretário provincial das Obras Públicas, Julião Capita.

Segundo o responsável, é pretensão do Governo expandir a referida acção a outros bairros, pelo que pede "calma" às famílias que ainda não foram beneficiadas, garantindo que estão a ser criadas condições básicas para o seu realojamento.

Visivelmente satisfeitos, os cidadãos que foram beneficiados enaltecem o gesto do Governo local.

O acto foi testemunhado pela governadora de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, durante a jornada de campo que efectuou na região.

## 10.3 Árvores são abatidas para fabrico de carvão

*Jornal de Angola*

*12 De Setembro de 2017*

*Texto: Elautério Silipuleni*

Abate indiscriminado de árvores para fabrico de carvão, madeira e construção de habitação tornou-se frequente no Cunene, o que pode provocar sérios problemas ambientais, nos próximos tempos, com realce para a desflorestação, erosão dos solos, ravinas, seca, diminuição da fertilidade das terras e da produtividade agrícola, alteração do ciclo Hidrológico e contaminação das águas.

O chefe do departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no Cunene, Alcino Abel Zambà, alertou que a desflorestação tem efeitos graves, como o aquecimento global, a diminuição da biodiversidade, a modificação da crosta terrestre e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal lamentou o facto das actividades agrícolas terem sido relegadas para o segundo plano, dedicando-se a população ao abate constante de árvores, o que está a contribuir para a extinção de espécies florestais, animais e mudança no sistema ecológico.

Segundo Alcino Jamba, as vias Ondjiva /Xangongo, Cahama/Xangongo, Ondjiva/Cuvelai e a orla fronteiriça foram as mais atingidas pelo abate de árvores, por serem alvos constantes de queimadas, para o fabrico de carvão.

Afirmou que a melhor forma de gestão florestal é a reposição das plantas devastadas' de modo a contribuir para amenizar o ambiente e reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo". Acrescentou que tem sido difícil controlar o índice de transgressões florestais, devido ao défice de pessoal qualificado, e que o sector conta apenas com 13 fiscais para contrapor estas práticas.

Vamos continuar a realizar acções de sensibilização nas comunidades, através de palestras e debates, para consciencializar a população no sentido de reduzir as acções contra as florestas disse Alcino Jamba.

Abate de animais O chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cunene lamentou o abate indiscriminado de várias espécies de animais, com realce para os elefantes.

São abatidos diariamente centenas de animais, um Terrível atentado à fauna local", sublinhou Alcino Abel Zamba.

O responsável pediu aos caçadores e à população em geral no sentido de caçarem apenas para o consumo familiar, evitando o abate de animais para fins comerciais. "Só desta maneira poderemos garantir a continuidade das espécies".

Disse que a sua instituição vai distribuir, nos próximos dias, uma cartilha informativa para a sensibilização da população sobre os perigos do abate indiscriminado de espécies vegetais e animais. Alcino Abel Zamba mostrou-se preocupado com o crescente número de caçadores furtivos, que todos os dias vendem carne seca, prática que se tornou comum para a população do Cunene, que alega ser a sua fonte de subsistência.

O chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cunene defendeu o envolvimento das autoridades tradicionais locais na sensibilização sobre os prejuízos da caça furtiva, pois, acrescentou "precisamos que se preserve a fauna e a flora",

Plantadas mais de mil árvores Pelo menos, 1.370 mudas diversas foram plantadas na província do Cunene, de Janeiro a Julho do ano em curso, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no âmbito do programa de repovoamento florestal.

O director provincial em exercício da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Carlos José, informou que entre as árvores plantadas figuram eucaliptos, acácias rubras, moringa e fruteiras.

O responsável salientou que o IDF, durante o período em causa, realizou várias acções de fiscalização, que incidiram principalmente nos mercados municipais do Cuanhama, Xangongo e Cahama, que permitiram apreender 3.680 quilogramas de carvão.

#### 10.4 Abate ilegal de árvores e animais provoca prejuízos ao meio ambiente

*Jornal Economia e Finanças*  
15 De Setembro de 2017  
Texto: Elautério Silipuieni

O abate indiscriminado de árvores para o fabrico de carvão, madeira e construção de habitações, tornou-se frequente a nível de várias localidades da província do Cunene, o que pode provocar uma série de problemas ambientais nos próximos tempos, com

realce para a desflorestação, erosão dos solos, ravinas, seca, diminuição da fertilidade das terras e da produtividade agrícola, além da alteração do ciclo hidrológico e da contaminação das águas.

O chefe do departamento do Instituto de Desenvolvimento-Florestal (IDF) no Cunene, Alcino Abel Zamba, alertou que a desflorestação tem efeitos graves, entre os quais o aquecimento global, a diminuição da biodiversidade, a modificação da crosta terrestre e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera.

Em declarações ao JE, o responsável do IDF, lamentou o facto das actividades agrícolas terem sido relegadas para o segundo plano, dedicando-se o abate constante de árvores o que está a contribuir para a extinção de espécies florestais, animais e da mudança no sistema ecológico.

Segundo Alcino Jamba, as vias Ondjiva/Xangongo, Cahama/Xangongo, Oridjiva/Cuvelai e a orla fronteira foram as mais atingidas por serem alvos constantes de queimadas para o fabrico de carvão.

Afirmou que a melhor forma de gestão florestal é a reposição das plantas devastadas, de modo a contribuir para amenizar o ambiente, reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo para funcionar como purificador.

Acrescentou que tem sido difícil controlar o índice de transgressões florestais devido ao défice de pessoal qualificado, o sector conta apenas com 13 fiscais para contrapor estas práticas.

"Apesar desta situação, vamos continuar a realizar acções de sensibilização junto das comunidades, através de palestras e debates, para consciencializar a população, no sentido de reduzir as acções contra as florestas", disse:

##### Caça furtiva

Por outro lado, o chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cunene, lamentou o abate indiscriminado de várias espécies animais, com realce para os elefantes que, abundam na região.

"São abatidas diariamente centenas de animais, um terrível atentado à fauna local", sublinhou Alcino Abel Zamba.

O responsável pediu aos caçadores e à população em geral a fazer caça apenas para o "consumo familiar", evitando o abate de animais para fins comerciais, medida que na sua visão, vai garantir a continuidade das espécies.

Disse que a sua instituição vai distribuir, nos próximos dias a cartilha informativa para a sensibilização da população sobre o abate racional de espécies vegetais e animais.

Alcino Abel Zamba, mostrou-se preocupado com o crescente número desordenado de caçadores furtivos, que todos os dias vendem carne seca de animal, uma prática que se tornou comum para a população do Cunene, que alega ser a sua fonte de subsistência.

Alcino Abel Zamba defendeu, o envolvimento das autoridades tradicionais locais na sensibilização sobre os prejuízos da caça furtiva. "Precisamos que se preserve a fauna e a flora".

## 10.5 Kilamba Kiaxi limpa as valas de drenagem

*Jornal de Angola*

*16 De Setembro de 2017*

O administrador-adjunto do Kilamba Kiaxi, em Luanda, Mário Lucas, apelou à população para evitar a deposição de resíduos nas valas de drenagem.

Mário Lucas lembrou que a acumulação de lixo nas valas de drenagem tem provocado o assoreamento das mesmas e o transbordo das águas, causando inundação nas áreas e residências próximas.

O administrador -adjunto falava depois de uma visita de constatação do trabalho de desassoreamento e perfilhamento das valas e valetas no Kilamba Kiaxi. Mário Lucas pediu à população para continuar a ser participativa e colaborar com a administração na limpeza das valas.

Com o apoio da Unidade Técnica de Luanda, a Administração do Kilamba Kiaxi está a fazer o desassoreamento de valas do Calemba II, da Angomarte e da Macon, assim como do rio Cambamba até à Ilha dos Embondeiros.

O trabalho está a ser feito no quadro do plano de prevenção de calamidades e inundações. A Administração do Kilamba Kiaxi está a fazer um levantamento para a construção de pedonais para facilitar a travessia dos peões.

Segundo Mário Lucas, o município tem em carteira a construção de quatro pedonais, sobretudo na rua Comandante Evady, que sai da rotunda do Calemba II até a avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy.

A administração precisa também construir pedonais noutras ruas para a passagem de peões e permitir a interligação entre distritos e com outros municípios.

## 10.6 Ravinas ameaçam engolir residências no Lubango

*Jornal O PAÍS*

*18 De Setembro de 2017*

*Texto: João Katombela*

Seis ravinas de grandes dimensões ameaçam engolir as residências da zona G do Bairro da Lalula, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla. O facto está a preocupar os moradores do referido bairro, que antevêm o aumento do perigo, tendo em conta o aproximar do tempo das chuvas em todo o país.

Além do desabamento das suas residências, os moradores da zona G no bairro da Lalula, temem igualmente a segurança dos filhos que diariamente atravessam uma das ravinas para irem à escola.

Em declarações a OPAÍS, Feliciano Sapalo, de 37 anos, disse que o risco na segurança das crianças daquele bairro vai aumentar com o início das chuvas que pode acontecer dentro de dias. A ocasião, o interlocutor apelou à intervenção da Administração Municipal do Lubango.

Estamos já em Setembro e, de acordo com os prognósticos do Instituto Nacional de Meteorologia, este ano haverá muita chuva. Temos aqui estas ravinas que, em qualquer altura podem engolir as nossas casas, colocando em risco a vida nas nossas famílias frisou. E acrescentou, "Estamos a pedir ao Governo que faça alguma coisa porque aqui existe realmente um perigo ameaçador da integridade física dos nossos filhos, que diariamente atravessam estas ravinas para ir à escola".

Questionado sobre a possibilidade de abandonar o local, Agostinho Kamosso, outro morador, disse que as condições materiais não permitem abandonar as residências que se encontram em eminência de desabamento.

Ao temos condições para, num curto espaço de tempo, comprar um terreno e construir. Vemos o risco que corremos, mas não temos outra saída. Não pode mos deixar as nossas casas para viver ao relento, principalmente em épocas chuvosas", explicou.

Na intenção de se conter a progressão das ravinas, os moradores deste bairro uniram -se para a plantação de caniços mas, mesmo assim, ainda é visível o avanço das ravinas em direcção às habitações. Os moradores do Bairro da Lalula não são os únicos que temem o pior com o aproximar -se das chuvas, em

função das zonas em que se encontram edificadas as suas residências.

Este sentimento foi manifestado também pelos moradores da zona 2 do Bairro Comercial, uma Das áreas sub-urbanas da cidade do Lubango que tem sido fustigada pelas águas das chuvas.

Só no ano passado, segundo depoimentos dos moradores, pelo menos 15 residências desabaram por conta das chuvas. Daniel gala, 30 anos, nasceu neste bairro Comercial, contou que viu a residência dos seus progenitores a desabar em consequência das chuvas que se abateram sobre o município do Lubango e teme que esta incidência se repita.

No ano passado várias casas desabaram com a força das águas das chuvas, uma delas foi a nossa. A administração passou por aqui, fizeram um levantamento, porém, não vemos nada a ser feito. O Governo sempre prometeu que nos cederia terrenos numa outra área para edificarmos as nossas casas mas até hoje, não recebemos coisa nenhuma. Estamos desesperados com a chegada das chuvas", manifestou.

Entretanto, o administrador municipal do Lubango revelou que já existe um plano "B", para garantir a segurança das famílias que vivem em zonas de riscos.

Francisco Barros garantiu que já foram identificados cerca de 35 hectares para auto-construção dirigida, onde serão priorizadas as famílias que residem nestes bairros e não só. "Nós, no âmbito do nosso programa de auto-construção dirigida, fizemos um loteamento numa área de 35 hectares, e 500 lotes já foram distribuídos às pessoas que residem nestas condições", esclareceu.

Garantiu que, neste momento, os técnicos da administração estão a trabalhar fora de gabinetes para identificar espaços para a auto- construção dirigida a fim de beneficiar todos aqueles que vivem em zonas de risco.

Recebemos uma orientação do senhor governador, no sentido de resolver o mais cedo possível o problema daqueles que vivem em zonas de risco", declarou.

Por outro lado, Francisco Barros disse que o seu elenco está igualmente a desenvolver trabalhos de limpeza das sargetas e esgotos, com vista a garantir que as águas pluviais sigam o curso certo, sem causarem danos ao tapete asfáltico da cidade.

## 10.7 Cerca de 20 famílias em zonas de risco recebem terreno em Viana

*Jornal O PAÍS*

*21 De Setembro de 2017*

*Texto: Maria Teixeira*

As 62 famílias que residiam nas localidades do Tunga e Vila Pacifica, respectivamente dos municípios de Cazenga e Viana, tidas como zonas de risco pelas referidas administrações, receberam, ontem, terrenos de 600 metros quadrados (20x30) no bairro Casa Branca, Distrito Urbano de Baía, em Viana.

O programa de concessão enquadra-se no âmbito da política do Governo concernente ao realojamento das populações provenientes de diversas zonas da província de Luanda, que vivem, em áreas de risco, ou sinistradas pelas chuvas, segundo os administradores municipais envolvidos na situação, designadamente Jeremias Dumbo e Victor Nataniel Narciso.

O segundo dirigente, a quem coube a responsabilidade da entrega das primeiras parcelas de terreno aos sinistrados, disse que o fez com um sentimento de satisfação, porque os mesmos encontram-se muito mal alojados e são famílias que vivem numa área de risco muito acentuada.

"São provenientes do buraco do Tunga e estamos correndo dificuldade de retirar o lixo que eles próprios depositaram no meio do buraco. Não temos como fazer chegar as máquinas. Uma vez que se encontre a solução, vamos conseguir resolver um grande problema, não só de alojamento, mas também de saúde, porque aquela é uma zona infestada", contou.

Na ocasião, o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, garantiu que para além dos terrenos vão dar condições de trabalho, um Kit que permitirá que os favorecidos construam três assolhadas (dois quartos e uma sala).

"As pessoas estão com um pouco de medo e estão a considerar a área muito longe, mas o administrador de Viana já explicou onde se situam os terrenos e é natural que isso suceda, mas vamos dar algum tempo para as pessoas pensarem melhor, porque muitos nem casa têm e estão no meio do lixo", declarou.

Por sua vez, Jeremias Dumbo disse tratar-se de um projecto do Governo e, como servidores do povo, ouviram o clamor das pessoas que vivem em zonas de risco. Por isso prepararam o espaço para acomodar as que precisam realmente do espaço.

"Temos aqui pessoas que viviam nas zonas de risco do Cazenga e Viana, os nossos combatentes que também viviam em sítios não próprios, então criamos este espaço para acomodá-los no sentido de poderem fazer aqui as suas casas e não vão pagarem renda. Nós, administração de Viana e do Cazenga, vamos ajudar com algum material para que os mesmos façam as suas casas o mais rapidamente possível", garantiu.

O administrador de Viana explicou ainda que à medida que os sinistrados vão saindo vão cuidar desses espaços para que ninguém construa mais em zonas de risco, sendo que todas pessoas que estão recebendo terrenos são cadastradas com o número de lote que recebeu.

"Desta vez o controlo é diferente. Há espaços de 15/20 e 20/30 dependendo das capacidades das pessoas que recebem estes lotes." Há um projecto de, água e energia para esta área, tão logo as pessoas comecem a construir, nós também a nível do Governo vamos fazer a nossa parte", disse. Uns no local negaram os terrenos e outros aceitaram com muita satisfação

Miguel Pascoal, do município do Cazenga, bairro do Tunga, negou de primeira, mal lhe apresentaram o espaço para a sua moradia. O jovem alega a distância e a falta de transporte para chegar àquela área, afirmando que o bairro lhe vai atrasar a vida.

"A minha casa não está em zona de risco, apenas dá o acesso a essa zona infestada, por essa razão não aceito o terreno. Viemos aqui para nos darem terreno e depois construímos. Depois quem vai pagar o pedreiro que vai fazer subir as paredes? A minha casa tem dois quartos, sala, cozinha, casa de banho e quintal e aqui querem dar-me terreno com Kit de construção e depois tenho que me virar. No mínimo deviam nos dar já casas feitas", declarou.

Ao contrário de Miguel, que negou, Garcia António Barrocos, morador do Bairro Boa-Fé, mostrou-se satisfeito e agradeceu aos administradores presentes no acto. O jovem, que vive no município de Viana desde 2006, afirma que a situação em que se encontra a sua família é péssima e quando chove as crianças têm de sair pela janela.

"É uma área muito crítica e que contém valas, onde muitas vezes mesmo, com ou sem chuva, as águas invadem as nossas residências", disse.

Garcia António Barrocos aproveitou a ocasião para aconselhar aqueles cidadãos que também se encontram em zonas de risco e que por causa da

distância a que se encontram os terrenos não aceitaram receber os espaços.

"Antes, o Kilamba e o Zango também eram longe e hoje tornaram-se próximos. Vamos fazer um esforço para sair dessas zonas de risco com as nossas famílias", recomenda.

Embora muitos cidadãos não tivessem aparecido e outros terem negado receber os terrenos, durante o acto foram contemplados alguns sinistrados da zona do Tunga-Município do Cazenga, Vila - Pacífica, Antigos Combatentes (com mobilidade e visão reduzidas), ravinas do Bairro Boa-Fé, entre outros.

## 10.8 Rua das Conduas esburacadas e quase intransitável deixa moradores em pânico

*Novo Jornal*

*22 De Setembro de 2017*

*Texto: António Paulo e Adjali Paulo*

A via das Conduas, no bairro Kalawenda, município do Cazenga, encontra-se intransitável devido aos buracos que aumentam diariamente. Moradores queixam-se do aparente abandono em que se encontra o troço, que, reabilitado, ligaria em menos de cinco minutos os municípios do Cazenga, Viana e Cacucaco.

Trajecto difícil de cumprir, que durou quase meia hora para atingir o ponto extremo da via, saído de Viana, pela estrada do Papá Simão e vice-versa, foi o caminho percorrido por este semanário pela rua das Conduas, que se encontra totalmente degradada.

O taxista Martins Nambwa, que faz a rota Papá Simão-Cuca, reclama dos prejuízos materiais que o troço causa à sua viatura. "Os amortecedores não demoram. Temos sempre problemas de rótulas e tudo porque a via está degradada", queixou-se o cidadão, salientando que, com a via arranjada, a duração da viagem poderia ser de menos de cinco minutos. "Seriam três a cinco minutos para percorrermos esta via, mas levamos quase 30 minutos. Agradecíamos a intervenção da administração. Pelo menos uma terraplanagem, bem compactada, porque quando chove não conseguimos andar. É difícil", reclamou.

Já outro mobilista, Simão Pedro, que usa diariamente a referida via para chegar ao mercado Asa Branca, seu local de trabalho, conta que, em época de chuva, apenas circulam camiões circulam naquele troço.

"Trabalho no Asa Branca e frequento esta via diariamente, Neste tempo seco ainda dá para passar, com algum sacrifício, mas daqui a pouco começa a chover e a nossa vida vai-se complicar. Só carros grandes do tipo Camaze e Ural é que vão passar. Os carros pequenos ficam submersos. Até o vosso Jimny vai ficar", exemplificou o interlocutor, apontando para a viatura de reportagem do Novo Jornal (NJ).

A moradora Marcelina dos Santos conta que, na época chuvosa, os munícipes vivem momentos difíceis: "São vários os constrangimentos que vivemos, particularmente no tempo chuvoso. As ruas ficam alagadas. Já tivemos de levar caixões na cabeça ou nas mãos até ao final da rua onde param os carros, porque não conseguem entrar devido às péssimas condições da rua", acrescentou a cidadã, apelando de igual modo à intervenção da administração municipal.

"A administração deve resolver o problema da nossa rua, que faz ligação com outros municípios, como Viana e Cacuaco. Esta rua, por exemplo, pode ligar o mercado dos Kwanzas e a zona do Bar no Grafanil e ninguém olha para isso", observou.



## II. MIGRAÇÃO

### II.1 Político facilita entrada ilegal de congolenses em Luanda

*Jornal Liberdade*

*22 De Setembro de 2017*

O conselheiro da coligação partidária CASA-CE, Sikonda Lulendo Alexandre, é acusado pelos seus colegas de ter facilitado a entrada ilegal de dez cidadãos do Congo Democrático a troco de valores monetários.

O político desmente, dizendo que é calúnia e difamação Domingos Kinguari A informação foi prestada ao Jornal Liberdade por fontes ligada à coligação, assegurando que o presidente do Partido Nacional de Salvação de Angola (PNSA), Sikonda Lulendo Alexandre, orquestrou a referida operação no período da campanha eleitoral. Uma equipa de avanço da CASA-CE, em que estava o mesmo, deslocou-se para a província do Zaire afim de preparar a chegada de Abel Chivokuvuku. No acto de mobilização, foram buscar algumas cidadãs do Congo Democrático para fazer parte de toda a actividade da coligação e estavam no nosso meio como se de angolanas se tratassem», contou a fonte. Conforme. disse, «estas trajavam roupas partidárias e estavam sob o controlo de Sikonda Lulendo. Depois do fim da actividade embarcaram com a caravana partidária para a capital, visto que estavam a ser escoltados pelos elementos da Brigada Especial de Trânsito e não paravam em nenhum controlo policial. As senhoras, para chegarem a Luanda, tiveram que desembolsar a quantia de setecentos dólares norte americanos, cada uma».

A fonte esclarece também que as cidadãs do Congo chegaram em Luanda e disse que umas estão no bairro da Mabor e outras já pululam pelo Mártires de Kifangondo fazendo os seus negócios, como se fossem angolanas.

Segundo fonte dos Serviços de Migração e Estrangeiro, é sabido que na entrada de estrangeiros em Angola estão metidos, para além de altas patentes das Forças Armadas e da Polícia, generais, comissários e outros, existem também políticos, uns que até gozam de imunidades diplomáticas e facilitam a entrada de muitos forasteiros que se sentem seguros na capital.

O Jornal Liberdade contactou na última terça-feira (19), via telefone, o presidente do PNSA, Sikonda

Lulendo Alexandre, para esclarecimentos sobre acusação que pesa contra si, mas o líder daquele partido integrante da CASA-CE desmentiu a informação, dizendo que isto é uma calúnia e intriga que estão a criar contra mim. Na coligação política existem muitas perseguições e também existe muita gente que não pretende ver o bem dos outros sublinhou.

O político assegura que é totalmente inocente e não tem nada a ver com a prática de transportar estrangeiros para Luanda. «Quero que o senhor jornalista me coloque frente a frente com a sua fonte para confirmar estes dados. Só assim é que posso dar um melhor esclarecimento disse.

Quando lhe dissemos que não podíamos revelar a fonte e a sua pretensão está fora de hipótese, respondeu: «se não é possível então que não publique a notícia, porque ela é totalmente infundada e eivada de muita má fé, porque só pretendem atingir o meu nome. Agora que fui eleito deputado pela CASA-CE, começam a surgir os problemas, mas isto é apenas inveja», retrucou.

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA